

Viviane Marques Guedes

A enunciação editorial
O procedimento opinativo da imprensa
 pessoense frente ao embate eleitoral 2004 em
 João Pessoa

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa/PB
2005

Índice

Introdução	9
1 Contextualização Histórica	27
1.1 Preâmbulo	27
1.2 A imprensa no Brasil	30
1.2.1 Período Colonial	30
1.2.2 A imprensa da Independência	31
1.2.3 A imprensa do Império	34
1.2.4 A grande imprensa	35
1.2.5 A crise e a modernização da imprensa	37
1.3 A imprensa na Paraíba	41
2 As matizes simbólicas e discursivas da enunciação editorial no espaço impresso	45
2.1 O jornalismo impresso e as linguagens	45
2.2 O editorial e a ordem do discurso jornalístico	53
2.2.1 Estudo preliminar	53
2.2.2 Estudo efetivo	59
3 A configuração editorial no contexto opinativo	65
3.1 O gênero editorial no jornalismo contemporâneo	65
3.1.1 Aspectos formais	70
3.1.2 Classificação dos editoriais na imprensa pessoense	71
3.2 O editorial e a construção da opinião jornalística	75

4	Percurso analítico: o campo editorial e a perspectiva do silêncio	81
4.1	Não representação política nos editoriais da imprensa pessoense	81
4.2	O agendamento da opinião editorial	85
4.2.1	Avaliação do quadro temático	99
4.3	A perspectiva do silêncio	103
4.3.1	O campo editorial e o significado do silêncio nas eleições 2004 em João Pessoa	106
	Considerações finais	129
	Bibliografia	133

Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de graduada em Comunicação Social – habilitação Jornalismo.

Resumo

Nesta pesquisa buscamos investigar o procedimento discursivo do gênero editorial nos quatro principais jornais pessoenses: *Correio da Paraíba*, *A União*, *Jornal da Paraíba* e *O Norte*, durante o mês de setembro de 2004, período precedente às eleições municipais em João Pessoa. Como se sabe, o editorial expressa a opinião da empresa jornalística ante os acontecimentos de maior destaque no momento. Esta definição tem importância em nosso estudo, na medida em que percebemos uma isenção opinativa dos quatro veículos de comunicação em face de um evento de forte repercussão local, como é o caso das eleições municipais. Enquanto os gêneros informativos e as colunas políticas abordaram a referida temática, os editoriais silenciaram o debate. Por isto, resolvemos abordá-los a partir da perspectiva do silêncio, onde demonstramos que os jornais, intencionalmente, partem para um "silenciamento" discursivo (Orlandi, 1997), enfatizando diversos outros sentidos não relacionados ao cenário político local.

Palavras-chave: Editorial, Política, Eleições, Discurso.

Abstract

In this research we search to investigate the speech procedure of the editorial genre in four main periodicals of João Pessoa: *Correio da Paraíba*, *A União*, *Jornal da Paraíba* and *O Norte*, during the month of September/2004, preceding period to the municipal elections in João Pessoa. As it is known, the editorial express the opinion of the journalistic company about the events of bigger prominence at the moment. This definition is important in our study, in the moment where we perceive a opinion exemption of the four vehicles of communication in face of an event of strong local repercussion, as it is the case of the municipal elections. While the informative genres and the politics columns had approached cited the thematic one, the editorials had silenced the debate. So we decide to approach them from the perspective of silence, demonstrating that the periodicals, intentionally, leave for a speech “silent” (ORLANDI, 1997), emphasizing diverse others meanings unrelated directions to the local politician scene.

Key words: Editorial, Politics, Elections, Speech.

Introdução

O presente trabalho configura-se a partir de uma observação sistemática do comportamento opinativo da imprensa pessoense frente ao processo eleitoral municipal 2004 na cidade de João Pessoa.

Para tanto, fizemos uma investigação teórica que percorreu os caminhos de descoberta do gênero opinativo editorial no espaço impresso, a partir de sua manifestação simbólica e discursiva. Além disso, enfatizamos alguns conceitos relacionados à imbricação entre o campo da comunicação e o campo político.

O editorial, comumente, é analisado como a representação ideológica das instituições jornalísticas, mas esse gênero tem outras características, como a estrutura metalingüística das informações socialmente determinadas, ou seja, as formas técnico-narrativas utilizadas na elaboração dos produtos opinativos que são construídos, cotidianamente, à luz dos diversos fatos sociais que norteiam as páginas dos jornais.

De acordo com Marques de Melo (2003:103) “o editorial é o gênero que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. A proeminência deste gênero narrativo no contexto jornalístico despertou nosso interesse no sentido de investigar qual o procedimento discursivo dos editoriais dos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte* e *A União* frente ao embate eleitoral 2004 em João Pessoa.

Entretanto, durante o mês de setembro, período precedente às eleições de 3 de outubro, percebemos que os jornais não promoveram um debate em torno das eleições locais, privilegiando a seleção de outras temáticas no espaço opinativo institucional.

Desse modo, os jornais partem para um “silenciamento” discursivo (ORLANDI, 1997), enfatizando diversos outros sentidos não relacionados ao cenário político local.

Com isso, resolvemos demonstrar que, a partir de uma postura atípica, o gênero editorial perde suas características nestes jornais durante o período das eleições municipais em João Pessoa. Ao não promover uma reconfiguração opinativa deste fenômeno, em evidência nos diversos veículos de comunicação, inclusive nos outros gêneros do jornal, os editoriais deixam de oferecer uma contribuição metalingüística e pedagógica diante de um evento de grande transcendência para a coletividade local, como é o caso das eleições.

Mas esta é apenas uma das estratégias que historicamente vemos despontar nas relações entre mídia e política. Entender essas relações torna-se mais interessante em períodos eleitorais, quando há uma ampliação da participação política e quando o uso dos meios de comunicação tem sido decisivo nos resultados; resultados esses que provocam diversas indagações sobre o poder dos meios massivos na contemporaneidade.

Para Rubim (2000:9), o fenômeno das eleições desponta como uma instituição quase naturalizada da política. De acordo com o autor, “pode-se supor as eleições como um momento e um procedimento – ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes representativos para exercício de poder(es) na sociedade”.

Nas eleições municipais do ano 2004, o processo esteve pautado na escolha de prefeitos e vereadores em todo o país. Na Paraíba, o pleito eleitoral foi decidido nos seus 223 municípios.

Em João Pessoa, um dos maiores colégios eleitorais do Estado, três candidatos a prefeito despontaram como os principais na disputa. Ricardo Coutinho (PSB), da Coligação “Decisão Popular”, Ruy Carneiro (PSDB), da Coligação “Por Amor a João Pessoa” e Avenzoar Arruda (PT), da Coligação “O Melhor para a Cidade”.

Com o decorrer da campanha, a disputa polariza-se entre o

candidato Ricardo Coutinho e o Tucano Ruy Carneiro. Contudo, no primeiro turno, nas eleições de 3 de outubro de 2004, Ricardo sagrou-se como vencedor com um total de 64,4% dos votos válidos¹ contra 30,8% de Ruy Carneiro.

Na tentativa de compreender como se configurou a opinião oficial da imprensa pessoense frente ao pleito municipal em João Pessoa, desenvolvemos o presente estudo, que ora se apresenta dividido nos seguintes capítulos: 1) Contextualização histórica; 2) As matizes simbólicas e discursivas da enunciação editorial no espaço impresso; 3) A configuração editorial no contexto opinativo; 4) Percurso analítico: o editorial e a perspectiva do silêncio.

No primeiro capítulo, fazemos um percurso cronológico sobre a imprensa no Brasil e na Paraíba, contextualizando os principais momentos da trajetória opinativa no âmbito jornalístico.

No segundo capítulo, organizamos uma ampla observação teórica sobre o gênero editorial. Nesse momento, buscamos enfatizar a função da linguagem editorial, bem como suas peculiaridades discursivas na ordem do discurso jornalístico.

No terceiro capítulo, são apresentadas algumas especificidades do gênero na categoria opinativa, bem como traços de sua essência contemporânea. Neste capítulo procuramos investigar também as configurações formais dos editoriais selecionados para análise.

No quarto capítulo, temos a pesquisa propriamente dita. Inicia-se com uma ampla observação e codificação temática dos textos coletados, partindo em seguida para uma análise geral e específica dos editoriais, a partir dos conceitos de *Agenda setting*, *Espiral do silêncio* e *Formas do silêncio*.

Antes de chegarmos à contextualização histórica da imprensa, faremos um percurso acerca dos periódicos estudados e sobre os procedimentos metodológicos que orientaram nossa investigação.

¹Dados encontrados no endereço: <<http://www.consciencia.net/brasil/eleicoes/result2004.html>>.

Os jornais pesquisados

A opção em pesquisar os editoriais dos quatro jornais impressos *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte* e *A União* deve-se à necessidade de uma compreensão analítica das imbricações discursivas, político-ideológicas e técnico-narrativas deste gênero. A relevância desta espécie opinativa reflete a necessidade de uma investigação que contemple os níveis de sua representação simbólica no espaço do jornalismo impresso. Isso nos motiva a desenvolver uma pesquisa que tencione apreender, além das manifestações discursivas, a “personalidade” redacional dos editoriais dos jornais pessoenses no mês de setembro do ano 2004, período precedente às eleições municipais.

Para tanto, faz-se necessário um breve histórico dos diários selecionados para facilitar o estudo e fortalecer a contextualização pretendida no presente trabalho.

Correio da Paraíba

Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), o *Correio da Paraíba* é o periódico de maior circulação no estado, chegando a obter 74% do total de exemplares vendidos na Paraíba. O jornal configura-se, portanto, como fonte de informação impressa de milhares de cidadãos paraibanos.

Este diário impresso foi fundado em 5 de agosto de 1953 pelo deputado Teotônio Neto e, portanto, completa 52 anos agora em 2005. Seu primeiro diretor foi o jornalista Afonso Pereira, que também intitulou o jornal.

Na década de 50, o CP foi sensível aos problemas do Estado em decorrência da grande seca que atingiu a região. Para Araújo (1983:121), até o ano de 1968, o *Correio* era o melhor da Paraíba em termos de independência político-ideológica. A partir de então, os dirigentes começaram a perseguir uma linha governista. Seu diretor na época era Soares Madruga, que atribui a nova tendência adotada pelo jornal a problemas econômicos.

Além destas questões práticas, sabe-se que, nos idos de 68, os

jornais sofriam fortes pressões por parte da censura. Esta recaía, inclusive, em cima das notícias enviadas pelas próprias agências noticiosas. De acordo com Araújo (1983:124) “bastava que uma figura de poder político ou econômico [...] estivesse envolvida em determinado episódio desagradável, para haver o boicote à divulgação em torno do caso”.

Depois de todas as dificuldades, o CP ressurgiu em 1º de janeiro de 1980, como propriedade do grupo Adalberto Barreto e José Fernandes Neto, que o adquiriram de seu fundador. Na época, o jornal tornou-se um dos mais prestigiados da Paraíba, com grande número de assinantes nas principais cidades do Estado.

Atualmente, o proprietário do Sistema Correio de Comunicação, ao qual pertence o *Correio da Paraíba*, é Roberto Cavalcanti, então suplente do Senador José Maranhão. O corpo representativo está assim composto: Diretor-Geral, José Fernandes; Superintendente, Alexandre Jubert; Diretora-Executiva, Beatriz Ribeiro; Diretora-Comercial, Marta Ribeiro e Editora-Chefe, Lena Guimarães.

O *Correio da Paraíba* circula, diariamente, com nove editoriais: Opinião, Política, Últimas, Economia, Cidades, Esportes, Cultura, Mundo e Brasil.

Jornal da Paraíba

O jornal foi implantado em 5 de setembro de 1971 por um grupo de empresários e jornalistas formado por José Carlos da Silva Júnior, Humberto Almeida, Júlio Costa, Ademar Borges da Costa, Raimundo Lira, João Batista Dantas, João Rique Ferreira, Artur Monteiro, Maurício Almeida e Josusmá Coelho Viana.

Araújo (1983:136) observa que o JP já nasceu com feição moderna do novo jornalismo. Ao ser implantado ocupou posição de prestígio e liderança, chegando a superar o concorrente, *Diário da Borborema*.

A partir de 1982, o Jornal da Paraíba deu um salto em termos

de melhoria em sua qualidade gráfica, deixando o antigo sistema linotipo para incursionar na era da impressão off-set. Em 1989, quando o jornal completou 18 anos, a informatização começou a fazer parte de seu cotidiano, sendo usada primeiramente em seu antigo setor de paginação.

De acordo com Araújo (idem), o jornal, desde sua origem, manifesta sua opinião reproduzindo a ideologia dominante do sistema capitalista vigente, onde têm expressão os grupos políticos e econômicos.

A partir de 2001, o *Jornal da Paraíba* deixou de ser um periódico apenas de Campina Grande e se tornou de âmbito estadual. Para tanto, montou uma redação em João Pessoa e contratou jornalistas consagrados de outros meios de comunicação, a exemplo dos profissionais Paulo Santos, Giovani Meireles e Gisa Veiga. Seguindo o curso das mudanças, o JP investiu também em propaganda e marketing e, ao longo do tempo, este periódico vem se destacando como um poderoso meio de divulgação.

O atual proprietário do jornal continua sendo José Carlos da Silva Júnior. Em sua estrutura técnico-administrativa, o *Jornal da Paraíba* assim dispõe seus representantes: Diretor-Superintendente, Ricardo de Oliveira Carlos; Editor-Executivo, Roelof Sá; Editora-Chefe interina, Gisa Veiga e Chefe de Reportagem, Suetoni Souto Maior.

Atualmente, o JP circula de terça-feira a domingo, com sete editoriais: Política, Economia, Nacional, Cidades, Vida e Arte, Esportes e Opinião.

O Norte

A imprensa brasileira nas primeiras décadas do século XX vivia de polêmicas. Um simples erro de português ou uma opinião contrária aos interesses de grupos era motivo para investidas que começavam pelo assunto em pauta e terminavam na vida particular das pessoas envolvidas na contenda. A discussão ganhava proporções de grande escândalo para satisfação dos leitores que

devoravam as edições. Foi nessa época que surgiu *O Norte* com a proposta de, em quatro páginas, inovar no conteúdo das informações oferecidas ao público.

Fundado em 7 de maio de 1908, pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares, *O Norte* rompeu com os velhos padrões do jornalismo provinciano e “surgiu dentro dos moldes do jornalismo bem elaborado, uma vez que seu primeiro diretor, Orris Soares, era dono de uma vocação e talento sem par para atividade literária” (Araújo, 1983:115). A primeira sede do jornal funcionou em uma pequena casa na rua Visconde de Inhaúma, perto do Porto do Capim, na Cidade Baixa, em João Pessoa.

Apesar de os textos não terem assinaturas, sabe-se que entre os primeiros redatores de *O Norte* constavam nomes bastante conhecidos na época como Abel da Silva, Sinésio Guimarães, Inojosa Varejão, Enéias Leite e José Porfírio, além de Orris Soares.

A história dos primeiros 50 anos de *O Norte* é marcada pelo fechamento e reabertura do jornal depois de várias crises. A primeira vez em que teve suas atividades encerradas foi no início da década de 20. Os poucos registros sobre este fato não especificam por quanto tempo o jornal ficou sem circular, mas explicam que isso aconteceu por problemas políticos. *O Norte*, em 1915, empenhou-se declaradamente à campanha de Epiácio Pessoa contra o monsenhor Walfredo Leal, no Estado.

O engajamento político desagradou os leitores. A queda de prestígio foi grande e os prejuízos foram proporcionais a ela. Além disso, surgiram vários concorrentes que levaram os irmãos Soares ao desinteresse pelo jornal. Venderam-no então para Januário Barreto, que tinha idéias mais comerciais e menos políticas para o jornal.

Entretanto, o jornal mais uma vez se envolveu em querelas políticas e a história se repetiu. O segundo fechamento de *O Norte* se deu por conta da revolução de 30. O jornal era o grande opositor do então presidente da Parahyba, João Pessoa. Relatos da época revelam que após o assassinato do líder político, as dependências do jornal foram depredadas por um povo enfurecido. Máquinas e

materiais diversos foram todos destruídos.

O jornal, então, foi comprado por Manuel Veloso Borges em 1932 e voltou a circular em 1935, sendo dirigido por Raul de Góes e, depois, por José Leal que adotou uma linha mais noticiosa e menos radical. Mesmo assim, *O Norte* fecha novamente as suas portas em 1949 por causa da ditadura do Estado Novo. Depois de onze anos, é reaberto em 10 de janeiro de 1950 para se engajar na candidatura de José Américo de Almeida ao Governo do Estado. Nesta época, já pertence ao senador Virgínio Velloso Borges.

Completamente renovado e com a sua estrutura ampliada - depois da compra dos equipamentos do diário "*Estado da Paraíba*", o jornal atinge, praticamente, todos os recantos da Paraíba.

De acordo com Araújo (1983:118), *O Norte* foi incorporado, em 1954, aos Diários Associados por decisão de Assis Chateaubriand, paraibano que tinha grande interesse pela evolução do jornalismo em sua terra natal.

Dados históricos revelam que *O Norte* foi o pioneiro na Paraíba em impressão off-set, sistema inaugurado a 9 de agosto de 1973.

Segundo Araújo (1983:119), a ideologia do jornal, historicamente, apresenta-se ambígua. Através das peças opinativas do jornal, o leitor não consegue identificar, com facilidade, o posicionamento do órgão. Em suas pesquisas, Araújo demonstra que os editoriais deste periódico, geralmente, começam elogiando o governo e findam apontando algumas de suas falhas.

Em 2004, *O Norte* passou por diversos problemas financeiros que o levaram a demitir cerca de 186 funcionários em toda a Paraíba. Além deste "enxugamento da folha", como alegou o próprio jornal, a empresa teve as sucursais de Guarabira, Sousa e Cajazeiras fechadas.

Atualmente, o jornal circula de terça a domingo com as seções: Política, Opinião, Nacional, Economia, Geral, Últimas, Show, Municípios, Cidades, Policial, Esportes e Internacional.

O organograma do jornal está assim distribuído: Diretor Presidente, Jozil Barros; Diretor Superintendente, Cecílio Antônio

Azeredo; Diretor Comercial, Augusto Lima; Editor-chefe, Joa-
nildo Mendes.

A União

O jornal *A União* foi fundado a 2 de fevereiro de 1893 pelo Pre-
sidente da Província Álvaro Machado. A primeira sede do jornal
esteve localizada à Rua Visconde de Pelotas. Ao longo dos anos,
o jornal mudou suas instalações por diversas vezes.

Administrado, em sua primeira fase, por Tito Henriques da
Silva, o jornal *A União* estava a cargo de uma equipe técnica for-
mada por Francisco Aranha de Farias, Francisco Rodrigues, João
Câncio da Silva, Cassiano Hipólito dos Santos e José Ulisses No-
ronha.

O primeiro equipamento tipográfico de *A União* foi comprado
pelo Estado. O utensílio foi adquirido em segunda mão, pois antes
fora disponibilizado para imprimir o jornal *Diário da Parahyba*,
que circulou na capital do Estado entre 1884 a 1888. De acordo
com Araújo (1983:105), “o equipamento estava bem conservado,
porém o que tornava dispendiosa a manutenção da Imprensa ofi-
cial era o fato de se importar o material gráfico da Alemanha”.

Nesta época circulavam cerca de 500 exemplares do jornal e
sua distribuição não se restringia à Paraíba, apesar da dificuldade
de transportes, os periódicos eram enviados a outros Estados da
Federação.

Dados históricos revelam que o primeiro diretor simultâneo de
A União e da Imprensa Oficial foi o poeta Carlos Dias Fernandes,
que foi empossado no cargo a 12 de fevereiro de 1913, a convite
do então Presidente da Paraíba, Castro Pinto.

Em sua gestão, Carlos Dias organizou o corpo político do jor-
nal, selecionou seus colaboradores, conferiu feições literárias aos
materiais publicados e promoveu o enriquecimento do noticiário.
Entre os intelectuais e poetas que, à época, publicavam trabalhos
no jornal destacam-se: Américo Falcão, Rodrigues de Carvalho,

Raul Machado, Augusto dos Anjos, Pereira da Silva e Eduardo Martins.

Em outubro de 1928, Carlos Dias Fernandes é demitido da direção de *A União*, dando lugar a Celso Mariz, que um ano depois pede demissão. Seu sucessor foi Osias Gomes, que permaneceu no cargo até quando eclodiu a revolução de 30.

Primando pelo caráter da oficialidade, *A União* possuiu diversos colaboradores destacados pelos cargos políticos ocupados. Podem ser citados como exemplo: Anthenor Navarro, Odon Bezerra, Assis Chateaubriand, João Lélis, Zé Lins do Rego, Octacílio Nóbrega de Queiroz, entre outros. Octacílio de Queiroz foi o primeiro secretário de *A União* e assumiu a direção do jornal em 1943, onde permaneceu até o ano seguinte. Em março de 1960, Octacílio Queiroz é substituído pelo bacharel João Bernardo.

Segundo Araújo (1983:109), foi notável também a atuação do jurista e escritor Sílvio Porto, que dirigiu *A União* no governo Oswaldo Trigueiro. De acordo com autora, “durante a administração de Sílvio Porto foi fundado o suplemento literário de *A União – Correio das Artes*, a 27 de maio de 1949, sob a inspiração deste diretor e de Edson Régis, na época secretário do jornal”.

Outro diretor voltado para o aperfeiçoamento literário de *A União* foi Juarez da Gama Batista, que dirigiu o órgão oficial no governo José Américo de Almeida.

Quando o governador Tarcísio Burity assume, em março de 79, ficou assim o expediente do jornal: Nathanael Alves, Diretor-presidente; Gonzaga Rodrigues, Diretor-técnico; Murilo Senna, Diretor-Administrativo e Francisco Figueiredo, Diretor-comercial.

No governo de Wilson Braga, assume a editoria de *A União* o jornalista Nonato Guedes.

Atualmente, com o governo Cássio Cunha Lima, o jornal mantém a tendência de reproduzir exclusivamente a ideologia dominante, apontando os atos do governo, as obras públicas e os deslizamentos cometidos pelos partidos oposicionistas.

O jornal circula de terça a domingo com as seguintes seções:

Opinião, Paraíba, Últimas, Cidades, Municípios, Nego, Cultura, Campina Grande, Geral, Entrevista e Esporte.

O organograma geral de *A união* está assim estruturado: Superintendente, José Itamar Cândido; Chefe de Reportagem, Sony Lacerda; Editor de Cultura, Linaldo Guedes; Editor de Artes, Cícero Félix.

Procedimentos metodológicos

O objeto da presente monografia é analisar o procedimento opinativo dos editoriais veiculados durante o mês de setembro de 2004, nos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte e A União*. O período selecionado deve-se à proximidade das eleições municipais, ocorridas no dia 3 de outubro.

Vale salientar que o critério de seleção destes editoriais seguiu um padrão sistemático, adotado para os quatro periódicos. O período de observação foi estruturado sob a forma de amostragem, abrangendo as edições entre terça a sexta-feira de cada semana do mês de setembro. Com isso, foram coletados 71 editoriais ao todo, sendo 17 textos para o jornal *A União*, que não publicou edição no dia oito de setembro, e 18 textos em igual quantidade para os outros três periódicos.

A opção por trabalhar com editoriais justifica-se por ser este um gênero de grande expoência no espaço impresso. Configura-se como o espaço oficial, em que a instituição jornalística enuncia seu ponto de vista sobre os acontecimentos da atualidade. O discurso do editorial é construído por marcas opinativas em que a empresa seleciona um fato importante e emite valorações, predições e análises. Com este recorte, objetivamos investigar se os jornais, na condição de instituições, declaram explicitamente, no seu espaço opinativo, comprometimento ideológico ou apoio a algum candidato. Além disso, interessa-nos saber se estes veículos, a partir de sua opinião institucional, demonstram preocupação com as questões públicas locais e com as problemáticas sociais ressonantes em um período eleitoral.

A pesquisa dividiu-se em duas fases: uma conceitual, onde apreendemos os principais aportes teóricos que especificam o gênero no contexto impresso, e uma fase efetivamente analítica (a última parte do trabalho), em que vislumbramos os passos concretos de observação do editorial no período considerado.

A fase conceitual está assim estruturada: 1) evolução cronológica e histórica da modalidade opinativa no espaço impresso; 2) delimitação do editorial no âmbito da linguagem jornalística; 3) configuração técnico-redacional dos editoriais selecionados; 4) relação entre o gênero discursivo editorial e os outros gêneros, de caráter opinativo, na ordem do discurso jornalístico.

A segunda fase da pesquisa compreende o percurso analítico do trabalho, que está subdividido em duas partes.

Na primeira parte da trajetória analítica procedemos da seguinte forma: fizemos uma observação geral, pautada no agrupamento do quadro temático veiculado nos editoriais dos quatro periódicos durante o mês de setembro, onde utilizamos os principais conceitos da teoria do *Agenda setting*² para compreender quais as estratégias de agendamento da opinião oficial no período precedente às eleições municipais.

A codificação e análise do quadro temático demonstraram que os órgãos de imprensa promoveram uma dispersão de assuntos, excluindo a temática Política/Eleição local do cenário discursivo dos editoriais.

A partir desta constatação, os editoriais foram abordados segundo a perspectiva do silêncio, na qual buscamos compreender por que os jornais apagaram a referida temática do espaço opinativo jornalístico institucional.

Inicialmente, baseamos nossa investigação nos princípios fundamentais que regem a hipótese da “Espiral do silêncio”, para de-

² A partir dos referenciais teóricos desta hipótese observamos como se configurou a disposição temática da palavra oficial nos jornais locais. Contudo, é preciso salientar que nossa investigação não se ocupa em vislumbrar se houve uma predominância de temas entre os editoriais de cada veículo em particular.

monstrar a consonância do silêncio nos editoriais destes quatro veículos de comunicação.

Posteriormente, procuramos avaliar os significados do silêncio produzido na órbita editorial. A análise se baseia nos conceitos de silêncio e política de silenciamento da Análise de discurso, contidos nos estudos de Orlandi (1997). Em seu livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, a autora identifica três tipos de silêncio: “o silêncio fundador”, responsável pela significação dos dizeres; “o silêncio constitutivo”, quando as palavras exercem domínio sobre as outras, quando um dizer silencia efetivamente outro dizer; e o “silêncio local”, determinado pela interdição do dizer – a censura – aquilo que não pode ser dito numa conjuntura estabelecida. Elegemos para nossa análise o “silêncio constitutivo”.

Contrariamente ao que muitos pensam, o silêncio não significa um vazio, uma lacuna ou uma ausência de sentido, mas uma retomada de outros sentidos, já que, quando se fala, outras vozes se calam, e outros sentidos aparecem. Tudo parte do silêncio, poderíamos dizer que ele seria uma condição de produção do discurso, um pré-construído, um alicerce para a edificação dos discursos.

Na segunda parte da trajetória analítica identificamos, ainda nesta perspectiva do silêncio, que dos 71 editoriais coletados, apenas 12 se referiam ao assunto das eleições municipais, o que representa um total de 16,9% da amostra selecionada.

Tencionando vislumbrar quais os sentidos efetivamente produzidos em relação a esta temática, procedemos à análise discursiva deste *corpus* textual. Reconhecemos que nosso trabalho não consiste em uma Análise de Discurso nos moldes classicamente estabelecidos. No entanto, aproveitamos os conceitos fundamentais deste método para orientar as nossas reflexões.

Análise de discurso: na esfera da produção de sentidos

Segundo Baccaga (1998), a expressão “análise do discurso” aparece no início da década de 1950, com o livro do norte-americano

Zelig S. Harris – Discourse Analysis Reprints. Porém, em suas reflexões, o autor não contempla a questão da significação, dos sentidos do discurso. Para a linha americana, não se fala do significado do texto, mas apenas se determina como são organizados os elementos que o constituem. Faltava uma teoria crítica da produção da linguagem. Tal teoria é a proposta pela análise de discurso europeia, que transcende a análise da frase para a análise dos textos.

Baccega (idem) assevera que o discurso fundador da AD de linha francesa está contido no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Mikhail Bakhtin. A obra chegou ao ocidente no final da década de 50, sendo editada na Inglaterra em 1973.

Contudo, a sistematização da AD de linha francesa vai ocorrer com Michael Pêcheux na década de 1960. Pêcheux estrutura seu pensamento extraindo conceitos de duas grandes vertentes teóricas. De um lado a noção de ideologia, encontrada no pensamento de Althusser; de outro, os pressupostos do discurso, oriundos das idéias de Foucault. Da confluência destes conceitos, Pêcheux elabora as noções de “formação ideológica” e “formação discursiva”, fundamentos da AD.

A partir destas perspectivas, o discurso passa a ser definido como efeito de sentidos entre locutores. As diferentes formações discursivas nascem da relação de sentidos estabelecida entre os sujeitos num determinado contexto histórico e social. De acordo com Orlandi (2003), a AD trabalha a noção de ideologia como parte do funcionamento da linguagem, como mecanismo estruturante do processo de significação. A ideologia atesta a relação da língua com a história, e se materializa na linguagem. Traduzindo o pensamento de Pêcheux, Orlandi (2003:17) assevera que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

Como afirma Brandão (1998:49), o sujeito é essencialmente histórico e ideológico. “sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social”. Deste modo, “o

sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro”. O sujeito não é a fonte, a origem do discurso, nem dos sentidos, pois na sua fala diversas outras vozes também falam.

Na Análise de Discurso há três formulações teóricas essenciais: 1) Condições de Produção do Discurso; 2) Formação Discursiva; 3) Formação Ideológica.

De acordo com Brandão (1998:89), o primeiro fator pode ser definido como “a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente”.

Em relação à Formação Discursiva, Brandão (1998:90) afirma que se trata de um “conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação” (...). A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social historicamente determinado”.

O terceiro fator é definido por Brandão (*idem*) como “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe (...). Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas”.

Para a AD todo discurso é heterogêneo, ou seja, nasce de uma relação com outros discursos, pré-construídos, configurando assim a chamada interdiscursividade. Para Maingueneau (*apud* BRANDÃO, 1998), um discurso está sempre marcado pela sua interação com outras formações discursivas. Os discursos dialogam entre si, demonstrando sempre a presença do Outro.

A heterogeneidade (o discurso do outro) pode se manifestar de duas formas: através de marcas explícitas (heterogeneidade mostrada) presentes no discurso relatado. É o caso do discurso direto e indireto, das aspas, das formas de retoques e das glosas. E pode apresentar-se também de forma não-explicita (heterogeneidade constitutiva) presente no inconsciente, como, por exemplo, o discurso indireto livre, a ironia, a alusão, a imitação, a sugestão. Neste caso, as outras vozes estão implícitas no discurso e se origi-

nam na história, na cultura, podendo ser identificadas pelo estudo das condições de produção discursiva.

Neste sentido, a Análise de Discurso retoma dois conceitos formulados por Mikhail Bakhtin: dialogismo e polifonia. O primeiro refere-se à característica de todo discurso possuir uma dimensão dialógica, isto é, qualquer enunciado dialoga com outros enunciados, com discursos anteriores. Em geral, um determinado discurso mantém sempre uma relação biunívoca, uma voltada para os “outros discursos” como processos constitutivos, outra voltada para o interlocutor da enunciação. O segundo conceito (sobre polifonia) refere-se à qualidade de todo discurso estar tecido pelo discurso do outro, de toda fala estar atravessada pela fala do outro.

Destas relações emergem os conceitos de intertextualidade e memória discursiva. A partir da intertextualidade temos a apropriação interdiscursiva de um texto por outro texto, ou mediante a citação explícita, efetiva; ou segundo formas mais implícitas, menos desveladas de apropriação.

Segundo a AD, a memória não se resume apenas à faculdade de reter as idéias, lembranças ou recordações. Somos constituídos por uma memória discursiva, um campo onde são filtradas todas as nossas regras morais e éticas e depois discursivizadas.

A memória discursiva é o elemento que faz com que os discursos sejam reconhecidos, retomados, negados, e com que haja um entrecruzamento de vários discursos. Faz parte da historicidade do sujeito, da sua constituição. Brandão (1998:76) afirma que “a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já-enunciadas”. Sem a memória discursiva os discursos não teriam sentido, não causariam efeitos.

Todos estes referentes de Análise de Discurso supracitados convergem para um espaço de interação: o texto. Que passa a ser entendido como entidade de confluência de todos estes conceitos fundamentais. A AD parte do texto como materialidade

histórica e compreende que essa matéria textual produz sentidos. O texto, então, é definido como unidade complexa de significação, consideradas as condições de produção. Segundo Orlandi (1996:21), “o texto não é uma soma de frases e nem é fechado em si mesmo. Portanto, para a AD o objeto teórico é o discurso e o objeto empírico (analítico) é o texto”.

Capítulo 1

Contextualização Histórica

*O passado mais recente,
O passado imediatamente anterior a hoje,
O passado de ontem,
Este não é história, é jornalismo.*

Danton Jobim

1.1 Preâmbulo

A epígrafe que introduz este capítulo dimensiona a razão cotidiana do jornalismo e o caracteriza como um processo contínuo de apreensão da realidade. Ora, não uma realidade reservada apenas aos acontecimentos registrados pela história, mas um espaço do real que se atualiza no movimento consuetudinário e sofre os efeitos da própria função referencial do jornalismo.

Ao longo do tempo, a necessidade da troca de informações e de idéias legitima a atividade jornalística como uma das formas de sociabilidade e de estratégia comunicacional. Nesta perspectiva, o jornalismo emerge, historicamente, como uma instituição social que registra, informa e opina mediante contratos verbais que o elevam ao expoente de representação da coletividade.

Nossa pesquisa particulariza o jornalismo periodístico uma vez que tenciona apreender o gênero editorial em seu hábitat mais freqüente: a superfície impressa dos jornais diários. Nesse plano, faz-se importante um suporte cronológico da imprensa como forma de contextualizar e abarcar os momentos cruciais da trajetória opinativa no espaço jornalístico.

Antes de apresentarmos as considerações sobre a história da imprensa no Brasil, bem como sua inserção e seu desenvolvimento no Estado da Paraíba, pontuaremos a estreita dialética entre a imprensa no mundo e o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Tais discussões tornam-se relevantes na medida em que nos conduzem a apreender a difusão impressa em uma de suas principais acepções: influenciar o comportamento das massas e dos indivíduos. Werneck Sodré (1983) assevera que a imprensa sempre esteve vinculada, em suas técnicas de produção e de circulação, às regras gerais da ordem e da ideologia capitalista.

Esse vínculo aparece, também, na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar. Inicialmente, os jornais optavam pelo fervor editorial, pelo predomínio da opinião doutrinária sobre a informação. Em seu processo de afirmação, o jornalismo representa uma atividade comprometida com o exercício do poder político, com a difusão de idéias e defesa de pontos de vista. Entretanto, com o passar do tempo, este ímpeto opinativo passa a ser cerceado. A grande imprensa capitalista compreendeu que também seria possível orientar a opinião pública através do fluxo de notícias. Surge então a preponderância da parte informativa sobre a opinativa e a estreita relação entre elas. Mas o jornalismo opinativo não desaparece, tendo sua presença no espaço impresso marcada nas páginas chamadas *editoriais* que, com a evolução da imprensa, passam a coabitar com outras formas narrativas.

A divisão entre informação e opinião foi proposta pelo editor inglês Samuel Buckley, ainda no século XVIII, na tentativa de pôr fim à crise do jornal Daily Courant. A separação em categorias viria a ser o modelo de organização seguido pela maioria dos

jornais. Entretanto, o equilíbrio ou o predomínio de uma categoria sobre a outra sempre esteve a cargo de cada processo jornalístico. A base destas distinções pode ser observada na manifestação do jornalismo francês e inglês. Em França, o jornalismo apresentase originariamente opinativo, enquanto na Inglaterra, a atividade jornalística sempre esteve configurada pela tendência informativa.

A luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o desenvolvimento da imprensa; logo surgiu a luta entre a opinião e a publicidade. O avanço gráfico dos anúncios foi, inicialmente, combatido pelos profissionais da imprensa, pois estes temiam sua evolução estética. De nada adiantou, nos fins do século XIX era norma da imprensa, por toda a parte em que alcançara desenvolvimento, que os anúncios tivessem apresentação gráfica destacada.

Além disso, questões como a rapidez no ritmo produtivo e a corrida para a revolução nas técnicas de imprensa, iniciados na Inglaterra, acrescentam-se ao quadro geral do desenvolvimento da imprensa no mundo. O que demonstra uma prova irrefutável da interligação entre imprensa e capitalismo. A ascensão capitalista, que a imprensa acompanha passo a passo, agrava os contrastes sociais e ao mesmo tempo marca o aumento do padrão de vida. A divisão do trabalho se multiplica, impondo a extensão da democracia política burguesa e o crescimento da educação, o que alarga significativamente o público dos jornais e a clientela dos anunciantes.

Werneck Sodré (1983:6) assevera que: “o capitalismo monopolista é o mecanismo propulsor da engrenagem composta entre agências de notícias, agências de publicidade e grandes cadeias de jornais e revistas, bem como pela sua influência política, pela sua capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações”.

A seguir, passaremos à observação do desenvolvimento da imprensa no Brasil, adotando, portanto, a divisão proposta por Werneck Sodré (1983), pois, segundo o autor, a cronologia por perío-

dos tem a virtude de integrar a evolução da imprensa ao próprio desenvolvimento histórico do país.

1.2 A imprensa no Brasil

1.2.1 Período Colonial

No século XVII, os holandeses introduziram no Brasil alguns elementos característicos da atividade burguesa, de que foram pioneiros. Contudo, não demonstraram nenhuma iniciativa de trazer ao domínio brasileiro a arte tipográfica, que naquela época apresentava singular desenvolvimento na área metropolitana. O fato é que a situação era adversa, pois as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pela colônia não ofereciam condições favoráveis para a instalação da imprensa.

Isoladamente, surgiram importantes iniciativas no século XVIII, apoiadas pelas autoridades coloniais. O exemplo foi a instalação, sob os auspícios do governador Francisco de Castro Morais, da pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas, no Recife.

Segundo Werneck Sodré (idem), o atraso da imprensa no Brasil deve-se, nessa época, à ausência de capitalismo e de burguesia. Porém, mesmo com todas as dificuldades, os primeiros impulsos na imprensa brasileira foram dados pelos colonizadores portugueses. Marques de Melo (2003:11) afirma que “o jornalismo brasileiro nutre-se de um modelo português, determinado por influências francesas e britânicas”.

Traços de uma imprensa rudimentar surgem a 10 de setembro de 1808, quando sai o primeiro número da oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada após a vinda da Corte joanina para o Brasil.

Em Londres, Hipólito da Costa funda, em 1807, o *Correio Braziliense*. Hipólito admite que o jornal surgiu com a finalidade de preparar para o Brasil instituições liberais e melhores costumes políticos, mas observa que não tinha intenções de pregar a independência.

Por volta de 1820, o *Correio Braziliense* já não desempenhava papel de destaque, uma vez que surgia a imprensa realmente no Brasil, com órgãos que refletiam a opinião local. Com a independência, em 1822, o jornal deixa de existir.

Depois do aparecimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, surgiram outros periódicos que, assim como esta, serviam como instrumentos de divulgação de documentos oficiais. Além disso, atuavam no combate a impressos clandestinos que entravam no Brasil, inclusive contra o *Correio Braziliense*. Estes periódicos dedicavam-se exclusivamente à publicação impressa do discurso da Corte e se destacavam muito mais por suas técnicas de impressão do que por uma representação informativa propriamente dita.

As exigências materiais da imprensa artesanal, mesmo considerando a relatividade do tempo, foram sempre reduzidas. Entra em vigor a decisão da classe dominante que, em forma de portaria, instituía a censura. Essa classe, ao estruturar o seu aparelho de Estado, mostrava que desejava conter a Independência nos limites da preservação dos seus interesses. Nesse contexto, a liberdade de pensamento não encontraria – em todo o período colonial – espaço nem condições para existir e desenvolver-se.

1.2.2 A imprensa da Independência

Nessa época, a imprensa brasileira passa por um intenso período de oscilações. Havia restrições à sua liberdade que interessavam às forças feudais européias e à metrópole lusa, enquanto a sua autonomia era defendida pela burguesia européia e pelas forças internas, que lutavam contra o colonialismo. Estas facções do poder jamais se mantinham homogêneas, nem quanto ao problema da imprensa, nem na resolução de outras questões.

Alcançada a Independência e com a estruturação do Estado, direita e esquerda separam-se intimamente. A direita age logo e a liberdade de imprensa é praticamente anulada.

Não só por atos do poder, que se sucedem, como por atentados a jornalistas, que se repetem, o ano da Independência marcou

o aparecimento de numerosos periódicos na Corte e nas províncias, caracterizando a tensão política vigente e assinalando tendências. Com esses periódicos foi se constituindo, lentamente, a imprensa brasileira, na tormentosa fase do processo de Independência. Nesse período, a imprensa ainda conserva características artesanais e se concentra nas mãos dos poderosos que, diligentemente, faziam do jornal um instrumento de defesa de suas idéias.

Em 1831, D. Pedro I abdica ao trono brasileiro e a imprensa define-se em três campos: *os conservadores de direita*, embalados no sonho da restauração; *os liberais de direita* e *os liberais de esquerda*. Evaristo da Veiga, figura central do liberalismo de direita, era amplamente combatido pelos jornais das outras duas facções.

O desenvolvimento da imprensa não ocorreu apenas na Corte e em função de suas lutas políticas. Estendeu-se a todo o país. O setor mais importante da imprensa da época viria a ser aquele ligado aos movimentos surgidos nas províncias. Como exemplo da imprensa liberal, começa a circular, a 27 de outubro de 1847, a *Voz do Brasil* que clamava sobre a situação da população brasileira que vivia massacrada pela influência estrangeira.

Em meados do século XIX, surge a chamada imprensa Praieira, que encontra, como último reduto liberal, o Estado de Pernambuco. Nessa época, ocorre forte repressão sobre os ativistas da imprensa, que atuavam a favor da liberdade. Por conta da rebelião praieira, foram detidos, além de jornalistas, deputados, militares, artífices e padres. A anistia alcançou-os por decreto de 28 de novembro de 1851. A imprensa liberal adormecida voltou, lentamente, a circular. Como exemplo, temos o surgimento dos pasquins.

O ambiente do país, na época em que surgiram e se multiplicaram os pasquins, explica, de forma nítida, a fisionomia áspera assumida pela pequena imprensa liberal, comprovando como suas características derivavam, diretamente, das condições do meio. Estatísticas revelam que na fase da Corte regencial, apenas entre 7 de abril a 30 de maio de 1831, centenas de homens foram pre-

sos e acusados de subversão e desordem. Esse era o contexto em que os pasquins tomariam vulto. De acordo com Werneck Sodré (1983:156), os pasquins eram periódicos veementes, insultuosos, lembravam represálias, excitavam o patriotismo e a luta entre partidos. Luta esta que em breve traria grande mudança à política do país.

Os pasquins não tinham periodicidade certa, apresentavam formato reduzido, não ultrapassando os primeiros números: a maior parte ficou na edição original que se tornou única. Para despertar o interesse do leitor inculto, estes periódicos abusavam da agressividade. Para transmitir conceitos ou opiniões, publicavam textos fáceis, gozadores e divertidos. Durante esse período a caricatura é introduzida na imprensa brasileira.

O pasquim apresentava uma linguagem virulenta, que não era de uso apenas nas folhas de oposição. Os jornais ministeriais também costumavam lançar repetidas invectivas aos membros da oposição. Os grupos políticos utilizavam-se de órgãos de expressão pública para manipular a opinião e para exercer sua influência política, levada a extremos limites quase sempre. Evaristo da Veiga dizia que “a maior parte dos jornais da época mais insultava do que argumentava”.

De acordo com Jobim (1992:25), o jornalista Evaristo da Veiga tornou-se famoso por ter exercido, na primeira metade do século XIX, uma “ditadura da opinião”. Isto acontece devido à enorme influência que tinha sobre o governo da Regência.

O procedimento opinativo, pautado na reprodução de interesses políticos, tornou-se muito comum no Brasil regencial. Beltrão (1980:35) afirma que “a fase de predomínio da opinião sobre o objetivismo frio da informação se estende desde a Regência até por volta de 1880”, quando o jornal adquire características de empreendimento mercantil.

1.2.3 A imprensa do Império

O golpe da Maioridade, por volta de 1840, abriu nova fase na vida política brasileira e a imprensa receberia os reflexos dessas condições.

Com o desenvolvimento cafeeiro e do tráfico escravista, o domínio da Corte torna-se absoluto. Surgem então figuras políticas oriundas da província do Rio de Janeiro, e outras que tinham na própria Corte sua base de sustentação. Para essa gente, que pouco a pouco se firmava, a imprensa devia estar em suas mãos. Os órgãos de expressão deveriam contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousava no latifúndio e que não admitia resistência. É nessa época que Justiniano José da Rocha, funda e dirige o periódico *O Brasil*, que circulou até 1852.

O novo jornal tipificava, além do discurso político, a conjugação entre imprensa e literatura. Grande parte dos jornais do século XIX passa a reproduzir estas relações. Muitos periódicos não apresentavam uma linguagem propriamente jornalística. O que havia era uma reprodução fastidiosa da retórica política, coordenada por recursos de ordem literária. Era a força doutrinária que organizava o exercício da opinião, manifestada através do artigo de fundo.

A agitação da época, que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, despertou o interesse por reformas. Estas questões inquietaram grupos oposicionistas que utilizavam a imprensa para ampliar sua influência e espelhar o quadro que o país apresentava. Nesse contexto, surgem diversos jornais, que utilizam sua força opinativa a favor de ideais reformistas e abolicionistas.

O influxo dos acontecimentos, como também das idéias republicanas, conquistava progressivamente os órgãos de imprensa. Temendo o avanço das lutas reformistas, os fazendeiros escravistas agruparam os homens de fortuna para fundar um jornal, o *Novidades*, destinado a defender a manutenção do cativo. Este

cenário de embates políticos marca profundamente a manifestação opinativa no contexto do Brasil imperial.

O desenvolvimento, tanto da imprensa como da literatura, era indiscutível durante a maior parte do século XIX. A revista também marca um grande momento na imprensa brasileira, destacando-se, nesse período, como o maior documentário ilustrado de nossa história.

1.2.4 A grande imprensa

A mudança para o regime republicano não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos. Os republicanos, com mais prestígio e força e os monarquistas, com mais combatividade. Não surgiram de imediato grandes jornais: apenas em 1891 apareceria o *Jornal do Brasil*.

A imprensa dessa época é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno de D. Pedro II: vive principalmente de publicidade e organiza-se como uma empresa comercial que visa estender o círculo de seus leitores para aumentar o seu valor ideológico.

A passagem do século (XIX para XX) assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. O jornal, como empreendimento individual, desaparece nas grandes cidades. Os pequenos jornais cedem lugar às empresas jornalísticas, que modificam suas relações com o anunciante, com a política e com os leitores. Essas transformações estão intrinsecamente ligadas à ascensão da burguesia e ao avanço das relações capitalistas.

De acordo com Werneck Sodré (1983:276), as empresas jornalísticas começam a consolidar sua estrutura, de modo que “era muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e era ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”. Essa compra da opinião da imprensa, pelo governo, tornava-se rotina. A preocupação fundamental da imprensa continua sendo o fato político e as questões relacionadas ao poder. Entretanto, essas temáticas políticas passam a neutralizar a in-

fluência literária monolítica. A nova ordem no periodismo era a pluralidade de vozes, matizada por novas formas narrativas que passam a organizar a informação e as diversas opiniões contidas nos jornais. A produção literária reservava-se às revistas ilustradas.

Eram as paixões políticas da época que norteavam o conteúdo dos jornais no início do período republicano. Em 1902, *O Estado de São Paulo*, de Júlio de Mesquita, é o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam.

No Rio de Janeiro, dois jornais polarizavam as correntes de opinião: *O País*, que defendia o governo, e o *Correio da Manhã*, que representava a oposição. Eram portugueses o gerente e o cronista do *Correio da Manhã*. Já *O País* possuía um grupo de colaboradores brasileiros responsáveis por redigir as notas políticas e os editoriais.

A partir de 1930, os veículos impressos começam a sentir os efeitos da inflação. Os jornais tiveram que elevar assustadoramente os seus preços. O problema se agravou ainda quando acontece, em novembro de 1935, a intentona comunista, subterfúgio de Getúlio Vargas para impor o estado de sítio e a censura à imprensa em todo o país. A ditadura criou o DIP, Departamento de Imprensa e propaganda, responsável pelo controle dos assuntos veiculados pela imprensa e pelo rádio. Esse órgão também foi responsável pela proibição de muitos jornais e pelo fechamento de outros. Com o Estado Novo, instaura-se um pânico à liberdade de pensamento e os jornais, a contragosto, passam a servir à ditadura.

Com a entrada do Brasil para a segunda Guerra Mundial, em 1942, o Estado Novo passa a deteriorar-se lentamente. Nessa fase, abrem-se novos horizontes para a imprensa. Entretanto, esse é um período também complexo, pois representa sua concentração nas mãos de poucos, o que ocasionou o desaparecimento de numerosos jornais e revistas.

Surge o período da constituição de grandes corporações, reu-

nindo jornais e revistas, emissoras de rádio e televisão. Tais corporações manipulam a opinião, conduzem as preferências e mobilizam os sentimentos. Entretanto, essas empresas surgem e se desenvolvem mantendo uma dependência em relação a grupos representantes do imperialismo estrangeiro. A imprensa brasileira atinge a etapa empresarial, guardando enorme vulnerabilidade, relacionada às condições econômicas do país e ao seu nível de desenvolvimento.

1.2.5 A crise e a modernização da imprensa

O avanço da imprensa no Brasil foi condicionado ao desenvolvimento do país. E a crise da imprensa brasileira tem identidades com a crise da imprensa capitalista no mundo. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil vive diversas transformações e antagonismos políticos que se refletem no meio impresso. Tornava-se cada vez mais difícil o surgimento de novos jornais, pois a concentração da imprensa seguia seu curso implacável.

Em todas as áreas regidas pelas relações capitalistas no mundo, a imprensa atingiu a etapa de empresa. De acordo com Marcondes Filho (1986, p. 65) “(...) quanto mais o jornal burguês tende à empresa capitalista com lucros e perdas, que produz mercadorias de busca e interesse amplo, tanto mais ele desenvolve melhores técnicas de aprimoramento do produto”.

O desenvolvimento dessas técnicas proporciona o avanço de jornais precursores da modernização do jornalismo brasileiro. Com o passar do tempo, a indústria de jornais, revistas, radiodifusão e televisão atinge dimensões gigantescas.

Paradoxalmente a esse processo de modernização dos grandes empreendimentos de comunicação, surge a crise do papel de imprensa, que atinge, principalmente, os pequenos jornais, ocasionado o fechamento de muitos. Devido à falta crescente de matéria prima e à destruição acelerada das florestas, o papel de imprensa tornava-se cada vez mais caro. Na maioria das vezes, precisava ser importado.

Paralelamente, a imprensa vivenciava dificuldades no acesso às máquinas necessárias à produção, em grande escala, dos jornais e das revistas. Por outro lado, a divisão do trabalho nos jornais exigia um número sempre maior e mais qualificado de trabalhadores especializados, que reivindicavam remuneração compatível. Essas necessidades materiais demandavam grandes recursos, incompatíveis com as reais condições das pequenas empresas, que reduziam progressivamente a circulação dos jornais, entregando-os, na maioria das vezes, ao controle das agências estrangeiras de publicidade.

Finda a segunda Guerra Mundial, abria-se amplo horizonte à liberdade de pensamento. Entretanto essa liberdade era apenas teórica, pois estava condicionada ao capital, dependendo do vulto de recursos de que a empresa dispunha e ao grau de dependência em relação às agências de publicidade.

Nos idos de 50, surge o problema da exploração petrolífera e Vargas lança uma campanha pautada em teses nacionalistas, organizando a ideologia de exploração estatal do petróleo. Os jornais, controlados pelas agências estrangeiras, montaram gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do líder político. De acordo com Werneck Sodré (1983, p. 402) “a campanha penetrou no espírito dos leitores, mobilizou a opinião pública e abalou o Governo”. Nem o vespertino oficioso a *Última Hora* conseguiu conter as invectivas das grandes empresas jornalísticas. Todas as ofensivas publicitárias, organizadas para liquidar o governo Vargas, culminaram no suicídio do Presidente, em 24 de agosto de 1954.

A partir da segunda metade do século XX começaram a surgir várias lutas relacionadas à própria classe jornalística, que sofria com os baixos salários e com a censura implícita à liberdade de pensamento. Segundo Werneck Sodré (1983:417) quando a opinião dos jornalistas não coincidia com a do patrão, os profissionais eram demitidos. Assim escreveu um dos jornalistas da época: “(...) o que existe e sempre existiu é a opinião do dono do jornal”.

Nessa época, a imprensa passa por diversos condicionamen-

tos, que submetem sua livre expressão e a tornam limitada ao poder público, aos próprios proprietários das empresas jornalísticas, às agências de notícias e às agências de publicidade estrangeiras. Mas no arremate de toda essa dependência, pairava sobre a nossa imprensa a polêmica da infiltração de capitais estrangeiros.¹

Seguindo o curso da desnacionalização, os grandes jornais alertavam para o perigo do “estatismo” na economia e condenavam as restrições aos investimentos estrangeiros, que impediriam o país de avançar em seu processo de industrialização. Com isso, a imprensa aceita a centralização do poder nas mãos dos militares. Em defesa do golpe, o *Correio da manhã* estampou nos dias 31 de março e 1º de abril os editoriais intitulados “Basta” e “Fora”, dirigidos a João Goulart.

O regime militar, inaugurado no Brasil com o golpe de 31 de março de 1964, instalou-se com um forte consentimento civil. E a imprensa de maior prestígio e circulação serviu como base estratégica para o movimento que fez declinar o regime constitucional.

Com a subida dos militares ao poder, teve início um período de sanção política, que culminou com a prisão de opositores do regime e com a censura à imprensa. Diante das repressões, a imprensa começou a se distanciar do governo e a denunciar suas arbitrariedades.

A intensidade da censura tornou-se bastante rigorosa com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que ampliava os poderes do Presidente da República e impunha a censura prévia aos meios de comunicação. Na época, alguns jornais foram fechados pelos órgãos militares. No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* tiveram seus diretores e vários jornalistas presos.

Segundo Abreu (2002:15) “a relação dos militares com a imprensa teve, contudo, outra face. Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de co-

¹ Werneck Sodré lembra que a crise da imprensa está relacionada ao tortuoso processo de desnacionalização sofrido pelo Brasil.

municação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional”.

A formação de grandes redes, estimuladas pelos militares, representava um instrumento adicional de controle sobre a mídia e exigia vultosos investimentos. Foi então que se assistiu à formação de oligopólios da informação, com recursos obtidos junto ao governo. O contraponto da tendência à concentração dos meios de comunicação foi o desaparecimento de vários jornais.

É na época do regime militar que surge a chamada “imprensa alternativa”, que conheceu sucesso na fase mais aguda da repressão. Essa imprensa ressalta a proposta de construir um espaço de resistência política. Os jornais que mais se destacaram foram *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Coojornal* e *Versus*.

A partir de 1974, o país passa a ser governado pelo general Ernesto Geisel que, para recuperar o apoio da sociedade, organizou uma estratégia de liberalização política para impor limites à comunidade militar. Com isso, o governo procurou revitalizar o processo eleitoral e aos poucos liberar a imprensa da censura.

Além das lutas pela distensão política e por liberdade, a imprensa, a partir dos idos de 80, passa a se preocupar com sua transformação tecnológica. Os avanços nessa área, com o desenvolvimento das telecomunicações, com a difusão da informática e com as novas possibilidades de impressão e registro audiovisual, afetaram a coleta da informação, a produção da notícia e sua distribuição.

O objetivo das empresas de comunicação, ao adotar novas tecnologias, passa então a ser os estudos mercadológicos e as estratégias de *marketing* para sustentar seu produto no mercado consumidor. A informação, além de um bem simbólico, tornou-se um bem econômico, uma mercadoria. Com isso, a linguagem veiculada nos jornais passa também por mudanças significativas, uma vez que o jornalismo do século XX começa a conviver com novas formas temáticas e com a sistematização de novos modelos de narrativa.

No novo jornalismo, submetido aos ditames da concorrência, os jornalistas são condicionados a trabalhar sob muita pressão, pois o rigor no horário de fechamento do jornal significa um salto de rapidez na execução de tarefas.

De acordo com Abreu (2002:41-42), a profissionalização foi afastando o escritor e o intelectual da imprensa. A autora explica que, no passado, “os editoriais eram formulados e escritos pelos jornalistas/intelectuais. (...) Os jornalistas podiam ter e tinham opinião. (...) No mundo contemporâneo, os editoriais são destinados a uma faixa limitada de leitores, que vê neles uma fonte de orientação sobre determinados assuntos”. Abreu demonstra que isto se deve à corrida mercadológica, que levou a imprensa a priorizar a nuance informativa na concepção de sua linguagem. Nesse contexto, o recurso opinativo doutrinário, que predominava nos jornais do século XIX, vai se tornando um modelo obsoleto e cede espaço a novos parâmetros na construção do texto jornalístico.

A imprensa industrial do final do século XX está representada pelo processo de concentração dos meios de comunicação de massa e pela formação de oligopólios da informação, o que ocasiona uma diminuição progressiva no surgimento de novos jornais. Os que já existem são suplantados pelo imperialismo das grandes corporações, que detêm o controle dos meios e manifestam sua ordem de mercado.

1.3 A imprensa na Paraíba

Nesse item, ressaltaremos a história da imprensa na Paraíba a partir de uma perspectiva contextual. Dispensaremos, portanto, excessos detalhistas, orientando nossa observação rumo a um recorte temporal que vise a destacar a essência de cada momento, bem como a inserção cronológica dos quatro periódicos que compõem nosso material de pesquisa.

Gazeta do Governo da Paraíba do Norte, assim denominou-

se o primeiro jornal publicado na Paraíba. Referências históricas revelam que esse periódico surgiu a 16 de fevereiro de 1826 e foi impresso na “Typographia Nacional da Parahyba”, que era administrada pelo súdito inglês Waller S. Boardman. O jornal circulou até 1827, quando o então presidente da província e fundador do jornal, Alexandre Francisco de Seixas Machado, entregou o governo ao seu sucessor.

Leal (apud ARAÚJO, 1983:70) assinala, entretanto, que o surgimento da imprensa na Paraíba tem sua veracidade duvidosa. De acordo com o autor, o “hipotético primeiro periódico paraibano” seria *O Português*, surgido em 1818 e impresso na tipografia apanhada de um barco inglês que afundou nas proximidades do Cabo Branco. O material teria sido desembarcado e utilizado na composição de um jornal.

O segundo jornal da Paraíba foi fundado por Antônio Borges da Fonseca. Chamava-se *Gazeta Parahybana*, era bi-semanário e circulou de 1828 a 1829.

Durante a Monarquia circularam na Paraíba mais de 50 periódicos, quase todos na capital. A maioria desses jornais representava interesses políticos. Assim como em todo o país, durante a maior parte do século XIX, os impressos reproduziam, em sua força opinativa, o cerne doutrinário do discurso político.

Em 1831, surge, na capital paraibana, o primeiro estabelecimento gráfico de iniciativa particular: a “*Tipografia do Beco da Misericórdia*”².

A segunda metade do século XIX está marcada pelo surgimento de vários jornais de vida efêmera. Araújo (1983:71) afirma que a causa principal dessa efemeridade era a enorme politização da sociedade, que se refletia na imprensa. “Bastava que o jornal fizesse algum comentário desairoso a uma facção do poder, ou ocorresse a queda da liderança que apoiava, para imediatamente lhe ser negado qualquer tipo de apoio, ficando assim impossibilitado de ser impresso”.

² Referência feita por Martins, 1978, p. 21 à tipografia do português José Rodrigues Costa.

Em 9 de maio de 1888 é lançada a folha *Gazeta da Parahyba*, jornal diário que a História registra como um dos mais importantes periódicos surgidos no Estado.

Até o final do século XIX, o jornalismo na Paraíba não pôde desenvolver-se plenamente. Nessa época, a politização da imprensa era enorme e atingia qualquer jornal que aspirasse a uma circulação regular. Surge, nesse período, o jornal *A União*, fundado por Álvaro Machado, a 2 de fevereiro de 1893. Inicialmente, era órgão do Partido Republicano Conservador e depois foi transformado em folha oficial do Estado.

No início do século XX, o jornalismo paraibano começa a imitar os padrões da imprensa do Rio de Janeiro, época em que os grandes diários do Centro-Sul passam a entrar no Estado devido ao progresso dos sistemas de comunicação e de transportes. Nesse momento, os jornais acentuam o cenário das polêmicas. Surge nesse contexto, a 7 de maio de 1908, o jornal *O Norte*, que, como apontado anteriormente, procurou romper com os velhos padrões do jornalismo provinciano.

No decorrer de sua história, a imprensa paraibana conhece também a API, órgão que se destaca como representante da classe jornalística. A Associação Paraibana de Imprensa foi criada em 7 de setembro de 1933, com o estímulo do mundo intelectual do Brasil, além do apoio oficial do Governo da República.

Quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência do país, em 1934, as publicações locais tornam-se raras, pois a imprensa, não só na Paraíba, mas no Brasil inteiro, passa por um obscuro período de censura. Esse cenário agrava-se com a instauração do Estado Novo e se estende até 1945.

Com a queda de Vargas, a imprensa retoma sua vitalidade. A partir da década de 50, mais alguns jornais despontam na Paraíba. Ressaltamos, aqui, o jornal *Correio da Paraíba*, fundado em 1953 por Teotônio Neto.

Além dos periódicos que se destacavam na capital paraibana, surgiram também algumas revistas de periodicidade irregular e alguns jornais interioranos. Como fruto desse bandeirismo da im-

prensa funda-se, a 5 de setembro de 1971, o *Jornal da Paraíba* no município de Campina Grande.

Um fato interessante a ser percebido na trajetória da imprensa na Paraíba é que ao longo das décadas surgiam vários jornais, que logo desapareciam e ressurgiam em décadas diferentes. Algumas vezes, esses periódicos ressuscitavam a mesma filosofia ou reapareciam com idéias inteiramente opostas. A partir da década de 80 até os dias de hoje, mais alguns jornais despontam na Paraíba, representantes, entretanto, de uma efemeridade e de uma politização que se lhes tornaram características.

A evolução da imprensa na Paraíba sempre esteve condicionada ao contexto político, representado pela ideologia dos grupos dominantes que fazem uso dos meios de comunicação para conservar posições de relevância perante a opinião pública. Com a mercantilização do jornalismo e com o desenvolvimento de novas técnicas narrativas, a ideologia passa a ser preservada, também, a partir da própria elaboração das notícias que, segundo Araújo (1983:59), “obedece muito mais aos critérios dos grupos e das fontes do que aos interesses do leitor”.

Assim como em todo o país, a imprensa na Paraíba acompanha as etapas de transformação e manipulação das mensagens jornalísticas. A passagem do século XIX para o século XX está representada por um complexo universo de transições na própria estrutura da linguagem do jornalismo impresso. No mundo contemporâneo, as estratégias narrativas, antes configuradas a partir dos espaços opinativos, são ampliadas mediante a perspectiva mercadológica da era industrial. Surge daí a necessidade de converter o jornal em um instrumento mais objetivo, que passa então a conviver com novas temáticas e com diversas manifestações simbólicas.

Capítulo 2

As matizes simbólicas e discursivas da enunciação editorial no espaço impresso

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces sob a face neutra.*

Carlos Drummond de Andrade

2.1 O jornalismo impresso e as linguagens

O que é jornalismo? Como relacionar a atividade jornalística a conceitos lingüísticos e semiológicos? Como compreender o entrelaçamento da linguagem com a construção social da realidade no desenvolvimento da prática jornalística? Estes são apenas alguns dos questionamentos que nos motivam a incursionar, neste subtítulo, à delimitação do jornalismo impresso a partir de sua dimensão simbólica. Esta perspectiva assume fulcral importância no avanço das discussões que compõem o próximo tópico deste capítulo, visto que abre vereda para as abordagens relacionadas ao gênero editorial em sua ressonância na esfera do discurso jornalístico. Passemos agora ao ponto inicial de nossa investigação.

Em definição bastante generalista e aquém das conceituações acadêmicas, o jornalismo pode ser compreendido como uma atividade da comunicação coletiva destinada a converter a estrutura dinâmica dos fenômenos sociais em fatos jornalísticos, ou seja, registrar os acontecimentos e repassá-los à coletividade a partir da informação, da discussão, do debate e da análise das circunstâncias efêmeras.

A natureza do jornalismo converteu-se, ao longo dos tempos, em objeto de estudo perseguido por diversos pesquisadores, que investiram longos esforços em investigar a essência científica desta prática. Entretanto, é a partir de Otto Groth¹, nos idos de 60, que se estabelecem os contornos mais significativos de uma ciência do jornalismo.

Entre outras considerações, Groth (apud MELO, 2003:17) demonstra que a atividade jornalística está concentrada na essência do “processo cultural-social”. O pesquisador elucida que a totalidade desta prática deve ser analisada a partir da conjugação de quatro parâmetros básicos: “periodicidade, universalidade, atualidade e difusão”. Estas entidades se complementam e se articulam no movimento cotidiano do jornalismo e, diante das necessidades sociais de informação e de opinião, são constantemente solicitadas.

Retomando as diretrizes metodológicas desta teoria do jornalismo, Marques de Melo assevera que:

(...) o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal, revista, rádio, televisão, cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais e ideológicos). (MELO, 2003:17)

¹ Otto Groth (1883-1965) exerceu o jornalismo na Alemanha até 1934, quando abandona a profissão e passa a se dedicar exclusivamente ao trabalho inestimável de pesquisa e reflexão sobre os fenômenos jornalísticos.

Não iremos nos aprofundar nestas questões, mas o esboço sobre algumas singularidades do jornalismo serviu-nos para um breve recorte conceitual acerca desta atividade. Convém, a partir de então, deslindar outro ponto de particular relevância: a constituição semiótica do organismo jornalístico.

Para articular a relação periódica entre os acontecimentos e a coletividade, o jornalismo necessita dispor de uma linguagem que represente a realidade a partir do paradigma da referencialidade. Antes de compreendermos estas relações, passemos a algumas considerações importantes.

Consensualmente, a linguagem pode ser entendida como um sistema de signos que serve de meio de comunicação entre os indivíduos e que pode ser percebido pelos diversos órgãos dos sentidos.

Como sabemos, o homem vive em permanente e complexa interação com a realidade e a interpreta de várias maneiras, como por exemplo, através das sensações. Entretanto, as informações que o envolvem exigem que ele as codifique em signos capazes de permitir-lhe comunicar-se.

Todo signo é portador de uma significação e funciona, na condição de significante, estabelecendo uma ponte entre o referente (realidade) e o seu significado. Nestes termos, será a partir do recurso dos signos, como forma de organizar o mundo a nossa volta, que se estrutura o multifacetado universo da linguagem.

Ao reproduzir constantemente estas relações sógnicas e ao trabalhar no mérito da referencialidade como seu eixo de legitimação, o jornalismo vai se configurar como um organismo semiótico que, com base em uma linguagem peculiar, articula e coordena a intrínseca dicotomia entre signos e realidade. Para tanto, a linguagem jornalística mobiliza uma mediação simbólica de representação do mundo capaz de distribuir os seus produtos em diversos níveis nos jornais diários. Percebe-se, com isto, a existência de uma estreita simbiose semiológica entre os sistemas verbais e os sistemas não-verbais, que são linguagens complementares no espaço impresso do jornalismo.

Lage (2001:6-7) demonstra que a informação, a opinião e a interpretação – conteúdo dos jornais – são bens simbólicos que se estruturam na superfície impressa a partir de um arcabouço gráfico, responsável pela organização das unidades semânticas que se propõem a representar a realidade. Para o autor, existem três componentes básicos capazes de articular esta integração entre linguagem verbal e linguagem não-verbal, seriam eles: *o projeto gráfico, os sistemas analógicos e o sistema lingüístico*.

Como já se sabe, o projeto gráfico é o sistema simbólico composto de manchas, traços, ilustrações e blocos de letras. É através deste projeto que o jornal preserva sua identidade e se faz reconhecido pelo consumidor.

Já no sistema analógico encontramos as fotografias, as ilustrações, charges e cartoons. Estes sistemas são responsáveis pelo registro e pelo comentário de momentos e se convertem em entidades de enorme valor referencial.

Por último temos o componente digital da linguagem jornalística – o sistema lingüístico. Composto por manchetes, títulos, textos e legendas, este sistema se estabelece como o mais adequado à comunicação de conceitos.

O percurso que nos dispusemos a fazer até aqui conserva a intenção de desvendar o jornalismo impresso a partir de seu contexto mais amplo e interno, onde demonstramos que, ao trabalhar no nível da mediação inquestionável da linguagem, ele se configura como uma importante prática comunicacional.

Doravante iremos apreendê-lo enquanto uma “instituição social” que, mediante articulações lingüísticas², legitima-se como representante da coletividade. De acordo com Gomes (2000:19) o jornalismo é um fato de língua e, quando pretendemos tomá-lo como tal, precisamos “levar em conta seu papel e sua função na instituição social”.

² Desenvolvida partir do século XX, pelo suíço Ferdinand de Saussure, a Lingüística é a ciência da linguagem verbal, oral ou escrita. O objeto específico desta ciência é a “língua”, que é definida por Saussure como “um sistema de signos” organizados para formar um todo.

Ora, qual seria a função do jornalismo na instituição social, senão a de organizar os processos narrativos a partir da projeção de uma linguagem que se destaca no embate pelo eficaz manuseio das palavras. Nestes termos nos fala Rossi (2000:7): “O jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos (...) Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra”.

Com esta tática de domínio do espaço simbólico, o jornalismo se legitima como detentor e representante da ordem das palavras e se institucionaliza como uma “prática social fundada no reconhecimento público”. (ver CHAUI, 1999:3).

Tal reconhecimento confere ao jornalismo o papel de detentor de um poder legitimado pela coletividade. Esta delega o artifício da palavra à instituição jornalística, que se estabelece, paralelamente, como entidade capaz de organizar o espaço social. Esta acepção deve ser observada com muito cuidado, uma vez que concede ao jornalismo a autonomia de direcionar sua prática lingüística no sentido do jogo irrefutável das relações de poder. Assim nos explica Bourdieu (1989:15): “o que faz o poder das palavras é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia (...) O poder simbólico é uma forma transformada das outras formas de poder”.

Nesse contexto, a linguagem jornalística não pode ser pensada apenas como instrumento de comunicação. Ela precisa ser apreendida, sobretudo, a partir de sua interferência no diálogo social. Com isso, percebe-se que a palavra no jornalismo impresso deve ser desvelada mediante as atribuições de suas estratégias enunciativas. Bakhtin (apud BACCEGA, 1998:83) já nos falaria que a verdadeira essência da língua está centrada no “fenômeno social da enunciação”, que se manifesta através da “interação verbal”.

Para o autor, a enunciação é resultado do ato de fala e fundamenta-se em uma relação “dialógica”, estabelecida entre o sujeito-locutor, que se apropria da fala e o sujeito-interlocutor, alvo do dizer. No caso da prática jornalística, a reprodução simbólica segue o viés da unilateralidade, uma vez que o fluxo informa-

tivo orienta-se do sujeito-comunicador ao receptor, sem que haja o devido espaço para que o destinatário da mensagem participe do processo discursivo. Estes conceitos serão melhor explorados em outro momento de nossa pesquisa. Todavia, convém ressaltar, previamente, que eles assumem particular importância em qualquer estudo que tencione percorrer os caminhos de análise do discurso jornalístico.

Se transcendermos a observação meramente textual da linguagem jornalística e a elevarmos ao contexto social, podemos demonstrar que sua enunciação, ao ser tomada sob o prisma deste aspecto, configura-se a partir de três funções: *a função referencial, a função expressiva e a função metalingüística*³. Dentre as quais, a metalingüística será abordada com maior ênfase, por sua particular relevância para nosso estudo.

A partir das perspectivas supracitadas, concluímos que o princípio que rege a *função referencial ou denotativa* da linguagem jornalística encontra sua legitimação no próprio contexto social, ou seja, no local da fala. É nesse espaço que se processa o recorte da realidade e a enunciação jornalística passa pelo crivo do jogo simbólico que irá compor o componente informativo. Neste jogo, o mito da objetividade alavanca uma interação entre o sujeito-jornalista e o sujeito-leitor. Com o argumento da neutralidade, o sujeito da enunciação estabelece a noção de credibilidade nas notícias e reportagens, alegando que apenas transmitiu os acontecimentos, e transfere a responsabilidade de interpretação dos fatos ao sujeito-leitor.

Já quando pensamos no exercício da opinião no espaço jornalístico, não podemos fazê-lo sem antes observar que esta expressão opinativa ocorre justamente como forma de atribuir valores aos assuntos que se apresentam na atualidade. Inferimos que o

³ Ao pensar a Lingüística à luz do processo teórico da comunicação, o russo Roman Jakobson aponta as conhecidas seis principais funções da linguagem: a função referencial, a expressiva, a conativa, a fática, a metalingüística e a poética. Nos atos de linguagem presentificam-se várias dessas funções concomitantemente.

texto opinativo fala a partir de uma reconfiguração da referencialidade do texto informativo. Isto se torna possível na medida em que, na manifestação opinativa, o autor da enunciação fala de algo que já está acontecendo no contexto social. Entretanto, é preciso perceber que o paradigma da referencialidade, que norteia grande parte dos textos jornalísticos, no caso da mensagem opinativa, resguarda a peculiaridade de ser condicionado a duas variáveis controladas pela instituição jornalística, são elas: a autoria e os ângulos de abordagem. Isto pode ser observado no exercício do ponto de vista contido em artigos, colunas, comentários e resenhas que centram sua linguagem na *função expressiva ou emotiva*, dando vazão à subjetividade e ao critério de competência dos autores na abordagem dos valores inerentes aos acontecimentos.

No universo da seleção opinativa dos fatos, destaca-se também a crônica. Com o passar do tempo, este gênero assume incontáveis definições. No jornalismo contemporâneo, a crônica reflete uma narrativa que conjuga a necessidade informacional da linguagem jornalística à liberdade criativa e aos recursos estéticos do autor/cronista.

A outra função, que aqui propomos, remete-se diretamente ao nosso objeto de estudo: o editorial. Compreendemos que a legitimidade deste gênero dá-se, especialmente, pelo exercício da *função metalingüística*.

Ora, se apreendermos o editorial a partir da proposição de Marques de Melo (2003:103) que define o gênero como a voz do jornal, como uma entidade que expressa “a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”, conseguiremos compreendê-lo em seu perfil mais abrangente. Entretanto, precisamos perceber que o exercício da opinião editorial passa por outros matizes que conferem ao gênero uma relativa particularidade no âmbito do jornalismo impresso.

Esta acepção se concretiza a partir do momento que delimitamos o editorial não apenas como transmissor do pensamento do jornal, mas, principalmente, como um tradutor opinativo das diversas linguagens dos acontecimentos que se configuram no dese-

nho do espaço social. Esta perspectiva oferece testemunho da essência metalingüística dos editoriais. A natureza metalingüística se revela no momento em que a instituição jornalística apropria-se do código lingüístico para, através de um gênero discursivo de caráter opinativo, aprofundar/analisar temáticas que estão circulando no seu próprio espaço informativo.

Feitas estas considerações, passemos agora ao ponto que define a linguagem do editorial a partir de suas estratégias enunciativas. Segundo Beltrão (1980:52), o editorial pode ser compreendido como “um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública”; ou mais precisamente, na acepção de Marques de Melo (2003:104), um agente que apreende e concilia “os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana”.

Com isso, entendemos que a enunciação editorial reflete o sujeito-editorialista, enquanto porta-voz do jornal, falando em nome da soma das opiniões dos grupos que orientam a política editorial do veículo. Como afirma Marques Melo (2003:105), as vozes frequentes na tessitura editorial, antes de entoarem as reivindicações da comunidade, significam “muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa dos interesses empresariais e financeiros que representam”.

Concordamos com esta classificação proposta pelo autor, contudo deve-se perceber que a opinião editorial articula-se também com os membros dos órgãos governamentais, pois ela resguarda sutilezas que são próprias da extrema dependência que a instituição jornalística mantém em relação ao poder estatal e aos seus investimentos. Decorre daí que o editorial representa um pêndulo que se movimenta entre a ressonância do diálogo com os grupos políticos e econômicos.

Na pujança editorial inexistente uma preocupação oficial em falar em nome da maioria. É característica irrefutável desta esfera da opinião impressa, a diligência em abordar assuntos que tratem de questões ligadas diretamente às aspirações mercadológicas e às articulações políticas da empresa jornalística. Surge então que a

apropriação opinativa dos fatos informativos de maior destaque no momento passa pelos filtros da política editorial.

Concluimos que o ponto de vista contido nos editoriais está pautado pelo direcionamento de estratégias ideológicas que se manifestam nas próprias formações discursivas, responsáveis por orientar a produção dos sentidos no jornalismo. Para ampliar estes conceitos e vislumbrar a necessidade de se analisar a linguagem jornalística em sua relação com a conjuntura social e histórica, passemos ao próximo tópico de nossa investigação. Nele faremos uma importante contextualização do gênero editorial em seu diálogo com o discurso jornalístico.

2.2 O editorial e a ordem do discurso jornalístico

2.2.1 Estudo preliminar

Do latim *discursu(m)*, discurso significa ação de correr por ou para várias partes. O termo comporta polivalência de sentido. Em oratória, designa a elocução que visa a comover e persuadir; em trabalhos de cunho científico, assume a denotação de tratado, dissertação; em filosofia, distingue-se o teor discursivo do intuito; na esfera dos estudos sociolinguísticos, de onde nasce sua importância para nosso trabalho, o discurso representa a linguagem em movimento no processo de construção dos sentidos.

A interface entre discurso e linguagem tornou-se fator indissociável no domínio das pesquisas que pretendem uma análise dos processos discursivos socialmente constituídos. Depreende-se daí que o discurso está materializado na linguagem, configurando-se como um espectro de mediação necessária entre o homem e o espaço circundante. De acordo com Orlandi (2003:15), “essa mediação torna possível tanto a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O

trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”.

O imbricamento entre o linguístico e o discursivo oferece subsídios para pensarmos o horizonte das práticas sociais. Para tanto, deve-se compreender que o termo discurso está diretamente ligado à prática de linguagem entre sujeitos inseridos em contextos sócio-historicamente definidos. Desse modo, quando pretendemos analisar os fenômenos discursivos engendrados pelos organismos sociais, precisamos observar a indissolúvel relação entre os mecanismos linguísticos e a exterioridade simbólica.

Ao pensarmos o discurso não podemos concebê-lo apenas como transmissão de mensagens entre indivíduos no processo de comunicação, mas, substancialmente, como um mecanismo que coloca a linguagem em funcionamento, promovendo um intrínseco cruzamento entre sujeito e sentidos interceptados pela língua e pela história. Sendo assim, para abarcarmos os sentidos dos signos que compõem uma linguagem específica, somos levados a apreender as condições de produção dos diversos tipos de discurso. Estas condições não dependem apenas do espaço físico ou institucional em que a formação discursiva é formulada, mas se relacionam diretamente ao contexto social em que se processa o efeito de sentidos entre os sujeitos.

Bakhtin (1999) concebe a atividade discursiva como uma entidade coletiva que se estrutura a partir de um fenômeno dialógico de interação social, realizado através da enunciação. Desta feita, a interação torna-se condição primordial de toda atividade de linguagem, promovendo significados junto à coletividade, o que faz transcender as fronteiras meramente linguísticas do processo comunicativo.

A enunciação identifica-se com o dizer discursivo, do qual resultam os enunciados. Estes, por sua vez, remetem-se à enunciação a partir da configuração do que está sendo dito pelos sujeitos que se projetam como porta-vozes do amplo discurso social. No tocante a esta questão, percebe-se que o enunciado é produto da interação social, que se materializa na formação discursiva, onde

cada palavra “reflete” e “refrata” o universo das trocas sociais. Conforme Bakhtin (1999:113) “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente (...) a estrutura da enunciação”. Desta maneira, Bakhtin demonstra que os discursos não se aprisionam na estrutura meramente lingüística das palavras, dos enunciados ou dos textos. Existe na imanência concreta dos enunciados a face oculta do contexto extra-verbal, do espaço social que envolve o indivíduo.

O presente trabalho de análise do gênero editorial orienta-se mediante os parâmetros supracitados, na medida em que concebe o discurso como substrato de uma interação verbal, que se organiza segundo uma perspectiva dialógica. Algo que se concretiza pelo fluxo discursivo que procede de um sujeito emissor e se dirige para um sujeito destinatário.

Entretanto este intermédio simbólico que se efetiva na transmissão lingüística não deve ser apreendido de forma incauta, pois a linguagem não se estabelece, como já dissemos, apenas como fenômeno da comunicação. Segundo Orlandi (1987:60), “a abordagem da língua deve ser feita por sua inserção no contexto social e no universo da tensão humana em que ela atua. O território da língua é lugar de disputa e conflitos, da relação entre o sujeito e a sociedade”.

Isto posto, percebemos que o discurso é o espaço em que a linguagem significa socialmente. Para entendermos estes mecanismos significativos precisaremos vislumbrar suas condições de produção, enfatizando as interseções entre as formações textuais/discursivas e as formações ideológicas demarcadas pelo contexto social e histórico em que é praticado determinado discurso.

Na dinâmica dos processos discursivos, a linguagem oferece-se a critérios de classificação que estabelecem os vários discursos socialmente dirigidos. A noção de tipologia de discurso torna-se necessária para uma sistematização do uso da linguagem. Por isto, compreender o funcionamento discursivo, significa, sobretudo, apreender o conjunto das representações cristalizadas em espécies/ordens distintas. Desse modo, podemos diferenciar inú-

meros discursos a partir de incontáveis domínios. A título de exemplo, identificamos na esfera do conhecimento, o discurso científico, o filosófico, o literário, o teórico, etc. No universo institucional, encontramos o discurso religioso, o político, o jurídico, o publicitário, o jornalístico, entre outros.

Em suma, cada um destes fenômenos discursivos conserva peculiaridades que se configuram a partir das condições de produção, da posição dos sujeitos envolvidos no procedimento enunciativo e da subsequente disseminação de sentidos orientados por finalidades específicas.

O percurso conceitual que nos conduziu até aqui oferece-nos subsídios para pensarmos as variáveis que norteiam os princípios de análise da maioria dos discursos socialmente praticados. Mas não iremos nos deter na categorização de cada um destes processos discursivos. Doravante concentraremos esforços na observação da modalidade jornalística, dado o seu papel na mediação de outros discursos e na constituição de sentidos direcionados ao campo social.

O discurso jornalístico adquire legitimidade no âmbito da representação social pelo exercício da palavra consignada. Embora utilize as manifestações dos vários campos semiológicos, a linguagem verbal cristaliza-se como alicerce fundamental da prática jornalística. Assim, dispondo de uma linguagem própria, o jornalismo articula as diversas matizes discursivas. Parte de um contexto social, onde ocorrem fatos a todo o momento, tendo como sujeito comunicador o jornalista que assume a palavra na construção dos enunciados.

Os enunciados são socialmente dirigidos para que se efetive o processo de enunciação. Devemos, pois, atentar para o procedimento de elaboração destes produtos discursivos que, configurados enquanto relatos e comentários jornalísticos, pautam-se, respectivamente, na ordem da referencialidade e da valoração.

Estes são os pólos que orientam todo o fazer jornalístico. Se por um lado, o jornal narra as notícias cotidianamente, cumprindo sua função referencial ou informativa. Por outro, organiza siste-

mas de valores, que coincidem tanto com a posição do jornal, enquanto sujeito da enunciação, como com a posição dos sujeitos que assinam sua manifestação expressiva. Nesse sentido, o jornalismo imposta-se como mediador imprescindível entre o referente e a opinião pública. Mediante tal processo de mediação simbólica, a atividade jornalística mobiliza o fenômeno de re-representação do mundo, identificado a partir do artifício de construção discursiva da realidade.

A narrativa jornalística aponta para uma reconfiguração dos fatos reais apurados cotidianamente. Ao serem organizados discursivamente, os acontecimentos passam por um processo de depuração que coincide com o procedimento de intermediação semiótica. Os produtos desta prática – os enunciados – são devolvidos à dimensão do imaginário social.

Ao desbravarmos as fronteiras do discurso jornalístico, somos levados a tangenciar cada ponto desta circunferência que movimenta o fluxo da comunicação. Com isto, destacamos um outro fator que desperta nosso interesse: a constituição do sujeito da enunciação.

A estrutura do discurso da referencialidade ostenta a ideologia da objetividade e imparcialidade, que se apresentam textualmente como ausência de sujeito. Segundo Baccega (1998:54), existe uma crença generalizada de que “é o fato que assume contar-se como se não houvesse intermediação do sujeito e sua linguagem”. Mas como vimos, o próprio recorte simbólico, que constrói discursivamente uma nova realidade, põe em questão as certezas deste método “objetivo” de produção. Mesmo seguindo a lógica da impessoalidade, o sujeito acaba se envolvendo na elaboração de estratégias narrativas e argumentativas. Já no caso de textos com teor opinativo devemos somar, entre outros aspectos, a própria carga avaliativa que os jornalistas, invariavelmente, transferem para seus rebentos.

Sendo assim, constatamos que o discurso jornalístico, como todo e qualquer discurso emitido, conserva um enorme potencial semântico, na medida em que sua manifestação segue o caminho

da escolha, do enfoque e da exclusão de determinados acontecimentos. Nem todos os fatos são considerados convenientes para se tornarem acontecimentos veiculados pela mídia.

Além destes fatores, o discurso jornalístico mobiliza suas técnicas como forma de promover articulações com diversas formações ideológicas, coordenando uma infinidade de vozes que convivem cotidianamente na sôfrega rotina produtiva. A complexidade dos processos políticos e sociais exime a perspectiva de que o jornalismo possui um discurso autônomo, isento. O discurso jornalístico, como diria Chaparro (1998:77), representa uma mediação eficaz “entre os discursos de núcleos e pólos organizados da sociedade”. É na dinâmica do conteúdo jornalístico (*informação e opinião*) que podem ser captados e socializados os discursos, as ações, os saberes e as falas de sujeitos que agem na sociedade e sobre ela. Nesse pressuposto, a eficácia de tal mediação pode ser avaliada pela observação das diversas formações discursivas que habitam no espaço jornalístico.

Como se sabe, os textos não surgem em universos discursivos isolados. Eles fazem parte de uma rede complexa de produção de sentidos. No contexto jornalístico, as formações discursivas originam-se de práticas verbais bem definidas e configuradas como gêneros do discurso. De acordo com Bakhtin (1997:279), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” que se caracterizam por seu conteúdo temático, estilo e unidades composicionais.

A classificação e a análise destes gêneros assumem enorme relevância na esfera da pesquisa lingüística, pois, conforme Bakhtin (1997:282), “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. Nessa perspectiva delimitamos a espécie editorial configurada a partir do suporte impresso.

2.2.2 Estudo efetivo

Ao demarcar sua materialização no espaço dos jornais diários, o editorial reveste-se da natureza institucional característica do universo da ordem do discurso jornalístico. Gênero que se legitima no tecido social como entidade destinada a manifestar a opinião oficial da empresa jornalística diante dos fatos noticiosos recentes, o editorial precisa ser investigado na transcendência de algumas definições superficiais. Frequentemente, em seu plano mais externo e aparente, o gênero tem sido definido como um texto não assinado que se caracteriza pela marca da impessoalidade. Todavia, além deste traço, o editorial necessita de uma contextualização adaptada às reflexões lingüísticas e discursivas que o tornam um tipo específico de texto opinativo, formalizado na esfera do discurso jornalístico.

A enunciação editorial, pautada prioritariamente na apreensão e valoração da realidade, desenvolve-se a partir de um complexo sistema de significações. Com isso, quando nos dispomos a compreender e interpretar os sentidos deste gênero, devemos levar em consideração a coexistência de alguns parâmetros essenciais, tais como: quem está falando, para quem se dirige, qual é sua finalidade e como se estruturam os enunciados desta formação discursiva.

Concebido como totalidade, o jornal diário é um complexo organismo, no qual o editorial desempenha uma função insubstituível: representa a palavra, o pensar e o sentir do sistema impresso e não apenas a opinião individual do sujeito que o redige. Quando o editorialista assume a palavra no processo da enunciação editorial, ele o faz mediante um mecanismo de legitimação que lhe confere a autoridade de porta-voz da instituição. Mas esta mediação nem sempre ocorre de forma autônoma ou desvinculada das leis de mercado. Algumas vezes, ela tem origem nas diversas articulações político-econômicas depreendidas pelas empresas jornalísticas.

Sabemos que o editorial nasce dos fatos noticiosos atuais e

articula uma linguagem que transcende a mera factualidade dos acontecimentos. Com isso, não podemos perder de vista sua essência discursiva. Desse modo, o editorial destila uma das principais características da ordem do discurso jornalístico: a capacidade de organizar vozes. Ao assumir o domínio das palavras, o sujeito-editorialista sintetiza a pluralidade dos discursos interessados na opinião institucional. Faz parte do domínio editorial a capacidade de refletir a hegemonia de algumas vozes, dispensando os interesses mais urgentes da coletividade.

De acordo com Marques de Melo (2000), o editorial expressa o consenso das opiniões que emanam das forças que mantêm a instituição jornalística. Assim, em geral, o estudo deste gênero liga-se à investigação da inserção da empresa jornalística no mercado, segundo interesses específicos de investidores, órgãos do Estado, etc; e os reflexos disso na linguagem, estilo e forma utilizados pelo jornal.

Esta perspectiva orienta, em primeiro plano, o exercício da opinião editorial. Algo que está ancorado no próprio critério de seleção da informação a ser divulgada, caracterizado pela linha editorial adotada por cada veículo de comunicação. Então, mais uma vez a lógica da escolha e da abordagem toma fôlego e determina o que pode e deve ser dito nas práticas discursivas editoriais.

Já diria Foucault (1996:8-9) que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos (...) esquivar sua pesada e temível materialidade”. Esta definição pode ser aplicada ao gênero editorial, no momento em que observamos sua tendência em reproduzir discursivamente os interesses dos grupos que se articulam com o jornal, tornando-os discursos legítimos. Acreditamos que a legitimação pauta-se também no equilíbrio diplomático que o jornal deve exercer com os núcleos que participam da propriedade da organização.

Assim, quando pretendemos analisar o discurso editorial devemos ter em vista as diversas estratégias utilizadas na elaboração de seus enunciados. Pois falar em discurso é falar em condições

de produção, em relação de poder, em construção de sentidos, em intertextualidade, em interdiscursividade e sobretudo em formação ideológica.

Chegamos a um conceito digno de reflexão quando se trata de analisar as formações discursivas presentes na espécie editorial: o tradicional conceito de formação ideológica. Sabemos de antemão que o discurso é um espaço propício à materialização ideológica. Esta orientação desperta o interesse de diversos pesquisadores que, ao longo do tempo, dividem-se na controvertida apreensão destes fenômenos.

Nosso trabalho retoma as diferentes nuances significativas do termo ideologia a partir de conceituações inerentes aos estudos de Marx, Althusser e Ricoeur⁴. A relevância deste caminho justifica-se pela forte articulação que têm os meios de reprodução simbólica com as estratégias e as marcas ideológicas.

Marx considera a ideologia um instrumento de dominação de classe, na medida em que a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser compartilhadas por todos. Exercendo sua crítica ao sistema capitalista, Marx demonstra ainda que a luta de classes, resultante da divisão social do trabalho material e intelectual, representa o mecanismo propulsor das relações sociais, dado que toda interação conduz a imanência dos fenômenos ideológicos. Mais tarde, em seus estudos sobre a linguagem, Bakhtin retoma as conceituações de Marx e as aplica à esfera da interação verbal. Desta forma, a ressonância das relações sociais estaria também determinada pelas palavras e pelo conteúdo ideológico que estas conduzem. Na concepção de Bakhtin (1999:47), “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. Com este sentido, os signos produzidos socialmente conduzem um potencial semântico

⁴ Para uma melhor compreensão acerca destes conceitos, ver Brandão, 1998, pp. 19-28

característico dos diversos níveis ideológicos que, por sua vez, são tributários de horizontes históricos e sociais determinados.

Em Althusser (apud BRANDÃO, 1998:21-24) vemos ascender um conceito de ideologia orientado pelas considerações de Marx, porém coordenado por outros matizes. O autor de *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* afirma que o funcionamento da ideologia dominante concentra-se nos mecanismos de perpetuação das condições materiais e políticas de exploração. Para manter a tônica destes mecanismos entram em cena os aparelhos repressores e os aparelhos ideológicos do Estado. Neste cenário, instauram-se relações de poder reproduzidas através das diversas instituições sociais, entre elas os meios de comunicação coletiva.

É comum encontrarmos, em diversos procedimentos de análise do discurso jornalístico, a abordagem ideológica acalentada pela subjacência da luta de classes e pelo monolitismo estatal discutidos nos parágrafos acima. De forma alguma descartamos a influência destes fenômenos nos diversos mecanismos discursivos que refletem as contradições próprias de cada campo social. Entretanto, convém ressaltar que a abordagem do gênero editorial persegue também outros caminhos que nem sempre coincidem com a acepção exclusivamente politizante e persuasiva apontada por alguns teóricos. É de se salientar ainda que esse gênero não pode ser considerado de forma estática dado que vai se tornando adaptado às situações sócio-comunicativas características de cada representação.

Acreditamos que o discurso editorial, quando analisado à luz da perspectiva ideológica, constrói-se sob o prisma de dois aspectos: *primeiro*, em momentos de efervescência histórica e instabilidade social, o gênero tende a se articular prontamente com os interesses dos grupos que defende, revelando, portanto, os traços ideológicos abordados anteriormente. *Segundo*, nas condições habituais da vida social, no exercício cotidiano da expressão opinativa, o editorial afigura-se como um espaço que transcende o limite referencial que delimita a notícia. Assim, ao traduzir a

linguagem dos acontecimentos, acrescentando-lhes as dimensões de análise, compreensão e inferência, o ponto de vista contido nos editoriais, já nos fala Beltrão (1980:52), apresenta-se também “como um roteiro à comunidade”. Diante de uma realidade vasta para ser captada diretamente, faz-se imprescindível a existência de mediações que atuem nos níveis da apreensão e da leitura dos fatos.

Feitas estas ressalvas, é importante perceber também que as discussões/argumentos contidos nos editoriais não devem ser concebidos apenas pelo aspecto do convencimento, naquele sentido politizante e característico dos efeitos pragmáticos da linguagem. Com o tempo, o gênero passa por algumas modificações e desenvolve novos níveis narrativos. Atualmente, o editorial coexiste com outras formas discursivas no espaço impresso e tende a se configurar como um mecanismo opinativo de caráter metalinguístico. Desse modo, o discurso editorial nutre-se de fatos contemporâneos, abordando geralmente assuntos polêmicos ou temáticas em destaque nos demais gêneros do jornal.

A expressão do ponto de vista editorial tenciona apresentar aos leitores uma melhor idéia dos fatos nacionais e internacionais, mediante a explicação de suas causas e conseqüências. Nesse processo, o editorialista constrói as formações discursivas amparadas em teses acerca dos acontecimentos atuais e, valendo-se de dados subjetivos, repassa ao discurso uma progressiva visão de mundo. Isto decorre das informações obtidas, de leituras realizadas e, sobretudo, da capacidade de compreender e traduzir para a coletividade os principais conceitos acerca dos fatos. É nesse sentido que nem sempre poderemos considerar a argumentação editorial à luz da proficiência instrumental, dogmática, haja vista sua postura metalingüística, já demonstrada anteriormente.

É certo que ao trabalhar no nível da metalinguagem, o discurso editorial não exige os condicionamentos ideológicos, próprios das circunstâncias econômicas, sociais e culturais que envolvem suas formações discursivas. Todavia, precisamos vislumbrar um novo conceito de ideologia proposto por Ricoeur (apud

BRANDÃO, 1998) e que demonstra compatibilidade com a presente abordagem acerca do gênero. O autor afirma que o ideológico é uma dimensão necessária de todos os discursos e que está na base da produção dos diversos sentidos sociais. Mas, para Ricoeur, a ideologia apresenta outras configurações que transcendem a análise redutora em termos de classes sociais, concernente ao paradigma marxista. Esta nova abordagem oferece aos fenômenos ideológicos a característica de repertórios, opiniões, atitudes e representações que refletem uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social em um dado contexto histórico.

Nesse pressuposto, a eficácia ideológica das formações discursivas contidas nos editoriais encontra-se diretamente ligada ao reconhecimento destas representações e opiniões institucionais como formas legítimas de pensar o mundo. O que não significa que estes discursos estejam frequentemente marcados pela justificação dos interesses da classe dominante. Ao reconhecer um determinado discurso e não outro, a coletividade demonstra que também dispõe de artifícios para apreender o sentido que coordena o fluxo de cada representação.

Capítulo 3

A configuração editorial no contexto opinativo

O homem é uma errata pensante. Cada estação da vida é uma Edição que corrige a anterior, e que será corrigida também, Até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.

Machado de Assis

3.1 O gênero editorial no jornalismo contemporâneo

Atualmente percebemos a relevância deste gênero em alguns trabalhos de cunho teórico. Nestas pesquisas, o editorial é apreendido, prioritariamente, a partir de sua consolidação no espaço impresso, pois sua presença no rádio e na televisão é fortuita. No presente tópico, achamos conveniente elencar algumas definições peculiares ao gênero, no sentido de abarcar os traços de sua essência contemporânea e de sua identidade redacional.

Durante grande parte do século XIX, os editoriais foram denominados de “artigos de fundo”, que eram peças opinativas, centradas na figura do proprietário nominal do jornal, responsáveis por

representar os interesses dos grupos políticos que se alternavam no poder. Assim como a maioria dos textos impressos produzidos naquele século, os “artigos de fundo” representavam um equilíbrio semântico entre o discurso político e o literário. Por conta destas características, sua manifestação lingüística estava atrelada ao exercício doutrinário e retórico da opinião, no qual predominava o recurso eloqüente da linguagem empolada, que, na maioria das vezes, afastava os leitores do processo interpretativo.

Mas estas atribuições não pairavam apenas sobre a esfera opinativa, muitos textos de teor informativo eram redigidos sob a pena dos literatos. Isto se deve a uma espécie de indefinição lingüística que acometia os jornais ao longo do século XIX e nos primórdios do século XX.

Com a evolução capitalista, a imprensa passa a se estruturar nos moldes industriais, abandonando pois a fase artesanal. Com isso, os jornais recorrem a novos recursos lingüísticos capazes de organizar a informação nos moldes mercadológicos. A partir de então, vemos ascender no espaço jornalístico novas tendências narrativas que têm na objetividade, na notícia a extensão ideal de representação do espaço social. Neste contexto, a opinião passaria a ocupar menos espaço na superfície impressa, pois, para o jornalismo-empresa, o que importava era sistematizar os diversos níveis simbólicos de construção da realidade.

Para garantir sobrevivência, a nuance opinativa passa a se adaptar aos novos parâmetros significativos solicitados pela grande imprensa e pelos leitores das mensagens jornalísticas. No modelo jornalístico abarcado pelas grandes corporações capitalistas, gradativamente, emergem novas formas discursivas diferenciadas, que coexistem na constituição dos novos paradigmas lingüísticos do jornalismo.

No processo evolutivo da imprensa, as propriedades individuais ou familiares convertem-se em organizações complexas. Desse modo, como demonstra Marques de Melo (2003), não haveria mais espaço para “o artigo de fundo”, assinado pelo dono do jornal. Atualmente, salvo nos jornais pequenos ou nesses que pu-

blicam editoriais fornecidos por agências, o trabalho envolve a mediação de diversos jornalistas. O número de editorialistas varia de uma empresa para outra. Sabe-se entretanto que, em média, a elaboração fica a cargo de dois ou três indivíduos. Mas em jornais metropolitanos de grande porte, o número pode chegar até dez ou doze.

Hoje, os editoriais têm a notícia como fator determinante e, via de regra, não se amparam no artifício doutrinário da opinião. Mas, por outro lado, sua elaboração está condicionada a um rigoroso processo de seleção, de conferência dos dados, que, em geral, deve coincidir com a linha política da instituição. A política editorial no jornalismo contemporâneo é um poderoso instrumento utilizado pelas instituições para expressar a opinião oficial e para elencar o conteúdo informativo publicado em cada edição.

A linha editorial representa a filosofia de toda empresa jornalística e assume a responsabilidade de coordenar o conteúdo temático e a abordagem dos diversos fatos convertidos em gêneros discursivos. Nesta perspectiva emerge a espécie editorial, que representa uma das principais entidades opinativas configuradas no espaço impresso.

Atualmente, o editorial na imprensa brasileira inspira-se no modelo norte-americano, na medida em que, como afirma Bond (apud MELO, 2003:107), trata-se “de um ensaio curto embebido do senso de oportunidade”. Desta forma, o gênero é tomado por sua função de esclarecimento e explicação dos acontecimentos que estão transcorrendo no âmbito jornalístico, no sentido de ajudar o leitor a compreender a complexidade das notícias.

De todos os gêneros jornalísticos, o editorial é o que mais reflete a tendência em reproduzir elementos da retórica aristotélica. Por esta singularidade, seu discurso estrutura-se a partir de fases bem definidas que organizam o trajeto argumentativo: título, introdução ou exórdio, discussão ou narração e conclusão ou peroração.

O *título* representa o primeiro elemento *estrutural* do editorial. Sua composição é breve, incisiva, com poucas palavras, ex-

pressando a síntese das idéias contidas no texto. Na *introdução*, o editorialista geralmente faz uma exposição sintética do fato a ser abordado. No espaço reservado à *discussão*, o editorial se encarrega de elencar as opiniões favoráveis e contrárias conhecidas sobre o tema, analisando e interpretando os diferentes aspectos do assunto. Por último, na *conclusão* dá-se o arremate, onde o jornal expõe definitivamente o que pensa sobre a questão.

Vale salientar que, ao recorrermos à retórica clássica para demonstrar a linearidade da mensagem contida no editorial, não estamos categorizando seu discurso, exclusivamente, aos parâmetros da persuasão. Pois, como afirma Citelli (2002:10), “a retórica é uma espécie de código dos códigos, está acima do compromisso estritamente persuasivo, pois abarca todas as formas discursivas”. Obviamente, não desconsideramos a tendência persuasiva que, em determinadas questões, vem à luz no exercício retórico. Mas, ao observarmos o gênero editorial no jornalismo contemporâneo, devemos perceber as peculiaridades de cada manifestação expressiva e as variantes de seus conteúdos.

De acordo com Beltrão (1980), quanto ao conteúdo, os editoriais podem ser classificados em *informativos*, *normativos* e *ilustrativos*. Trataremos destas denominações mais adiante. No momento convém abordarmos os principais atributos do gênero como forma de dar procedência à composição de seu aspecto contemporâneo.

Beltrão (1980) aponta quatro *atributos* que entram na ordem de especificação do gênero editorial na superfície impressa. A *impessoalidade*, por se tratar de texto não assinado, configurado a partir da terceira pessoa do singular ou da primeira do plural. *Topicalidade*, que se ocupa de oferecer a definição exata e precisa do tema em questão. A *condensalidade*, refere-se à brevidade expressiva do gênero, no sentido de sintetizar as informações, com ênfase maior nas afirmações do que nas demonstrações. A quarta e última atribuição desse tipo de artigo seria a *plasticidade*, ou a qualidade de orientar ou persuadir o leitor com flexibilidade, sem dogmatismos.

Embora articulando essas características e dispensando o uso da linguagem empolada, os editoriais, no jornalismo contemporâneo, têm sofrido algumas críticas que coincidem com a forma de apresentação de seus conteúdos. O pesquisador brasileiro Viggiano (apud MELO, 2003) demonstra que o editorial necessita de uma reconfiguração que se adapte às necessidades de seus leitores e ao atual modelo de jornalismo. Para ele, o pronunciamento do jornal deve apresentar um texto menos denso, menos intelectualizado. Deve abordar temáticas que se refiram ao universo de seu público em geral e não se destinar, prioritariamente, a empresários e políticos. Viggiano acrescenta ainda que os editoriais não deveriam estar segregados à editoria “opinião”, apresentando-se separadamente dos gêneros informativos que abordam os mesmos temas.

Essas críticas provocaram algumas reestruturações por parte de alguns jornais brasileiros. Mas a maioria das instituições continua perpetuando tais procedimentos. Além disso, pesquisas recentes revelam que os editoriais refletem uma tendência ancestral do jornalismo em abordar temáticas relacionadas ao universo da política, economia e administração. Desse modo, os assuntos ligados às necessidades diretas dos leitores, tais como saúde, educação, trabalho, não se tornam prioridades. Estes padrões de abordagem, entretanto, precisam ser melhor avaliados, na medida em que refletem uma tendência generalista de análise do gênero, que precisa ser observado a partir de sua manifestação cotidiana, dos seus diferentes traços fisionômicos e da linha editorial em vigor nas diversas empresas jornalísticas.

Mesmo com todas estas implicações, o editorial ainda se mantém em relevo, sendo considerado, por muitos leitores e diversos pesquisadores, peça indispensável do complexo jornalístico. Se construído de forma ética e eficaz, ele se torna capaz de enriquecer o espaço impresso com o pleno exercício da força opinativa, historicamente devastada em favor da progressão informativa.

3.1.1 Aspectos formais

Figurando juntamente com outros gêneros discursivos, tais como artigos, colunas, cartas do leitor, crônicas e caricaturas, o editorial encontra-se alocado na seção denominada “opinião”. Em alguns jornais diários, seu número pode chegar a três, mas o padrão mantido pela maioria das instituições é de um editorial por cada edição. Como forma de apreender as diversas tipologias do gênero, Beltrão (1980:55-58) classifica da seguinte maneira os editoriais:

I – Quanto à morfologia:

a) Artigo de fundo – editorial propriamente dito, traduz claramente a linha ideológica do jornal, localiza-se em uma página especial e em composição tipográfica diferente.

b) Suelto – glosa ou comentário reduzido, e em tipo menos vistoso, de um fato da atualidade.

c) Nota – registro crítico e breve de um acontecimento da atualidade.

II – Quanto à topicalidade:

a) Preventivo – quando se antecipa aos fatos, orientando a coletividade sobre possíveis mudanças no corpo social e revelando determinados sucessos que poderão ser produzidos na sociedade.

b) De ação – quando acompanha o imediatismo da ocorrência, oferecendo uma análise sobre suas causas, esclarecendo o público em pleno impacto da realidade.

c) De consequência – quando resulta do exame das repercussões, efeitos e dedução da realidade.

III – Quanto ao conteúdo:

a) Informativo – destinado a esclarecer o leitor sobre certos fatos, idéias ou situações.

b) Normativo – editorial que tenciona convencer o leitor a atuar em determinado sentido, através de sentenças ou argumen-

tos lógicos. Ao se configurar a partir desta modalidade, o editorial pode ser avaliado pelo critério da lógica persuasiva.

c) Ilustrativo – editorial que objetiva ampliar o repertório de conhecimentos do leitor. Ao atuar nesse sentido, o discurso editorial se aproxima de uma tendência pedagógica.

IV – Quanto ao estilo:

a) Intelectual – que visa ao intelecto do leitor, fazendo-o raciocinar por meio de premissas e conclusões, buscando a lógica do leitor.

b) Emocional – objetiva alcançar a sensibilidade do leitor.

V - Quanto à natureza:

a) Promocional – editorial que acompanha os eventos e idéias relevantes da atualidade, tendo em vista convencer a coletividade e levá-la à ação.

b) Circunstancial – editorial que surge apenas eventualmente para apreciar dado sucesso, situação ou movimentos opinativos.

c) Polêmico – editorial eminentemente doutrinário, que usa argumentos para convencer, acentuar convicções e enfraquecer os adversários.

3.1.2 Classificação dos editoriais na imprensa pessoense

Neste momento, buscaremos aplicar alguns conceitos discutidos neste capítulo ao conjunto de editoriais selecionado durante o mês de setembro de 2004. Por não ser o objetivo central de nosso trabalho, abordaremos brevemente e de forma generalista algumas características técnico-redacionais desta espécie discursiva, como forma de reforçar a observação teórica do gênero. Vale salientar que os textos que compõem nosso material de análise encontram-se em anexo.

A - Jornal Correio da Paraíba

Em termos quantitativos, os editoriais deste impresso são uma constante e ocupam duas colunas no canto esquerdo da página 6 do primeiro caderno do jornal. Isto demonstra uma exceção ao padrão seguido por diversos periódicos nacionais em ressaltar o gênero logo na segunda página. Em seu espaço cotidiano, o editorial coabita com artigos opinativos assinados, charges, carta do leitor e alguns informes da atualidade.

Seguindo a classificação proposta por Beltrão, o conjunto dos 18 editoriais recolhidos para análise obedece aos seguintes requisitos:

- Quanto à estrutura, os parágrafos são densos e variam entre 5 e 6. O *título* é incisivo e, obviamente, representa uma síntese da idéia central do texto. A *introdução* enuncia o tema de forma a despertar a atenção do leitor. A *discussão* segue a técnica descrita por Beltrão. O parágrafo de *conclusão* é breve, representando geralmente uma sugestão, constatação e, em alguns casos, uma exortação.
- Em relação aos atributos, o jornal *Correio da Paraíba* situa-se no quadro específico do editorial moderno, sintetizando, na maioria dos textos, as quatro principais características: *impessoalidade, topicalidade, condensalidade e plasticidade*.
- No âmbito das diferentes variáveis tipológicas, o jornal apresenta, morfologicamente, um *artigo de fundo* localizado na parte superior da editoria “opinião”, figurando em composição tipográfica diferenciada. Quanto à *topicalidade*, temos predominantemente editoriais de *ação*, analisando as causas dos acontecimentos. E editoriais de *conseqüência*, dedicados a observar as repercussões dos fatos. Quanto ao *conteúdo* verificamos que existe uma predominância de editoriais *informativos*. Encontramos apenas três *normativos*, intitulados “**Eleitores atentos**”, de 14/09/04; “**Pela honestidade**”, de 15/09/04; “**Erros no INSS**”, de 21/09/04. Es-

tes editoriais demonstraram a intenção em orientar o leitor a atuar em determinado sentido. No tocante ao *estilo*, a maior parte pode ser considerada *intelectual*. Apenas dois foram enquadrados na categoria *emocional*, nos dias 14/09/04 e 15/09/04. Por último, quanto à *natureza*, os editoriais são *promocionais* (coerentes com a linha da empresa) e *circunstanciais* (imediatistas).

B - Jornal da Paraíba

Os editoriais deste jornal também ocupam a página 6 do primeiro caderno e estão configurados em composição tipográfica destacada. Coexistem com artigos, colunas, charge e um pequeno espaço reservado ao leitor.

- Quanto à *estrutura*, temos parágrafos curtos, variando entre 10 e 12. Os editoriais do Jornal da Paraíba apresentam uma estrutura retórica bem definida. O *título* é direto. Após uma breve *introdução*, temos vários parágrafos dedicados à *discussão* do tema. O parágrafo de *conclusão* é curto, em geral comporta uma remissão ao título.
- Quanto aos *atributos*, os editoriais atendem a classificação proposta por Beltrão.
- Na variável *topicalidade*, predominam os editoriais de *ação* e de *conseqüência*. No fator *conteúdo*, são freqüentes os editoriais *informativos* e *ilustrativos*. O *estilo* é *intelectual* e a *natureza* varia entre as três características: *promocional*, *circunstancial* e *polêmica*.

C – Jornal O Norte

Neste jornal, o editorial localiza-se na página 2, dispõe-se horizontalmente, destacado por um recurso de cor acinzentado. Na mesma página existem artigos assinados, colunas, espaço para o leitor e alguns registros críticos sobre ocorrências.

- Os editoriais têm em média 6 a 7 parágrafos. Estruturalmente, apresentam *títulos* criativos. A *introdução* é breve; na *discussão* o editorialista enuncia argumentos que interpretam e analisam os eventos temáticos e a *conclusão* expõe claramente a opinião da instituição, com palavras de ordem e algumas exortações.
- Encontramos os atributos *impessoalidade*, *topicalidade* e *plasticidade*. A *condensalidade* nem sempre é seguida, pois alguns textos acumulam várias idéias e enfatizam demonstrações. Como exemplos, os editoriais intitulados “**Retrato do Brasil**”, do dia 02/09/04 e “**Classe média encolhe**”, do dia 08/09/04.
- Existe uma predominância de editoriais de *ação*, apreendendo a causa dos acontecimentos e seus desdobramentos. Em relação ao *conteúdo*, temos editoriais *informativos* e alguns *ilustrativos*. A maioria apresenta *estilo intelectual*, alguns com *natureza promocional*, outros de configuração *circunstancial*.

D – Jornal A União

- Recuados no canto direito da página 2 do jornal, os editoriais selecionados para análise apresentaram em média 4 a 5 parágrafos, geralmente muito longos. Quanto à *estrutura*, os editoriais apresentam uma composição retórica pouco convencional. No espaço reservado às *discussões* sobre o tema exposto na *introdução*, percebemos um comprometimento do exercício opinativo em favor de uma deliberada propaganda governamental. Dos 17 textos selecionados durante o mês de setembro, apenas 5 abordaram questões alheias à ideologia oficial: “**Olhos abertos**” do dia 01/09/04; “**Volta às ruas**”, do dia 07/09/04; “**Anjos ancestrais**”, do dia 09/09/04; “**A greve bancária**”, do dia 23/09/04 e “**Queda de preços?**”, do dia 28/09/04.

- No tocante aos *atributos*, observamos a *impessoalidade, topicalidade e condensalidade*. Todavia, no que concerne à *plasticidade*, percebemos uma tendência dogmática de legitimar a verdade oficial.
- Os editoriais são *preventivos* (focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças) e de *ação* (acompanhando imediatamente as ocorrências). Prevaecem *conteúdos informativos e normativos*, com *estilo emocional*, na medida em que são escritos com a intenção de atingir a sensibilidade do leitor. Em relação à *natureza*, temos editoriais *promocionais* (coerentes com linha política do órgão de imprensa) e *polêmicos* (doutrinários, produzidos com o propósito de fortalecer a situação e enfraquecer os adversários).

3.2 O editorial e a construção da opinião jornalística

O jornalismo impresso sintetiza diferentes funções comunicativas em seu espaço cotidiano. Nesse contexto, a vertente opinativa emerge para compor uma das principais características da prática jornalística. Tendo a notícia como matéria-prima natural de sua estrutura, em geral, o exercício opinativo está ancorado no plano de aprofundamento dos eventos cotidianos.

Etimologicamente, o conceito de opinião está associado ao modo de ver, de pensar, de deliberar. Todavia, no âmbito jornalístico este conceito assume conotação mais extensa, na medida em que está inserido na esfera institucional e exige ampla responsabilidade ao ser direcionado à coletividade. Se por um lado a expressão opinativa está condicionada aos princípios e às orientações da empresa, por outro, ela deve ser criteriosa e atender às demandas sociais.

A atividade jornalística estabelece diferentes artifícios de representação da realidade, configurados no plano de suas princi-

tais funções comunicativas: informar, orientar, interpretar e divertir. Mas talvez seja no ângulo da orientação que o jornalismo adquire a eloquência para sondar e recontextualizar o multifacetado universo dos acontecimentos. Para isto, a modalidade opinativa mobiliza uma fragmentação de seus domínios semânticos, materializando-os nos diversos gêneros jornalísticos que atuam no plano da construção opinativa.

O grupo dos gêneros opinativos é constituído por espécies que sintetizam bem a função de orientação e podem ser organizados em uma destas categorias: editorial, artigo, crônica, coluna, carta, resenha, comentário e caricatura.

Se compararmos o editorial com qualquer outro texto classificado como gênero opinativo, destacaremos mais diferenças que semelhanças, até mesmo se considerarmos o elemento que eles têm em comum, que é a função comunicativa. O editorial orienta o público mediante a opinião do próprio jornal sobre um assunto, enquanto os demais textos opinativos cumprem sua função apresentando a opinião do jornalista, do colaborador ou do leitor.

Diante disto, este tópico objetiva destacar, sinteticamente, um quadro comparativo entre o editorial e as outras modalidades discursivas historicamente classificadas como representantes do chamado jornalismo opinativo. Para tanto, levaremos em consideração a relação entre o editorial, o artigo, a coluna e a crônica, haja vista serem manifestações que, freqüentemente, agrupam-se no espaço impresso.

O editorial tem como principal função indicar o pensamento do veículo com relação ao acontecimento ou conjuntura relevante, oferecendo uma perspectiva de compreensão para o leitor. Em geral, assemelha-se aos demais gêneros por estar intrinsecamente ligado à atualidade. Porém resguarda diferenças marcantes que se referem à própria reconfiguração dos fatos e aos traços da pluralidade opinativa que, ao longo do tempo, vem se legitimando no contexto jornalístico. Entre editoriais, artigos, crônicas e colunas, portanto, poderíamos salientar as seguintes especificidades, organizadas em forma de tabela a fim de facilitar a observação:

Tipo	Periodicidade	Estilo	Autor
Editorial	Diária	Em geral é argumentativo e impessoal. Pressupõe o uso obrigatório da 3ª pessoa do singular ou a 1ª do plural.	Editorialistas que não assinam o texto
Artigo	Variável	Argumentativo. Escrito normalmente em 3ª pessoa. Baseado no próprio conhecimento e sensibilidade do articulista.	Jornalistas e colaboradores especialistas nos diversos campos do conhecimento
Crônica	Diária ou semanal	Livre. Por vezes burilando estilo poético. O texto é curto e nem sempre permite saber se os fatos narrados são verídicos ou surgem do espírito imaginativo do cronista.	Escritores e/ou jornalistas
Coluna	Diária ou semanal	Livre e pessoal. Relata fatos com muita brevidade e serve também para evidenciar personalidades políticas, artísticas, etc.	Jornalistas

Tabela 1: editorial e outros gêneros opinativos configurados no jornalismo impresso.

Amparada nos conceitos propostos por Marques de Melo (2003), esta perspectiva comparativa demonstra as principais singularidades dos gêneros e nos oferece uma breve contextualização sistemática destas diferentes modalidades discursivas. Como não é o objetivo de nossa pesquisa, não trataremos de aprofundar estas diferenciações, de modo que podem ser objeto para um novo estudo.

Mas deste recorte teórico emergem ainda algumas peculiaridades, relacionadas aos critérios de classificação propostos por alguns estudiosos do jornalismo. Para eles, os gêneros opinativos, diferentemente dos informativos, devem ser identificados por duas variáveis conceituais: *angulagem e autoria*.

Enquanto todos os outros gêneros pressupõem autoria definida, o editorial caracteriza-se pela marca da impessoalidade. Isto demonstra um reforço no paradigma da imparcialidade, que seria garantido na medida em que tal espaço é dedicado exclusivamente a divulgar a opinião do jornal. Como nos fala Beltrão (1980:53) esta impersonalidade salienta a “*irresponsabilidade legal* do redator da matéria: por ela responderá em juízo o diretor-responsável do periódico”. Em geral, as instituições repassam a responsabilidade das publicações para os outros espaços opinativos, mantendo a frase clássica que acompanha os expedientes há décadas: “os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal”. Com esta ressalva, os editores apontam que estes espaços são alheios à política editorial do veículo. Embora saibamos que, pelo próprio critério de seleção e destaque das matérias jornalísticas, esta afirmação torna-se questionável.

No tocante à variável *angulagem*, que reflete o critério temporal da narrativa, vemos que o editorial se aproxima da coluna e do artigo, no sentido de agrupar explicações e análises acerca dos fatos, sincronizadas com o emergir e o repercutir dos acontecimentos. No caso da crônica, esta temporalidade é dispensada em função da autonomia lingüística que se observa na construção de seus enunciados.

Ao longo deste texto abordamos algumas características fun-

cionais destes gêneros opinativos, apreendendo-os de forma descritiva. Mas não podemos deixar de compreender que o processo de construção opinativa no âmbito jornalístico perpassa muitos outros aspectos que transcendem o mero exercício da função comunicativa, pois os propósitos enunciativos dos gêneros discursivos são determinados socialmente e dependem, em geral, de suas condições de produção e circulação.

Capítulo 4

Percurso analítico: o campo editorial e a perspectiva do silêncio

As palavras são cheias de sentidos a não se dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas.

Eni P. Orlandi

4.1 Não representação política nos editoriais da imprensa pessoense

No campo da pesquisa em comunicação, uma das áreas certamente mais férteis e que tem provocado a reflexão dos pesquisadores diz respeito à comunicação e política, tanto num sentido mais abrangente (a questão do poder), quanto no estudo de situações e recortes mais específicos (eleições, imagem dos políticos, discursos políticos, etc).

França (1999) assevera que a análise do impacto da mídia na formação da opinião pública representa uma questão essencial, que unifica a preocupação de pesquisadores contemporâneos, vindos tanto do campo da ciência política quanto da comunicação.

Nesse contexto, o tema referente às relações entre mídia e eleições aparece hoje como um dos mais relevantes para a compreensão das atuais configurações da política no mundo contemporâneo.

As eleições, esse momento singular da política, emergem como invenção moderna. De acordo com Rubim (2000), as eleições têm como exigência fundamental uma política que se legitima através do caráter de representação. Os líderes governistas tornam-se legítimos ao serem escolhidos e ao representarem os cidadãos. Através do instrumento do voto, o cidadão delega poderes ao seu representante político, que, reunindo um conjunto necessário de votos, adquire representatividade para ser escolhido governante.

Mas a democracia não está ligada apenas ao dever de votar de todo cidadão, ela está intrinsecamente relacionada ao direito à educação, saúde, dignidade e outros requisitos indispensáveis para fazer com que o eleitor tenha, realmente, a liberdade de escolher quem melhor possa representá-lo na defesa de seus interesses e necessidades.

Entretanto, para que tal procedimento se processe de forma efetivamente democrática, a sociedade necessita dispor de informações sobre os programas e as propostas de cada candidato. Além disso, necessita de discussões racionais e perspicazes sobre o processo eleitoral e sobre as questões públicas envolvidas em cada contexto eletivo. Mas, em geral, os cidadãos são abordados por diversas estratégias discursivas depreendidas pelos veículos de comunicação, que, em momentos de eleições, tornam-se um espaço privilegiado de luta simbólica pela imposição de representações legítimas e construção de um eleitorado.

Esta imbricação entre mídia e eleições tem sido objeto de estudo de pesquisas contemporâneas, adquirindo conotações teóricas diversas. Azevedo (apud FRANÇA, 1999) sistematiza duas diferentes vertentes teóricas, que formam as bases conceituais frequentemente acionadas por estudiosos do campo da comunicação e de suas relações com a política no mundo contemporâneo.

De acordo com o autor, a primeira vertente¹ sustenta a positividade do conceito de sociedade de massa e do papel dos meios na construção das modernas sociedades democráticas, ressaltando uma nova conformação das práticas políticas e uma reformulação do conceito de democracia. Nessa configuração, alguns autores enfatizam o papel “positivo” da mídia na democratização da informação, através da ampliação do acesso aos meios e conseqüente alargamento do campo e dos atores políticos.

Uma segunda linha teórica² aponta o papel de crescente “despolitização” da sociedade exercido pela mídia. A informação e a discussão dos temas políticos estariam sendo substituídas por um tratamento marcado pela banalização, sensacionalismo e espetacularização. Em relação a esta questão, Azevedo afirma que:

(...) a argumentação racional que deveria guiar a razão política e a escolha eleitoral do cidadão estaria sendo substituída pela adesão afetivo-emocional estimulada por apelos publicitários, redundando, deste modo, no empobrecimento ou mesmo na eliminação do debate político na cena democrática contemporânea. (AZEVEDO apud FRANÇA, 1999).

Esta segunda vertente esteve nitidamente configurada na pesquisa realizada por Azevedo (2000) sobre o procedimento midiático frente ao embate presidencial de 1998. Azevedo (2000:43-44) aponta o crescente processo de “despolitização” do *Jornal Nacional* em favor de um formato ancorado em “matérias intemporais, de comportamento e casos policiais”. De acordo com o autor, as chamadas iniciais com conteúdo político e econômico estiveram praticamente ausentes do noticiário, enquanto as outras

¹ Segundo Azevedo esta vertente agrupa tendências e formulações distintas. O autor chega a esta conclusão a partir da revisão teórica dos trabalhos de Schuldson, Wolton, Schumpeter e Downs na perspectiva da escolha racional do voto.

² Nesta perspectiva Azevedo remete-se aos trabalhos de Blumer, McQuail, Lang e Lang, Sartori, Skidmore, Bourdieu.

categoriais temáticas perfaziam um total de 89,8%. Com isso, o autor demonstra que, às vésperas das eleições, este jornal televisivo apresentou um afastamento do importante debate político e não promoveu uma representação efetiva das questões relacionadas a um acontecimento de crucial relevância na cena democrática nacional.

Nosso estudo, que se refere ao procedimento opinativo do gênero editorial, nos jornais pessoenses, às vésperas das eleições municipais 2004, inspira-se nesta segunda vertente de pesquisas. A observação sistemática do agendamento temático dos editoriais, durante o mês de setembro, levou-nos a perceber a constante “despolitização” deste gênero narrativo no espaço impresso.

A palavra oficial não privilegiou a representação da cena política que se configurava no município de João Pessoa, preferindo se omitir deliberadamente das argumentações e discussões racionais que pudessem contribuir para uma qualidade informativa do contexto histórico em evidência no espaço público local.

Não podemos dizer que, no período considerado, a configuração editorial esteve marcada por uma banalização, uma espetacularização, haja vista ser um espaço que resguarda uma relativa formalidade no trato das questões públicas. Mas concordamos com Azevedo, na medida em que percebemos um distanciamento, pautado na eliminação do debate político no espaço opinativo institucional nos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte e A União*.

Esta atitude de omissão diante de um episódio de tamanha transcendência para a coletividade despertou nossa atenção. Por isto, resolvemos investigar este fenômeno a partir das estratégias de agendamento da opinião oficial depreendidas pelos principais veículos de imprensa em João Pessoa.

4.2 O agendamento da opinião editorial

O percurso analítico do presente trabalho subdivide-se em duas fases. Na primeira, buscaremos fazer uma ampla observação do material empírico selecionado para análise, confrontando alguns conceitos relacionados à teoria do Agenda Setting e à hipótese da “Espiral do Silêncio”. Acolheremos também, de forma particular, os aportes teóricos contidos nas reflexões sobre o silêncio na esfera da Análise de Discurso, destacados nos referenciados estudos de Orlandi (1997).

Na segunda fase, partiremos propriamente para a análise do *corpus* textual, como forma de articular as variáveis de Análise de Discurso, demonstrando efetivamente que, a partir de uma não representação política local, os principais jornais da imprensa pessoense passam a organizar, no espaço reservado aos editoriais, diversos outros sentidos, não relacionados ao debate acerca das eleições municipais na cidade de João Pessoa.

Em princípio, nosso projeto previa analisar as manifestações discursivas dos editoriais no período precedente às eleições municipais 2004. A estratégia era observar o procedimento discursivo deste gênero e conseqüentemente dos jornais pessoenses frente ao embate eleitoral na capital da Paraíba. Porém, durante a coleta dos dados, constatamos que os editoriais dos quatro jornais, *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte* e *A União* não versavam sobre o processo eleitoral em nível local, durante o mês de setembro, que fora selecionado para análise.

Deste modo, resolvemos abordar os editoriais a partir da perspectiva do silêncio, demonstrando como e por que este gênero jornalístico se omitiu da discussão sobre a temática Política/Eleições municipais. Antes de alcançarmos o cerne de nossas reflexões, faremos um importante percurso sobre como se processou o agendamento da opinião editorial no período considerado.

Para iniciar nossas considerações, partiremos da idéia central do *Agenda setting*, hipótese apontada por muitos pesquisadores,

porém desenvolvida por McCombs e Shaw³, em 1972. Ao longo do tempo esta teoria passou por algumas adaptações, entretanto sua essência permanece a mesma. De acordo com a hipótese, as pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. Desta forma, pela seleção e incidência dos acontecimentos, a mídia teria responsabilidade, em nível macrosociológico, na determinação dos temas sobre os quais o público falará e discutirá. Esta perspectiva do agendamento orientou diversas pesquisas sobre o comportamento midiático em períodos eleitorais, contudo tornou-se um paradigma aceito em outros estudos acerca do processo de disposição temática depreendido pelos veículos de comunicação em diversos contextos históricos.

Em relação a esta questão, Barros Filho (1995) faz uma importante consideração ao lembrar que, em geral, a mídia impõe um quadro seletivo de informações, impedindo que outros temas se tornem conhecidos e comentados pelo público. Desta forma, percebemos que os fatos passam a existir nas discussões sociais a partir do agendamento da mídia. De acordo com Shaw (apud AZEVEDO, 2000:32), será em função do que se publica ou veicula na mídia que a sociedade “sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos”.

Ao atuar neste sentido, a mídia promove uma construção simbólica da realidade, na medida em que oferece um quadro interpretativo ao público e opera no nível de enquadramento dos eventos cotidianos. Assim, ao organizar os acontecimentos e as questões públicas, adotando critérios de relevância para os temas, deslindando seus aspectos e problemáticas, os meios de comunicação sugerem uma lista de eventos jornalísticos sobre os quais será importante que a sociedade tenha conhecimento e opinião.

Em geral, a hipótese do *Agenda setting* refere-se ao imbricamento entre o campo político e o jornalístico, encontrando ênfase nos estudos sobre as relações da mídia com o poder. Não podemos

³ Para saber um pouco mais sobre estes autores e suas pesquisas ver Barros Filho (1995, pp. 169-180)

negar a importância de diversas pesquisas que utilizaram esta hipótese para compreender a influência que representações políticas em períodos eleitorais, reproduzidas pela mídia, exercem no seio do organismo social. Mas também não podemos nos esquecer de que o fenômeno do agendamento deve ser compreendido também à luz da observação das várias temáticas que, cotidianamente, são elencadas no contexto da mediação jornalística.

Estas ressalvas são importantes na medida em que orientam a primeira fase de nossa pesquisa e impulsionam a observação geral dos editoriais no mês de setembro, período precedente às eleições municipais no ano de 2004. Porém, vale salientar que este estudo não se direciona a uma análise do agendamento de temas ligados diretamente ao processo eleitoral local, pois, como dissemos anteriormente, os editoriais da imprensa pessoense demonstraram uma constante omissão no tocante ao debate destas questões. A constatação deste fenômeno despertou nosso interesse em direção ao esclarecimento dos seguintes questionamentos: **como e por que** os quatro principais jornais da imprensa em João Pessoa promoveram um afastamento da temática Política/Eleições no âmbito da enunciação editorial?

Os conceitos sobre o *Agenda setting*, e conseqüentemente sobre as estratégias de agendamento depreendidas pela mídia em diversos contextos históricos, ajudaram-nos fortemente na resolução da primeira questão analítica. O segundo ponto, referente ao porquê do distanciamento temático, retomaremos mais adiante, à luz dos conceitos de Análise do Discurso, onde buscaremos compreender o significado do silenciamento produzido na órbita editorial.

O primeiro questionamento, acerca da manifestação institucional às vésperas das eleições municipais, nos oferece uma interpretação bastante descritiva, obtida pela observação e classificação temática do material empírico selecionado para análise. Nesse sentido, conseguimos perceber de que forma se processou a construção das questões públicas nos editoriais dos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte* e *A União*.

É importante destacar que o conceito de *Agenda setting* fora tomado inicialmente para orientar a análise da predominância da temática política/eleições municipais no período considerado. Porém, como a maioria dos editoriais não abordou esta temática, recorreremos à teoria para vislumbrar a variação de temas, ou seja, o elenco temático que promoveu o distanciamento do contexto eleitoral. Nesta perspectiva, não nos detemos em analisar se houve uma predominância de assuntos abordados nos editoriais dos veículos de imprensa, embora, no processo de codificação dos textos, tenhamos percebido que algumas temáticas prevalecem sobre as outras. Demonstraremos isto mais adiante.

Para procedermos às classificações das temáticas, adotamos as referências de Araújo (1983), que em sua pesquisa caracterizou estes artigos opinativos pelas variáveis procedência e abordagem. De acordo com a autora, a procedência refere-se às vinculações geográficas das formações textuais e a abordagem está relacionada à importância e à disposição dos temas no âmbito de cada instituição jornalística. Para não incorrerem no erro durante o processo classificatório, realizamos leituras sistemáticas dos 18 editoriais de cada um dos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte* e dos 17 editoriais do jornal *A União*. Com isto, estabelecemos uma análise acurada de todos os parágrafos de cada texto, agrupando os editoriais de cada jornal por suas afinidades temáticas. (o valor absoluto e o percentual de cada temática na amostra estão organizados na tabela 2, p. 94).

Não faremos uma análise comparativa dos temas coincidentes entre os editoriais dos quatro jornais da imprensa pessoense, pois, neste primeiro momento, objetivamos demonstrar o quadro temático agendado por cada veículo em particular. Com isto, enfatizaremos como ocorreu o silenciamento da fala institucional sobre o cenário político que se configurava em João Pessoa, representado, entretanto, nos espaços informativos e em outros gêneros de natureza opinativa dos impressos analisados.

Os jornais promoveram um agendamento editorial que privilegiou diversos sentidos discursivos em detrimento do sentido das

eleições municipais em João Pessoa. Com isto, os periódicos selecionaram um elenco temático, oferecendo à agenda pública diversos temas sobre os quais falar, enquanto silenciavam a voz institucional. Assim, ao organizar um menu seletivo de informações que transcorriam naquele contexto histórico, impediam que o assunto das eleições e os temas relacionados a este processo fossem comentados pelo gênero narrativo editorial. Vejamos como ficou o agendamento em cada jornal separadamente.

Correio da Paraíba

A distribuição dos editoriais por categoria temática adquiriu diferentes proporções nos quatro periódicos. No caso do *Correio da Paraíba*, temos um agendamento segmentado em cinco categorias diferentes: Esporte (**Incentivo ao esporte, 01/09/04**), Economia (**Independência e futuro, 07/09/04; Carga tributária, 23/09/04**), Terrorismo (**Ainda o massacre, 08/09/04; De leste a oeste, 09/09/04**), Bem-estar social (**Programas de assistência, 10/09/04; Erros no INSS, 21/09/04; Fome e paz, 24/09/04**) e Política (**Base aliada, 02/09/04; Público e privado, 03/09/04; Eleitores atentos, 14/09/04; Pela honestidade, 15/09/04; Bandeira ética, 16/09/04; Mps e pós-eleições, 17/09/04; Eleições e reforma, 22/09/04; Cássio no trânsito, 28/09/04; “Vale tudo” na Paraíba, 29/09/04; Corrupção e abuso, 30/09/04**). Em relação à procedência, dentre os 18 editoriais recolhidos neste jornal, 13 representam assuntos de interesse nacional, 3 em nível internacional e apenas 2 editoriais com questões estaduais.

Avaliando sinteticamente os assuntos abordados nas categorias acima, percebemos que no jornal *Correio da Paraíba* a temática **Esporte**, contemplada em apenas um editorial, refere-se ao assunto das Olimpíadas de Atenas, à perseverança dos desportistas brasileiros e à necessidade de investimentos empresariais no desenvolvimento do esporte nacional.

No tocante à temática **Economia**, com dois editoriais, vemos que o jornal se posiciona em relação ao aniversário de Indepen-

dência do país, fazendo uma reflexão sobre o futuro da economia brasileira e, em outro momento, o jornal reflete sobre a necessidade de redução das cargas tributárias incidentes sobre as micro e pequenas empresas.

Quanto à temática **Terrorismo**, com dois textos, temos um editorial enunciando o atentado terrorista em uma escola na cidade de Beslán, na Rússia e outro texto enfocando a disseminação global do terrorismo, marcada pela incompetência de autoridades políticas, que se ocupam em combater as conseqüências e não as causas das investivas terroristas.

Na temática **Bem-estar social** temos três textos. Um dos editoriais abordou a fusão dos benefícios financeiros do Bolsa-escola e Bolsa-alimentação no programa de assistência Bolsa-família. Em outro texto vemos o comentário acerca das perdas salariais de aposentados e pensionistas entre os anos de 1994 e 1997, ocasionadas por erros de cálculo na revisão do benefício, feitos pelo Instituto Nacional de Seguro Social. Em outro editorial, o jornal comenta o discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na solenidade de abertura da Assembléia Geral da ONU. O editorial demonstra que o presidente, em seu discurso, alertou para a necessidade de combate à fome e para a urgência de um projeto em defesa da paz global.

A última categoria temática é **Política**, que totaliza a maior quantidade de textos. Dos dez editoriais agrupados nesta temática, temos oito relacionados ao assunto das eleições municipais de maneira ampla. Os outros dois editoriais, “Base aliada” e “Público e privado”, ocupam-se em comentar, respectivamente, os conflitos operacionais de alianças entre o governo Federal e os partidos políticos que compõem sua base aliada, bem como as questões relacionadas ao projeto de Lei que viabiliza as parcerias entre instâncias do poder público e a iniciativa privada no processo de desenvolvimento do país.

A disposição temática dos editoriais deste periódico demonstrou que a categoria Política predomina sobre as demais temáticas, o que pressupõe a ênfase no agendamento destas questões.

Entretanto, não observamos uma construção ou interpretação da realidade eleitoral local na agenda oficial deste veículo de comunicação.

Jornal da Paraíba

Em relação ao *Jornal da Paraíba* observamos um agendamento subdividido nas seguintes temáticas: Economia (**Banco do Nordeste, 01/09/04; Investimento estrangeiro, 07/09/04; As barreiras do Brasil, 08/09/04; Acordo com o FMI, 09/09/04; Gastos correntes, 14/09/04; Vocação para calçados, 17/09/04**), Trabalho (**O drama do desemprego, 16/09/04**), Bem-estar social (**Funcionários aposentados, 02/09/04; Posição internacional, 24/09/04**), Criminalidade (**Lavagem de dinheiro, 03/09/04**), Política (**Domínio americano, 10/09/04; Inadiável medida provisória, 21/09/04; Parcerias público-privadas, 22/09/04; Críticas às parcerias, 23/09/04; Lá e cá, 29/09/04;**), Recursos naturais (**A água do Nordeste, 15/09/04**), Administração pública (**Causa e efeito, 28/09/04**), Infra-estrutura (**Fora dos trilhos, 30/09/04**). Quanto à procedência, temos 12 editoriais representando temas nacionais, 3 internacionais, 2 em nível de região Nordeste e apenas um (1) editorial com assunto estadual.

Percebemos que a temática **Economia** agrupa a maior quantidade de editoriais - seis textos - durante o mês de setembro. Em seu espaço institucional, o *Jornal da Paraíba* comenta o aniversário de 50 anos do Banco do Nordeste, contando um pouco de sua história e demonstrando a importância de instituições financeiras para a sustentabilidade econômica da região nordestina. Em outro momento, o jornal aborda a importância de empresas de capital estrangeiro no país, como forma de favorecer o crescimento econômico. Em outro editorial, o jornal amplia o comentário sobre a importância de investimentos estrangeiros na economia, enfocando, entretanto, os percalços burocráticos para abertura de empresas no Brasil.

Ainda na temática economia, o jornal enuncia sua indignação

com o governo Lula devido à decisão de cumprir o pagamento dos encargos das dívidas com o Fundo Monetário Internacional, enquanto diversos estados e municípios brasileiros necessitam de dinheiro para obras e investimentos públicos. Em outro editorial, o jornal se remete aos gastos do Governo, que são importâncias em dinheiro aplicadas em investimentos no país. Investimentos estes ligados ao desenvolvimento econômico do Brasil, tais como estradas de ferro e de rodagem, aparelhamento de portos e aeroportos, entre outros.

O último editorial, relacionado à temática economia, comenta sobre a importância da produção de calçados para o crescimento econômico da Paraíba.

Avaliando a temática relacionada ao universo do **Trabalho**, temos apenas um editorial enfocando a questão do desemprego em massa, ocasionado pela modernização acelerada da economia brasileira, que passou a substituir o trabalho humano por máquinas nos diferentes domínios da atividade produtiva.

Em relação à temática **Bem-estar social** encontramos dois editoriais. Um deles aborda a reforma da Previdência Social e as questões relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões aos ex-funcionários da União. O outro editorial comenta o discurso do Presidente Lula na Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Na ocasião, o presidente falou sobre a necessidade de combate à fome, à miséria e à pobreza no mundo.

Em outra temática, referente à **Criminalidade**, temos apenas um editorial, abordando a questão da lavagem de dinheiro. O editorial demonstra que a corrupção é o crime que mais movimenta a lavagem de dinheiro sujo, dinheiro roubado, vindo em seguida o tráfico de drogas e de armas.

Em relação à temática **Política** temos cinco editoriais. Um deles comenta sobre a legitimidade da influência política norte-americana nos demais países do mundo. Em outro editorial, o jornal comenta a criação do projeto de Lei da Biossegurança enviado ao Congresso Nacional, que se refere à questão dos alimentos

transgênicos e também ao uso de células-tronco para tratar doenças incuráveis.

Ainda nesta temática Política, outro texto aborda o projeto de Lei que regulariza as parcerias público-privadas, medida encontrada pelo governo Federal para conseguir apoio financeiro privado a fim de realizar obras públicas. O penúltimo editorial, agrupado nesta temática, enfoca as críticas feitas pelo Senado Federal ao projeto das parcerias, alegando o perigo da corrupção e os riscos para governos futuros.

O último editorial, encontrado na temática Política, refere-se ao período eleitoral. Devido à proximidade do dia três de outubro, data das eleições municipais em todo o país, o editorial do dia 29/09/04 aborda a evolução do voto em cartões perfurados para o voto em urnas eletrônicas.

Na temática **Recursos Naturais**, o único editorial comenta a quantidade de água doce distribuída nas diversas regiões do Brasil, demonstrando que os menores potenciais de água encontram-se na região nordestina.

Na temática **Administração pública**, o editorial fala sobre o perfil administrativo do governo Lula e sobre o duelo fiscal entre os Estados da União.

Em relação à temática **Infra-estrutura**, temos um editorial comentando a importância de ferrovias no Brasil, como alternativa ao oneroso sistema rodoviário de transportes.

Como podemos perceber, há uma predominância de temas relacionados ao universo da política e economia nos editoriais deste jornal. Nestas temáticas, os jornais percorrem, a cada dia, um assunto diferente, o que demonstra uma ampla variação de abordagens no período considerado. Também neste periódico é nítida a exclusão do tema eleições municipais do elenco temático político, o que vem reforçar a nossa tese.

O Norte

No jornal *O Norte*, a distribuição temática do material selecionado durante o mês de setembro fica assim disposta: Demografia (**Retrato do Brasil, 02/09/04**), Terrorismo (**Alvo do terror, 03/09/04; A mentira de Putin, 09/09/04**), Economia (**Classe média encolhe, 08/09/04; Socorro não basta, 10/09/04; Guerra fiscal, 21/09/04; Abuso sem fim, 24/09/04**), Bem-estar social (**Reforma precária, 15/09/04; Pacto contra a fome, 23/09/04**), Educação (**Camisinha na escola, 01/09/04; O perfil do ProUni, 16/09/04; Sem preconceitos, 29/09/04**), Cataclismos (**Descaso no Haiti, 28/09/04**), Política (**Mãos à obra, 07/09/04; O dever do Congresso, 14/09/04; Imprensa livre, 17/09/04; Ação contra a anarquia, 22/09/04; Lição pelo voto, 30/09/04**). Dentre os editoriais, temos 4 de procedência internacional, 13 nacionais e apenas 1 regional. Não houve um editorial sequer sobre assuntos estaduais, referentes ao estado da Paraíba e locais, relativos à cidade de João Pessoa.

Na temática **Demografia**, o único editorial aborda o assunto relativo ao aumento da população brasileira, demonstrando, através de números, que futuramente o Brasil deixará de ser uma nação jovem para se transformar em nação adulta.

No que concerne à temática **Terrorismo** temos dois textos. Um dos editoriais comenta sobre o seqüestro terrorista de centenas de crianças, pais e professores em uma escola na república russa de Beslán. Mais adiante, outro texto critica a postura do líder governista Vladimir Putin, que, para reduzir o impacto da notícia sobre a população, mentiu sobre a quantidade de reféns deste seqüestro terrorista.

Na temática **Economia**, o jornal publicou quatro editoriais. Um editorial demonstra que devido à estagnação econômica vivida pelo país, a classe média sofre reduções gradativas em seu poder aquisitivo. Em outro texto, o jornal comenta sobre a abertura da linha de crédito, no Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, para empresários com dificuldades financeiras.

Outro editorial aborda a postura do Estado de São Paulo em criar barreiras para a entrada de mercadorias produzidas em estados que concedem incentivos fiscais a suas empresas.

Ainda na temática economia, temos um texto criticando o aumento progressivo de tarifas bancárias em financiamentos a pessoas físicas, jurídicas e em operações de crédito pessoal.

Em relação à temática **Bem-estar social**, o jornal se pronuncia em dois editoriais. Um deles critica os crescentes déficits da Previdência Social, demonstrando que as medidas reformistas não suprem as deficiências históricas do seguro social. O editorial ainda denuncia que o INSS não tomou nenhuma providência para incorporar nos programas de seguridade os 52 milhões de trabalhadores da economia informal.

Em outro editorial, o jornal comentou sobre o discurso do Presidente Lula na sede da ONU em favor de uma política mundial de combate à fome.

A temática **Educação** apresenta três editoriais. O primeiro comenta sobre a importância de um projeto de educação e prevenção sexual nas escolas. O segundo editorial aborda o Programa Universidade para Todos (ProUni), projeto do Executivo que coloca em vigência o acesso de estudantes de baixa renda à rede privada de ensino superior.

O último texto, relativo à temática educação, relata a iniciativa do governo Federal em instituir, nas escolas de todo o país, o ensino de História da África, do negro no Brasil e da cultura afro-brasileira, como forma de reduzir os preconceitos raciais.

Na temática **Cataclismos**, o único editorial retrata as dificuldades vividas pelo povo do Haiti depois que o país foi vítima de um furacão e de uma tempestade tropical.

A maior parte dos editoriais do jornal O Norte, no período considerado, concentra-se na temática **Política**, com cinco textos. Um deles aborda os diversos projetos de Lei à espera de aprovação pelo Congresso Nacional, entre eles a Lei de Biossegurança,

a Lei de Falências e as Parcerias Público-Privadas. Outro editorial enfatiza a importância destes três projetos de Lei e critica a ausência de parlamentares nos trabalhos legislativos de grande urgência para o país.

Em outro momento, o jornal enuncia o compromisso, assumido pelo Presidente da República, com a liberdade de imprensa. Este editorial acusa o discurso presidencial de incoerente com os quatro projetos que embaraçam a plena liberdade de informação jornalística: O Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), O projeto da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), a Lei da Mordaza e o Decreto que proíbe funcionários públicos de darem informações à imprensa.

O penúltimo editorial, de configuração política, comenta a inércia do Congresso Nacional em votar o projeto de Lei da Biossegurança, o que gerou a insatisfação de centenas de agricultores do Rio Grande do Sul e do Centro-Oeste. Neste editorial, o jornal critica a postura dos parlamentares em priorizar a defesa de interesses políticos em redutos de campanhas eleitorais.

O último editorial, inserido na temática política, ensina o eleitor a desempenhar seu papel com grave consciência, elegendo candidatos sérios e comprometidos com o bem comum.

Os assuntos abordados nos editoriais enfatizam o predomínio, também neste periódico, das temáticas política e economia. Entretanto, não existe uma incidência de um mesmo assunto, o que assevera o critério de variação de temas.

O agendamento, que propomos neste estudo, assenta-se na lógica da exclusão de um tema, referente às eleições locais. Por isso, a disposição dos assuntos abordados assumiu uma conotação descritiva, o que demonstra um distanciamento da agenda oficial de um tema importante para agenda pública, em função da disposição de outros temas variados.

A União

Em *A União* temos apenas um (1) texto com assunto em nível nacional, o editorial do dia 07/09/04, “**Volta às ruas**”, que aborda a importância histórica dos desfiles cívicos em memória da independência do Brasil. Neste jornal, os editoriais estão ligados, predominantemente, a questões estaduais (10 textos) e, em menor proporção, a questões locais (6 textos).

No tocante à abordagem, observamos uma forte dispersão temática, com os editoriais comentando fatos diversos e cotidianos. Agrupamos os textos em doze categorias diferentes. Violência (**Olhos abertos, 01/09/04**), Educação (**Os livros e o futuro, 02/09/04**), Economia (**Sol nascente, 03/09/04; Queda de preços?, 28/09/04**), Eventos (**Volta às ruas, 07/09/04; Trânsito mais humano, 17/09/04**), Apologia (**Anjos ancestrais, 09/09/04; Em pleno movimento, 10/09/04**), Turismo (**Turismo em movimento, 14/09/04**), Agricultura (**Driblando a seca, 15/09/04**), Infra-estrutura (**Boa nova no Bessa, 16/09/04; Porto de Cabedelo, 29/07/04; Novo visual na orla, 30/09/04**), Esporte (**Novos valores, 21/09/04**), Política (**Eleições seguras, 22/09/04**), Trabalho (**A greve bancária, 23/09/04**), Meio Ambiente (**Salvando o verde, 24/09/04**).

Na temática **Violência**, apenas um editorial comentando a morte de um “flanelinha” próximo à orla marítima da cidade de João Pessoa.

Na temática **Educação**, o editorial comenta a importância dos livros para educação no país, aproveitando a oportunidade para enunciar que o Governo da Paraíba entregou 140 mil livros para 74 escolas de ensino médio da rede pública estadual.

Em relação à **Economia** temos dois editoriais. Um abordando a visita de autoridades chinesas para conhecer as potencialidades da Paraíba, com vistas à instalação de empresas no Estado. O editorial procura evidenciar o interesse do Governo do Estado nesta parceria econômica.

Outro editorial abordou a oscilação do preço do combustível

e de alguns produtos da cesta básica na Paraíba, que à época apresentaram considerável redução em seus valores.

Agrupamos na temática **Eventos** dois editoriais. Um deles enfatiza a importância das comemorações do Dia da Independência do Brasil, demonstrando a relevância histórica e cultural de tal evento. O outro texto refere-se à Semana do Trânsito, evento que à época promoveu palestras, exposições e blitzes educativas na cidade de João Pessoa, com a intenção de reduzir as vítimas de acidentes de trânsito.

A temática **Apologia** apresenta dois textos. Um dos editoriais faz uma homenagem póstuma, redigido em louvor a Waldemar Bispo Duarte, advogado, contador, bibliotecário e também militante da imprensa paraibana.

No outro artigo inserido nesta temática, o jornal *A União* conta um pouco de sua história, fazendo uma auto-homenagem e saudando o empenho do Governador do Estado da Paraíba em seu apoio ao órgão de comunicação.

Na temática **Turismo**, o editorial aborda os trabalhos realizados pelos agentes do desenvolvimento turístico estadual, tanto os ligados ao poder público como ao poder privado, para atrair mais visitantes brasileiros e estrangeiros à capital paraibana.

Em relação à temática **Agricultura**, temos apenas um editorial comentando sobre as estratégias encontradas por agricultores da região paraibana de Curimataú para driblar os efeitos da seca. O editorial aproveita o ensejo para frisar o apoio oferecido pelo Projeto Cooperar, idealizado pelo Governo do Estado.

Em **Infra-estrutura** temos três editoriais. O primeiro texto comenta sobre o projeto “Boa Nova”, do governo do Estado. Neste jornal, a fala editorial evidencia as pretensas obras de infra-estrutura, drenagem e pavimentação do bairro do Bessa.

O segundo texto desta temática evidencia a iniciativa do Governador Cássio Cunha Lima em autorizar as obras de dragagem do canal de acesso ao cais do Porto de Cabedelo.

O outro editorial, inserido nesta série temática, enfatiza a implantação de um novo “calçadão” nas praias do Cabo Branco e

Tambaú, bem como a construção de uma ciclovia paralela ao calçadão. O editorial louva a iniciativa da Prefeitura de João Pessoa.

Na temática **Esporte**, o jornal comenta sobre os incentivos oferecidos pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de João Pessoa à nova geração de desportistas paraibanos.

Em **Política** apenas um editorial. O texto fala sobre o esquema de segurança implantado para as eleições municipais em todo o Estado da Paraíba.

Na temática **Trabalho** foi discutida a questão da greve dos funcionários de bancos no Estado da Paraíba, que à época reivindicavam melhoria salarial, condições de trabalho mais humanas e outros benefícios.

Por último temos a temática **Meio Ambiente**, que abordou a implantação, pela Secretaria do Meio Ambiente, do Programa Fotossanitário, destinado a salvar os vegetais da cidade de João Pessoa atingidos por pragas.

Como dissemos anteriormente, percebemos nestes editoriais uma constante dispersão temática. Não houve, neste periódico, um assunto predominante e as temáticas apresentaram praticamente um equilíbrio quantitativo. (vide tabela 2, p. 94).

O que predomina, assim como nos outros jornais, é a completa omissão acerca da cena democrática local, a partir do critério de variação temática.

4.2.1 Avaliação do quadro temático

A configuração temática dos editoriais esboçada acima demonstra como ficou o agendamento das questões públicas no período pré-eleições municipais em João Pessoa. Com isto, a partir deste gênero narrativo, os quatro diários enquadraram e ofereceram ao público temas adversos ao contexto histórico e político que se repercutia no cenário social local. Inferimos que houve um silenciamento convergente relativo ao assunto eleições locais no âmbito da opinião institucional na imprensa pessoense. Embora esta discussão estivesse sendo agendada de forma progressiva nas colu-

nas políticas e no espaço informativo. Retomaremos esta constatação mais à frente, ao analisarmos as intenções do silenciamento editorial.

Refletindo um pouco mais sobre as classificações, percebemos que os editoriais dos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba e O Norte* demonstraram uma tendência em apresentar assuntos em nível nacional (vide tabela 3, p. 94), o que representa um afastamento de importantes questões locais e que dizem respeito diretamente às necessidades da coletividade. Em relação ao jornal *A União*, a maior parte de seus editoriais é de procedência estadual, porém não observamos uma preocupação em abordar os assuntos ligados aos anseios do público. Como demonstramos acima, os editoriais deste periódico procuram refletir as obras e os projetos do Governo do Estado, como forma de assegurar-lhe uma sustentação ideológica.

Em consonância com Brum (apud MELO, 2003:109), percebemos que os editoriais no mês analisado se posicionam, predominantemente, em relação a questões do universo da economia e da política. Com isto, temas como educação, trabalho, saúde e condições de vida da população tornam-se quase ausentes. (vide números na tabela 2, p. 94).

Voltando, pois, ao enfoque de nossa análise, identificamos que, dos 71 textos que compõem o material empírico desta pesquisa, apenas 12 editoriais se pronunciaram em relação ao assunto das eleições municipais. O que representa um índice de apenas 16,9% do total de editoriais. Deste percentual, temos 11,26% para o *Correio da Paraíba* (com 8 editoriais sobre as eleições), 2,81% para o jornal *O Norte* (com 2 editoriais) e 1,41% em igual proporção para os outros dois periódicos, cada qual abordando a referida temática em apenas um de seus editoriais. Vale salientar que a maioria destes textos limitou-se a falar sobre a temática eleições de forma geral, orientando os (e)leitores sobre a importância do voto e sobre as distorções, manipulações e irregularidades imanentes em campanhas eleitorais. A materialidade discursiva destes editoriais será analisada mais adiante.

A avaliação da configuração temática demonstra o trabalho simbólico produzido nos editoriais no contexto histórico das eleições municipais. Com isto, percebemos que o agendamento priorizou algumas formações discursivas em detrimento de outras. No interstício do que estava sendo dito pelos editoriais pairava a consonância do não-dito.

Há, neste procedimento institucional, uma tendência convergente ao silêncio. Esta tese representa o ponto central de nosso trabalho. Mais uma vez, ressaltamos que não estamos investigando a coincidência temática entre o que foi dito nos editoriais dos diferentes órgãos de imprensa em João pessoa, embora tenhamos percebido a incidência de cinco temas mais frequentes entre os jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba e O Norte*, são eles: 1) o projeto de Lei das parcerias Público-privadas; 2) Funcionamento do Congresso às vésperas da eleições municipais; 3) Déficits da Previdência Social; 4) Discurso do presidente Lula na sede da ONU; 5) Ataque terrorista na Rússia.

Contudo, interessa-nos averiguar a coincidência do não-dito. Nesta perspectiva, encontramos suporte na idéia central da hipótese da “Espiral do Silêncio”. (ver BARROS FILHO, 1995:207-211).

A hipótese, de autoria da professora alemã Elisabeth Noelle-Neumann, refere-se ao medo que têm os agentes sociais, em geral, de se encontrarem isolados em seus comportamentos, atitudes e opiniões. Esse medo faz com que estes agentes evitem expressar opiniões que não coincidam com a opinião dominante.

Uma das condições para que a “espiral do silêncio” se produza é a consonância temática, ou seja, a abordagem relativamente homogênea dos mesmos fatos pelos distintos meios de comunicação. A essência desta hipótese se estende ao nosso estudo, porém não pelo viés da consonância temática do que foi dito no contexto editorial, mas pelo caminho da homogeneização do silêncio. A consonância do não-dito é o fio condutor da representação produzida no espaço institucional.

A partir da consonância do silêncio, os diferentes veículos im-

pressos em João Pessoa produziram uma variação temática em seu espaço oficial, impondo-o como dominante. Enquanto cada veículo, em particular, silenciava o sentido das eleições, mais se configurava o movimento em espiral, promovendo um equilíbrio opinativo entre os diferentes meios estudados. Com este procedimento, os veículos evitavam o isolamento opinativo, compartilhando do mesmo comportamento discursivo e da mesma atitude de omissão diante do debate acerca das eleições municipais locais.

Esta tendência ao silenciamento já fora observada em outras pesquisas no Brasil. A exemplo dos estudos do professor Antônio Rubim, que realizou investigações sobre o procedimento midiático diante das eleições presidenciais de 1998. Rubim (2000:29) observou que, em algumas redes nacionais, o assunto sobre as eleições praticamente não existiu, chegando a ponto de algumas emissoras se omitirem, deliberadamente, de acompanhar sequer a agenda das candidaturas. De acordo com o autor, ao invés de informações, os meios de comunicação estabeleceram um clima de imenso silêncio sobre as eleições e as graves questões nacionais.

Em nosso caso, o que importa perceber é que ao processar o agendamento editorial, a imprensa pessoense fixou um calendário dos acontecimentos que se repercutiam no âmbito informativo, selecionando um repertório opinativo de fatos para a agenda pública. Com isto, criava-se o clima de profundo silêncio em relação a um dos eventos de maior repercussão naquele momento, que adquiriria relevância nos diversos meios de comunicação.

Passaremos, a partir de agora, a avaliar as estratégias discursivas do enquadramento temático na esfera editorial durante o mês de setembro de 2004, enfatizando quais os significados do silenciamento produzido na opinião institucional.

4.3 A perspectiva do silêncio

Vimos, no tópico anterior, as estratégias de agendamento depreendidas pelos veículos impressos da cidade de João Pessoa durante o período das eleições municipais. Com esta constatação, avaliaremos como ocorreu a inserção do conteúdo temático no espaço editorial. Percebemos também que, durante o período considerado, estes meios de comunicação promoveram um processo de sistematização da informação, coordenando o fluxo dos acontecimentos nos diversos gêneros da superfície impressa. Deste modo, os periódicos definiam a agenda pública a partir da distribuição das questões e discussões priorizadas naquele contexto histórico.

Estas observações nos levaram a perceber o distanciamento do assunto eleições municipais no âmbito dos editoriais, priorizado, entretanto, na tônica discursiva de outros gêneros jornalísticos. A partir desta constatação, tencionamos investigar o porquê do silenciamento e qual o significado de tal procedimento. Para tanto, precisaremos revisar alguns aportes teóricos propostos por Orlandi (1997) que tratam sobre a perspectiva do silêncio em fenômenos discursivos.

Autora de diversas pesquisas sobre os princípios e procedimentos de Análise de Discurso, Eni Orlandi faz uma importante reflexão sobre os sentidos do silêncio e as intenções do silenciamento na esfera da produção lingüística. Em seus trabalhos, Orlandi tem como referência essencial o pensamento do teórico francês Michel Pêcheux⁴, responsável pela sistematização da Análise do Discurso, na década de 60.

Para Orlandi (1997:31-32), “o homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à interpretação. (...) O homem está irremediavelmente constituído

⁴ Referência básica para se entender a Análise de Discurso da escola francesa, Michel Pêcheux oferece importante contribuição bibliográfica sobre o tema. Alguns de seus textos foram traduzidos para o português por Orlandi et al, a exemplo dos livros *Semântica e Discurso (1975)* e *Discurso: Estrutura ou Acontecimento (1983)*.

pela sua relação com o simbólico”. Mas esta relação tem origem no silêncio, que é o princípio significante de todo fenômeno linguístico.

A pesquisadora destaca que sem silêncio não há sentido, porque o silêncio é a matéria significante por excelência. Deste modo, Orlandi demonstra que há um ritmo no significar que pressupõe o constante movimento entre silêncio e linguagem. Mas o que precisamente estas definições querem dizer?

Existe nestes conceitos uma tentativa de explicar a indiscutível importância do silêncio como espectro indissociável da linguagem, pois ele significa antes da linguagem, significa na linguagem e exteriormente a ela.

No primeiro caso, o silêncio é descrito como iminência do sentido, é o estado primeiro que se rompe para o exercício do discurso, para a organização e o movimento das palavras.

Em relação ao significado do silêncio na linguagem, considera-se sua conjugação com o implícito, o não-dito, sendo este um subproduto do trabalho do silêncio. Neste caso, observa-se o que está pressuposto e subentendido nas diversas formações discursivas produzidas. Embora Orlandi (1997) faça uma distinção entre a definição de silêncio e o conceito de implícito, diversos linguistas consideram este último uma variante do primeiro.

No tocante à exterioridade do silêncio em relação à linguagem, percebe-se que há uma dicotomia entre as formações discursivas materializadas e as que são silenciadas. Em geral, enquanto um determinado discurso é produzido, outro inevitavelmente é silenciado, excluído. Embora conduzindo um potencial significante inquestionável, muitas vezes este silêncio não é interpretado.

Intentando vislumbrar uma perspectiva discursiva na reflexão sobre o silêncio, Orlandi demonstra dois parâmetros essenciais: **1) o silêncio fundador** e **2) a política do silêncio**.

De acordo com a pesquisadora, **o silêncio fundador** não significa ausência de palavras, mas princípio de toda significação. É uma totalidade significativa. É o silêncio como sentido, história, matéria significante, não como qualidade física. Desse modo, en-

tendemos que o silêncio não está verbalmente representado, mas ele revela significados e “pistas” que evidenciam sua existência.

A linguagem é, portanto, uma passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras. Este movimento é permanente e caracteriza a significação, produzindo o sentido em sua pluralidade. Segundo Orlandi (1997:71), quanto “mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer”.

A segunda forma do silêncio, que está diretamente relacionada ao presente estudo, diz respeito ao silenciamento, também denominado de **política do silêncio**. Este se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma determinada situação discursiva. Nesta perspectiva, o silenciamento produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Nesse contexto, o silêncio deve ser observado por seus efeitos políticos e ideológicos e pelos muitos modos de construção de cada significação. Segundo Orlandi (1997), esta política do silêncio está categorizada em duas variantes.

A primeira é o **silêncio constitutivo** em que todo dizer cala indiscutivelmente algum sentido. Com isto, diz-se algo para não dizer outro algo, que é excluído, evitando-se sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, outra região de sentidos. Neste caso, temos o não-dito necessariamente excluído.

No paradigma constitutivo, o silêncio opera nos limites das diversas formações discursivas, orientando as fronteiras do dizer. Segundo Orlandi (1997), todo discurso apaga conseqüentemente outros sentidos possíveis. Isto demonstra que o dizer e o silenciamento são indissociáveis.

A segunda manifestação da política do silêncio está vinculada ao **silêncio local**, em que se produz a interdição do dizer. Uma das vertentes mais visíveis do silêncio local é a censura. Trata-se de uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: refere-se à produção do interdito, do proibido.

Para desenvolver a presente pesquisa sobre os editoriais, elegemos a primeira forma de silenciamento: o silêncio constitutivo.

4.3.1 O campo editorial e o significado do silêncio nas eleições 2004 em João Pessoa

Os jornais pesquisados atuaram no nível do silêncio constitutivo ao apagarem de seu espaço opinativo institucional o assunto eleições municipais. Não houve, dentre os quatro periódicos considerados, editoriais que se referissem diretamente às eleições em João Pessoa, nem às questões públicas ligadas a este processo. Interessa-nos, neste tópico, investigar os motivos que levaram os diários pessoenses a promover esta política do silêncio em seu espaço institucional.

Sabemos que o gênero editorial, em toda empresa jornalística, deve atuar como um “filtro” opinativo para os fatos de maior discussão no momento, oferecendo à coletividade o significado dos acontecimentos.

Para orientar a comunidade, o editorial acrescenta uma dimensão de profundidade aos fatos que, em geral, figuram no espaço informativo. Nas palavras de Mostaza (apud BELTRÃO, 1980:52), “o editorial faz transcender de sua peremptória urgência a notícia. (...) Ao traduzir o idioma da realidade, o editorial nos dá o significado do que acaba de acontecer”.

Em geral, ao opinar sobre os eventos cotidianos, o jornal orienta o leitor sobre os aspectos e as características das ocorrências. Entretanto, o pleno exercício desta atividade demanda enorme responsabilidade por parte das instituições, sobretudo por representar o ponto de vista de cada empresa em particular. Daí o cuidado asséptico na emissão de valores observado nesta modalidade expressiva. Esse cuidado certamente orientou a seleção temática e os procedimentos discursivos dos editoriais durante o período analisado.

Ao organizar outros assuntos no espaço opinativo institucional, os jornais pessoenses produziram um apagamento do assunto

eleições, que à época se apresentava como o mais importante no noticiário. Com isso, deixaram de cumprir a importante função de orientar a comunidade acerca de uma temática de crucial relevância para a opinião pública naquele contexto histórico. Este silenciamento reflete algumas implicações ideológicas.

Como vimos anteriormente, o silenciamento produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, devendo ser observado pelos seus efeitos políticos e ideológicos. Ao privilegiar intencionalmente discussões, inferências e conclusões sobre outros acontecimentos, os jornais isentaram sua tribuna de possíveis compromissos ideológicos com facções do poder local. Os veículos estudados silenciam as formações discursivas relacionadas ao pleito municipal com a intenção de manter uma falsa posição de neutralidade. Desse modo, ao não promover o debate sobre o processo eleitoral, os jornais eximem-se de assumir, a partir da voz institucional, preferências por candidatos ou partidos políticos.

Inferimos que esta isenção está ligada a uma das principais características do gênero editorial: sua marca de impessoalidade. Como já dissemos antes, o editorial apresenta-se como um texto não assinado, o que aumenta a responsabilidade da instituição jornalística ao comentar os acontecimentos cotidianos. Ao expressar sua opinião, o sujeito semiótico, que é o jornal, precisa estabelecer alguns critérios de seleção e abordagem dos fatos. Com isso, nem todos os eventos são interpretados de forma eficaz. Talvez por algum tipo de receio, a voz da instituição jornalística não amplie o tom de determinados fatos.

Ao atuar nesta direção, os jornais que compõem a imprensa pessoense demonstraram sua estratégia discursiva em relação ao assunto das eleições locais. Desse modo, ao construírem determinados sentidos na esfera editorial, apagaram necessariamente outros sentidos possíveis, porém indesejáveis, que também poderiam compor aquele contexto discursivo. Certamente para não deixar marcas de seu posicionamento político, os jornais promoveram um silêncio constitutivo, calando sentidos, excluindo for-

mações discursivas que pudessem instalar um quadro significativo comprometedor.

Para manifestar uma posição de “neutralidade” institucional, os editoriais retiraram-se do debate político, deixando de oferecer uma contribuição metalingüística e pedagógica de esclarecimento dos fatos de maior discussão no momento histórico local. Ao não democratizar o debate relacionado às implicações e aos temas locais pertinentes a um período eleitoral (educação, saúde, emprego e renda, entre outros), os jornais puseram em questão a própria credibilidade, enquanto instituições sérias e dedicadas ao exercício da responsabilidade social. Falamos isto, pois acreditamos que a imparcialidade poderia ser atingida se os jornais mantivessem um compromisso ético com a sociedade, democratizando opiniões relevantes sobre o processo eleitoral local, confrontando inferências e análises do cenário político com questões relacionadas ao bem comum e aos anseios mais legítimos da coletividade. Sem que, para isto, precisasse demonstrar articulações ideológicas com grupos políticos.

Beltrão (1980:53) ensina que “o leitor dos editoriais é um ser perplexo diante da vertiginosa mutação da face do mundo e que busca no jornal a explicação de tudo quanto de significativo e decisivo está acontecendo ao seu redor e até mesmo daquilo que vai acontecer” A partir daí percebemos a relevância deste gênero na formação da opinião pública. Nessa perspectiva, Mostaza adverte que:

O jornal está, por essência, comprometido a dizer em voz alta, isto é, em letra de forma, o que pensa. Eis porque se deve culpá-lo por seu silêncio ante qualquer eventualidade ou peripécia importante para o homem. Está-lhe vedado dar o silêncio por resposta ao interrogatório da atualidade, ou dar uma resposta ambígua. A ambigüidade é excusa de mau pagador. Ou medo à verdade. O ceticismo da acomodação. O jogo bonito de não se comprometer, de expor os prós e os contra, embora sem desatar o nó

da dúvida, pode resultar engenhoso mas adoece de estéril. (MOSTAZA apud BELTRÃO, 1980:59-60)

Ao silenciar sobre as eleições locais, os editoriais negligenciaram uma informação de imensa importância para a coletividade, configurando um silenciamento que se distingue em três formas: **a primeira**, já explicada anteriormente, refere-se ao agendamento de temas diversos, com assuntos de procedência internacional, nacional, estadual e local. **A segunda forma**, que será explicada agora, está ligada à desproporção informativa sobre as eleições locais, encontrada entre os editoriais, as colunas políticas e o espaço informativo. **A terceira forma** revela-se ao percebermos que a temática política/eleições fora abordada, intencionalmente, de maneira generalista nos editoriais.

Durante o mês de setembro, o silenciamento editorial torna-se patente quando confrontado com as formações discursivas produzidas nas colunas políticas e no espaço informativo. Os colunistas, sob a égide da opinião pessoal e da função-autor, atestada pela assinatura de seus textos, assumiam a responsabilidade pelo embate discursivo em torno das eleições municipais locais. Embate este que produzia uma redução deliberada das diversas candidaturas há apenas duas efetivas: o pleito entre o candidato Ricardo Coutinho (PSB) e o candidato Ruy Carneiro (PSDB).

Em breve leitura das colunas dos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e *O Norte*, que priorizaram discursivamente a disputa para as prefeituras dos municípios de João Pessoa e Campina Grande, perceberemos também que o embate ganhava conotações estaduais, notadamente pela polarização político-partidária entre o Governador Cássio Cunha Lima (PSDB) e o Senador José Maranhão (PMDB). O esquema de apoio político, implantado por estes líderes governistas, a candidaturas tornou-se progressivo durante o mês em questão. Com o avanço do processo eleitoral, enquanto a voz institucional silenciava, a fala pessoal dos colunistas de cada órgão da imprensa pessoense proclamava, abertamente, denúncias e achincalhes aos grupos de oposição. Além disso, a opinião personificada nos colunistas políticos se encarregava de

construir uma imagem positiva dos candidatos e partidos políticos apoiados por cada jornal.

Nas colunas políticas do *Correio da Paraíba* percebemos nitidamente a histórica articulação do jornal com as hostes políticas do Senador José Maranhão (PMDB). Neste espaço opinativo os compromissos ideológicos são abertamente deflagrados. Durante o mês de setembro, os colunistas projetaram, diligentemente, uma imagem positiva do candidato à prefeitura de João Pessoa Ricardo Coutinho (PSB), da coligação “Decisão Popular”, enquanto aproveitavam a oportunidade para afrontar os partidos de oposição.

No *Jornal da Paraíba*, a postura dos colunistas adquiriu tônica de contra-ataque. Os jornalistas esmeravam-se em publicar denúncias e petardos envolvendo os partidos de oposição, enquanto evidenciavam as pesquisas de Ibope em favor do candidato Ruy Carneiro (PSDB), da coligação “Por Amor a João Pessoa”. Além disso, os colunistas constroem uma imagem positiva do Governador Cássio Cunha Lima, que à época demonstrava eloquente apoio ao candidato tucano.

Em relação ao jornal *O Norte*, percebemos que suas colunas políticas representam uma articulação com a ideologia dominante, oficial. Durante o mês analisado, as colunas cedem espaço ao discurso político do governador Cássio Cunha Lima e do então prefeito Cícero Lucena. Além disso, demonstram um posicionamento político voltado ao candidato Ruy Carneiro.

Para demonstrar nossas inferências em relação aos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e *O Norte*, acrescentamos em anexo uma coluna política de cada semana do mês estudado.

No jornal *A União*, não encontramos colunas políticas reproduzindo diretamente o sentido das eleições locais. Entretanto, a leitura de matérias informativas no período histórico estudado levou-nos a observar a ênfase dada por este jornal às realizações públicas do Governador Cássio Cunha Lima. Os textos evidenciam as obras do governo para a cidade de João Pessoa, a doação de terrenos para famílias carentes e a entrega de escrituras de moradias aos mutuários da Cehap e do Ipep. Inferimos que estas pu-

blicações refletem uma estratégia político-ideológica deste órgão de imprensa, na medida em que fortalecem a imagem do governador e, conseqüentemente, das facções político-partidárias por ele apoiadas. Seleccionamos uma matéria de cada semana do mês de setembro e acrescentamos em anexo.

No tocante ao espaço informativo dos quatro periódicos estudados, temos uma representação política progressiva, com fortes compromissos ideológicos por parte dos veículos impressos. Enquanto no espaço opinativo institucional os jornais não manifestavam valores ideológicos quanto às disputas municipais, no contexto informativo, sob a marca da objetividade, da imparcialidade, os diários encarregavam-se de transmitir aos leitores diversos posicionamentos políticos.

A **terceira forma** de silenciamento, de que falamos anteriormente, está relacionada à abordagem superficial do sub-tema eleições municipais no quadro de temáticas políticas. Ao comentar o assunto, os editoriais assumiram uma postura generalista, enfatizando o processo eletivo de forma a manter a pretensa imparcialidade institucional. Devemos fazer exceção a dois editoriais do jornal *Correio da Paraíba*, “Cássio no Trânsito” e “Vale tudo na Paraíba”, publicados, respectivamente, nos dias 28 e 29 de setembro, que serão analisados adiante.

O enfoque dado ao assunto das eleições apresenta uma enorme disparidade quantitativa entre os jornais pesquisados. Como já dissemos, enquanto o *Correio da Paraíba* expressa-se em oito editoriais, o jornal *O Norte* em dois textos, o *Jornal da Paraíba e A União* representaram a temática em apenas um editorial. Passemos então à análise destas espécies discursivas.

Correio da Paraíba

Neste periódico, percebemos que, em uma amostra de 18 textos, 55,55% dos editoriais silenciaram efetivamente sobre o assunto das eleições locais. Enquanto 44,45% destes artigos ofereceram

algum tipo de comentário acerca da temática Política/eleições, porém não se atendo ao debate acerca do processo em João Pessoa.

A abordagem de outras temáticas (fora a política), com predominância de assuntos em nível internacional e nacional, já demonstrada anteriormente, foi uma das estratégias de silenciamento utilizada por este órgão de imprensa. A outra forma de silenciamento está diretamente ligada aos parâmetros da “espiral do silêncio”, na medida em que o jornal, dentro do assunto das eleições, oferece uma relativa imposição de abordagem deste fato social. De acordo com Barros Filho (1995), a “espiral do silêncio” não se limita a apontar uma coincidência temática entre os meios de comunicação, mas ela se ocupa também da abordagem dada por cada veículo a determinado fato. Desse modo, não se trata apenas de uma seleção dos temas sobre os quais se deve falar, mas também uma imposição do que falar sobre esses temas.

O fluxo opinativo do jornal *Correio da Paraíba* acerca da temática Política/Eleições contemplou oito formações discursivas, configuradas a partir de um modelo bem definido de representação e de abordagem.

O primeiro editorial, intitulado **Eleitores atentos**, emerge no dia 14 de setembro. Neste, o veículo produz um distanciamento do pleito local, abordando a temática eleições de maneira deslocada, orientando os eleitores a exercer um controle das representações políticas que deverão chegar ao poder. O assunto em foco está relacionado à decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro de impugnar candidatos com antecedentes criminais. Os fragmentos abaixo demonstram a angulação opinativa oferecida pelo jornal ao fato:

“Num terreno movediço sobre o qual deslizam múltiplas interpretações jurídicas, éticas e morais, coube ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, emitir a sugestão mais adequada para o debate em torno da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro de impugnar candidatos que tenham ficha criminal.

Para o ministro, enquanto o Congresso Nacional não efetivar mudanças, tornando mais rígida a legislação eleitoral, caberá aos cidadãos de bem, nas eleições municipais deste ano, exercer um maior controle dos homens públicos, expurgando os candidatos cujo currículo mais se assemelha a um prontuário policial do que a uma vida compatível com o cargo que desejam ocupar”.

“O TRE e os eleitores entregam, portanto, nas mãos do Congresso Nacional, a tarefa de tornar cada vez mais rígidas as exigências jurídicas para quem deseja assumir a vida pública. Até lá, convém aos eleitores ficarem ainda mais atentos”.

Neste processo de interlocução entre sujeito semiótico (órgão de imprensa) e leitor, vemos que o editorial constrói sua identidade na interação verbal com o eleitor. Primeiramente, é preciso lembrar que todo discurso, fundado no princípio do dialogismo, parte de “outros discursos” pré-construídos, de um lugar e de uma posição do sujeito. Ao construir qualquer gênero textual, o sujeito-jornalista coloca-se numa posição de “mediador” da sociedade. Por estar inserido em um aparelho ideológico, como a Imprensa, carrega consigo a ideologia do compromisso com a ética, com a isenção, com a imparcialidade, entre outros temas cristalizadores do dizer jornalístico.

No caso da enunciação editorial, o sujeito-editorialista assume a posição do jornal, do órgão em que está inserido. Posição de mediador de diversos discursos sociais. Embora sua identidade não seja divulgada, pois está atrelada de forma simbiótica à identidade do jornal, este sujeito significa e produz diversos significados.

No contexto considerado, percebemos que o sujeito semiótico determinou o que poderia e deveria ser dito na conjuntura histórica das eleições municipais. Cabendo ao editorialista, assujeitado e interpelado pela estrutura institucional em que está inserido, agrupar as unidades significativas que compõem as diversas formações discursivas.

Em relação à formação discursiva em questão, percebemos que houve um deslocamento do sentido local das eleições para outro lugar discursivo. Embora seja uma informação relevante para os eleitores em geral, os sentidos desta formação discursiva adquirem conotações diferentes para os eleitores do estado do Rio de Janeiro e para os eleitores do estado da Paraíba. Ao proceder desta forma, o jornal privilegiou o debate em outro estado da federação, desviando a atenção das problemáticas relacionadas ao processo eleitoral local.

Como revela Bakhtin (1999:32), “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica”. Projetando este conceito ao discurso produzido neste editorial, percebemos que o jornal cultivava duas formações ideológicas: uma, assentada na ideologia da empresa jornalística, que apregoa o mito da imparcialidade, configurado, neste caso, pelo mascaramento de preferências políticas no espaço da opinião oficial. A outra, evoca a idéia do compromisso com a sociedade, quando o jornal se coloca como porta-voz dos eleitores ao reivindicar do Congresso Nacional a tarefa de tornar mais rígida a legislação eleitoral para quem deseja exercer a vida pública. Com este procedimento, o jornal reafirma a ideologia pautada no pacto social entre instituição jornalística e sociedade.

Ainda em análise, percebemos que este editorial conserva um funcionamento parafrásico ao se referir ao perfil duvidoso de homens públicos e ao estimular a responsabilidade dos eleitores na escolha de representações políticas. Há, nesta formação discursiva, a reprodução de um enunciado já sedimentado na memória discursiva do eleitor. De acordo com Orlandi (2003:36), a paráfrase representa um retorno aos mesmos espaços do dizer, ao já-dito. Com isso, “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”.

Além desta característica, conseguimos identificar, na materialidade discursiva deste texto, uma heterogeneidade constitutiva pautada no princípio do dialogismo que, segundo Bakhtin (apud BRANDÃO, 1998), tem uma dupla orientação: uma voltada para

os “outros discursos”, como processos constitutivos do discurso, outra voltada para o outro da interlocução – o destinatário.

Esta heterogeneidade está configurada através do discurso relatado em ordem indireta e direta. Com isto, o sujeito semiótico apreende “outros discursos”, incorporando-os de forma interdiscursiva na constituição de uma nova formação discursiva.

Estas marcas textuais podem ser vislumbradas de diversas formas. Primeiro, através do discurso indireto, em que o jornal reproduz a fala do ministro Edson Vidigal. Neste momento, percebemos uma aproximação da voz do jornal com a voz do ministro. Em clara postura de apropriação discursiva, o editorial orienta e aconselha a sociedade, agrupando seu discurso com a formação discursiva produzida pelo ministro.

Em outro parágrafo do texto, não transcrito nos fragmentos acima, o jornal reproduz, também de forma indireta, o argumento das vozes contrárias, ideologicamente, à decisão do TRE do Rio de Janeiro

Em relação ao discurso direto, vemos que o editorial, para asseverar os seus argumentos, reproduz um breve trecho da legislação eleitoral, colocando-se como seu porta-voz, onde demonstra que candidatos condenados criminalmente são inelegíveis.

Cada sujeito, de acordo com seu posicionamento na sociedade, procurou assimilar o discurso do aparelho ideológico no qual está inserido. O TRE, ao sustentar a postura ideológica de impugnar candidaturas com ressalva criminal, mantém o compromisso com os valores éticos e com os códigos legais. Enquanto o jornal, através do editorial, responde pelos interesses da sociedade e se posiciona a favor da postura do TRE em invalidar o registro de candidatos condenados pela justiça.

No último parágrafo, o jornal enfatiza seu ponto de vista diante do fato e aproveita o ensejo para repassar aos eleitores a responsabilidade pelas melhores escolhas.

O segundo editorial, intitulado **Pela honestidade**, foi publicado no dia 15 de setembro. O texto comenta sobre o já conhecido episódio da compra de votos, enfatizando a importância do

voto consciente. Vejamos alguns fragmentos desta formação discursiva:

“ Insultam os eleitores aqueles que querem disseminar a idéia de que uma compra de votos pode mudar a tendência de uma resultado eleitoral (...). Insultam a democracia, quando uma campanha eleitoral está nas ruas justamente para debater as soluções para as questões imediatas que interessam ao cotidiano das pessoas, que não toleram mais a insinuação de que podem ser “compradas” como se fossem objetos”.

“A briga pela conquista da atenção e do voto do eleitor, num espaço superpovoado e num período curto (pois faltam apenas 19 dias para as eleições municipais) fez com que aumentasse o nível da discussão de propostas para os candidatos que bem as apresentam. Então não há mais condições para se disseminar a idéia insultuosa da compra de votos”.

“O cidadão comum, seguindo pesquisas qualitativas de alguns institutos, nestas eleições demonstra o cansaço diante de promessas que ele bem conhece de outros “carnavais” e foge de tentativas de suborno, optando pelo chamado “voto consciente””.

“Afinal, para que as nossas cidades possam se tornar o lugar em que todos desejamos viver é preciso que haja uma atuação competente e honesta em todas as instâncias do Poder Público. Tudo isso começa na decisão solitária de cada cidadão, dentro da cabine eleitoral”.

Com este editorial, o órgão de imprensa faz uma série de interpelações e direcionamentos de sentido, sempre em caráter geral. O jornal ressalta a relevância de debates políticos em torno das problemáticas sociais, ironizando, através do recurso linguístico das aspas, a idéia da compra de votos. Entretanto, faltando “19

dias para as eleições municipais”, a instituição não revela uma preocupação em descrever, exatamente, quais os principais problemas que afetam o cotidiano da coletividade.

O veículo de informação incita os eleitores a descobrir os candidatos com perfil ético e com as melhores propostas de trabalho. Contudo, o editorial silencia os candidatos preferidos pelo jornal, achando conveniente não se ater, explicitamente, ao processo eleitoral local.

Todavia, percebemos que, mesmo sem se ater abertamente, o jornal deixa algumas marcas textuais que denunciam posturas ideológicas implícitas na formação discursiva em questão. Coubemos incursionar pela materialidade discursiva deste editorial, procurando investigar os sentidos mais implícitos nas diversas estratégias discursivas.

Como todo discurso dialoga com outras formações, produzindo, segundo Maingueneau (apud BRANDÃO, 1998), um espaço de trocas convenientemente escolhidas, devemos considerar este encadeamento interdiscursivo configurado na materialidade do texto analisado.

Percebemos que o discurso deste editorial está constituído a partir do recurso da heterogeneidade, marcada por dois componentes lingüísticos: a estratégia do implícito e do discurso indireto-livre.

No título **Pela “honestidade”** e no último parágrafo do editorial, o jornal constrói um intertexto com um dos slogans de campanha do candidato Ricardo Coutinho (PSB). O sujeito semiótico faz um encadeamento discursivo entre este recurso lingüístico e o recurso parafrásico “voto consciente” para instaurar uma nova região de sentido, propondo ao interlocutor (eleitor) que o voto consciente é o voto pela honestidade. Porém, não faz referência explícita ao candidato, preferindo assumir a postura da sugestão ideológica.

Ainda nesta perspectiva dialógica de toda formação discursiva percebemos a utilização, em dois momentos no texto, do discurso indireto-livre. Assim, o jornal adentra nos sentimentos e na cons-

ciência do eleitor, dizendo que este já não agüenta mais ser tratado como objeto e que já está cansado diante de tantas promessas eleitorais. Neste momento, percebe-se uma simbiose discursiva, em que as vozes destes dois sujeitos discursivos se imiscuem nos limites de uma única construção lingüística. Esta relação está configurada no primeiro parágrafo do editorial, em que o jornal levanta a idéia da “compra de votos” - um episódio nefasto na história política local - para demonstrar o repúdio do eleitor (e do jornal) a tal procedimento, aproveitando a oportunidade para, no quarto parágrafo, conclamar (implicitamente) a consciência dos cidadãos no processo de escolha de seus representantes.

No dia 16 de setembro, o jornal publica o terceiro editorial que tangencia o assunto das eleições municipais. Em **Bandeira ética**, o veículo retoma a discussão em torno do embargo a candidaturas de pessoas com antecedentes criminais. Mais uma vez, percebe-se a dimensão generalista oferecida ao tema. O editorial comenta que a decisão do presidente do TRE do Rio de Janeiro teve forte repercussão nacional, porém não rendeu resultados efetivos. Os trechos abaixo demonstram isso:

“O tema levantado pelo desembargador Marcus Faver, presidente do Tribunal Regional Eleitoral fluminense, deu esperanças a quem defende um padrão ético mínimo para a política em todo o País”.

“Infelizmente, a posição majoritária do colegiado do TRE e algumas reações, também negativas, de ministros do Tribunal Superior Eleitoral levaram o desembargador a voltar atrás, ao mesmo tempo em que transferia aos partidos a responsabilidade pela seleção dos candidatos. O que é certo, mas não resolve a questão da contaminação de poderes da República pelo crime”.

“Pelo menos, a iniciativa do desembargador veio reforçar a necessidade de o governo voltar a dar prioridade à votação da proposta de reforma política no Congresso”.

“Mas, se o governo não empunhar essa bandeira, de nada terá valido a iniciativa do desembargador”.

Neste editorial percebemos a estratégia de deslocar as problemáticas locais para um assunto de ordem geral. O posicionamento contrário a candidatos com antecedentes criminais vem reafirmar o pretense compromisso da responsabilidade social.

Há, nesta formação discursiva, um baixo grau de polifonia, marcado de forma implícita nas vozes do colegiado do TRE, do desembargador Marcus Faver e de ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que apresentaram posições opostas em relação ao problema das impugnações. Com isto, o jornal assume a palavra, dirigindo-se ao governo para reivindicar normas rígidas e mudanças éticas na legislação eleitoral brasileira.

No último parágrafo do texto, o jornal constrói uma metáfora com a palavra bandeira, para repassar ao governo a responsabilidade pela solução desta problemática nacional. Como se sabe, as palavras resguardam uma conotação polissêmica, dependendo das condições de produção de cada discurso. Para Pêcheux (apud Orlandi, 2003:44), “o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento (...) que elementos significantes passam a se confrontar”. No texto, a palavra bandeira está associada ao sentido de uma causa, relacionada à ética na política, mas vemos que ela também conduz o significado inato relacionado ao distintivo de nação. Com este recurso, o jornal sugere que o governo brasileiro tome providências em relação às candidaturas incoerentes e promova uma varredura do crime na política em todo o país.

Outra forma de abordar a temática Política/Eleições foi no editorial **MPs e pós-eleições**, do dia 17 de setembro, em que se discute a regularização dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional após o período eleitoral. Como podemos ver no excerto abaixo:

“(…) A Lei de Falências, os destaques da Emenda Paralela da reforma da Previdência e um sem número de propostas aguardam definição das bancadas, sob o acompanhamento dos segmentos mais conscientizados da sociedade civil brasileira”.

“Todas essas conjecturas subordinam-se à normalidade dos trabalhos legislativos, a ocorrer após o dia 31 de outubro, quando se encerra a disputa nas maiores cidades do País com a proclamação dos eleitos pela Justiça especializada”.

Neste editorial, o veículo de comunicação demonstra sua preocupação com o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal após as eleições municipais. O texto ocupa-se em enfatizar a negligência e a ausência de muitos parlamentares no processo de votação de importantes medidas para o Brasil, durante o período eleitoral. Desse modo, atendo-se ao funcionamento da política, o órgão de imprensa automaticamente silencia em relação a outros temas, como as eleições municipais locais.

Nos editoriais **Eleições e reforma e Corrupção e abuso**, dos dias 22 e 30 de setembro, respectivamente, o jornal, mais uma vez, demonstra o caráter amplo dado às discussões sobre as eleições municipais. Vejamos os fragmentos:

“(…) Depois das eleições municipais de 3 de outubro, não haverá empenho para discutir e aprovar a reforma política, principalmente na parte relativa à fidelidade partidária que – neste caso específico, o governo não está interessado em promover agora mudanças na legislação”.

“Temas como reeleição, desincompatibilização, voto facultativo e voto distrital, infelizmente não farão parte do projeto que o governo pretende aprovar para vigorar para as eleições de 2006 que, certamente, continuará sendo eficiente em seu processo funcional, mas um desastre no político”. (Eleições e reforma)

“Manipulação do poder econômico e do poder político, além do emprego da violência direta fazem parte do elenco de distorções das campanhas eleitorais”.

“São muitas as modificações necessárias para criar um sistema mais satisfatório. A primeira delas diz respeito à contenção da corrupção eleitoral”. (Corrupção e abuso)

O primeiro editorial aborda a deficiência político-partidária imanente nas eleições 2004 e fala sobre a falta de empenho do governo federal em promover a reforma política. O outro editorial discute a necessidade de mudanças no sistema eleitoral brasileiro, denunciando a projeção da corrupção política no Brasil.

Percebe-se, nestes textos, que o veículo produz o apagamento do debate em torno das eleições locais, privilegiando uma discussão em torno de aspectos gerais, ligados ao processo eleitoral em todo o país.

Nos editoriais “**Cássio no trânsito**” e “**“Vale-tudo” na Paraíba**”, dos dias 28 e 29 de setembro, respectivamente, temos a representação do mesmo fato, porém organizado em formações discursivas diferentes. Os editoriais comentam a participação do governo estadual na carreata de Rômulo Gouveia (PSDB), candidato a prefeito em Campina Grande. Vejamos os fragmentos destes textos:

“A foto publicada na edição de ontem do Correio, onde o governador Cássio Cunha Lima aparece controlando o trânsito, para que a carreata do seu candidato a prefeito em Campina Grande, deputado Rômulo Gouveia (PSDB), fluísse sem problemas, chocou a opinião pública porque envolveu a autoridade diretamente num processo que diz respeito à segurança pública, da qual ele é o responsável maior (...)”.
(Cássio no Trânsito)

“Aqui na Paraíba, configura-se a entrada do governo do Estado no processo eleitoral como se este fosse um “vale-tudo”. A presença do comandante da Polícia Militar do Estado na carreato do candidato do governador à prefeitura de Campina Grande configurou-se como extremamente séria”. Foi algo mais grave do que a presença do presidente Lula pedindo votos para a reeleição da prefeita Marta Suplicy, numa inauguração em São Paulo”. (“Vale tudo” na Paraíba)

Nestes editoriais há uma referência explícita à disputa eleitoral no município de Campina Grande, onde o jornal demonstra sua indignação pela atuação deliberada do governador da Paraíba na campanha do candidato Rômulo Gouveia (PSDB).

Percebe-se que a circunstância extrema envolvendo a autoridade máxima do Estado e o comandante da Polícia Militar levou o órgão de imprensa a romper o silêncio e abordar o assunto nos editoriais.

Porém, o jornal quebra o silêncio de forma subliminar, não entrando no mérito das preferências político-partidárias, como observamos nas colunas políticas deste periódico.

Inferimos que a instituição prefere não demonstrar suas preferências políticas neste editorial, optando por se deter exatamente ao acontecimento insólito que denuncia a postura irregular do governador. Como se o fato falasse por si só, enquanto a instituição, na intenção ideológica de asseverar o seu compromisso com a ética e com a sociedade, filtrou a ocorrência do espaço informativo, enfatizando-a no espaço opinativo institucional.

Há, na segunda formação discursiva, uma estratégia linguística digna de reflexão. Percebemos que o sujeito semiótico constrói, nesta região de sentidos, uma ironia utilizando o recurso das aspas. Ao destacar a palavra vale-tudo, associando-a ao embate eleitoral na Paraíba, o órgão de imprensa sugere que fora instaurado um espaço de luta livre, luta deliberada, deflagrada pelo governador Cássio Cunha Lima (PSDB), para obtenção de vitória

política. O jornal sugere que neste “vale-tudo”: vale até se utilizar um dos Aparelhos Repressores do Estado (Polícia Militar) para fins eleitorais.

Obviamente não devemos desconsiderar a intenção declarada de macular a imagem do governador, o que resguarda uma conotação político-ideológica implícita nestas formações discursivas, sobretudo se pensarmos nas condições de produção deste discurso, mas devemos perceber que não se trata de uma manifestação aberta de preferência por algum candidato, muito menos de uma análise ou opinião sobre um fato efetivamente relevante para a opinião pública local.

Jornal da Paraíba

Como dissemos, este periódico contemplou o assunto eleições em apenas um de seus editoriais. O que representa um percentual de 5,55% do conjunto de 18 textos selecionados para análise. Esse número indica, conseqüentemente, que temos um total de 94,44% para as formações discursivas efetivamente silenciadas em relação ao tema.

No editorial **Lá e cá**, do dia 29 de setembro, o jornal discute sobre os benefícios da evolução tecnológica no processo de escolhas eleitorais, enfatizando a importância de urnas eletrônicas para agilidade do voto e do resultado de vitoriosos. No decorrer do texto, o veículo faz também uma ressalva à qualidade do voto, comparando o fenômeno das eleições entre Brasil e Estados Unidos. Como podemos ver nos trechos abaixo:

“(…) A eficiência, a presteza, a engenhosidade têm favorecido o jeito de votar e a propagação imediata (e confiável) dos resultados das urnas”.

“Infelizmente, nem tudo é perfeito. As deficiências da população analfabeta ou semi-analfabeta que inspiraram a concepção das urnas modernas são as mesmas que andam comprometendo, ao longo do tempo, a qualidade do voto – eletrônico ou não.

Comparando-se cada fator de desenvolvimento, do lado de lá, apesar de Bush, eles parecem escolher bem melhor”.

Neste processo de interlocução, o sujeito semiótico desloca o sentido local das eleições, fazendo, pois, uma análise ampla deste fenômeno político. Neste caso, temos um dito no lugar do não-dito, do silenciado.

No texto, o jornal rende-se ao debate acerca das eleições, porém produzindo um sentido amplo, pautado na discussão de um tema já presente na memória discursiva do eleitor.

Ao demonstrar sua preocupação com a qualidade do voto o veículo de comunicação reforça um discurso conhecido pelos eleitores, principalmente quando aproveita este tema para comparar as deficiências econômicas e sociais do Brasil com o desenvolvimento dos Estados Unidos.

O que o jornal não faz, através de sua voz oficial, é enfatizar quais os fatores, além dos já citados no editorial, que contribuem efetivamente para a má qualidade no processo de escolhas representativas.

Os eleitores estão ciosos por informações palpáveis, argumentos racionais que contribuam para a razão política, fazendo com que o eleitor tenha a liberdade de escolher quem melhor possa representá-lo na defesa de seus interesses e necessidades. Mas, na maioria das vezes, os meios de comunicação ocupam-se em eliminar este debate político, sendo um dos fortes contributos para as disparidades econômico-sociais que se perpetuam em todo o país.

O Norte

Neste jornal apenas 11,11% dos editoriais se remetem ao assunto eleições municipais. Enquanto 88,88% silenciaram sobre o tema, produzindo outros sentidos adversos ao contexto histórico local.

No editorial do dia 22 de setembro, **Ação contra a anarquia**, o jornal ratifica o caráter generalista oferecido ao assunto das elei-

ções municipais quando, neste texto, apenas tangencia a temática. Vejamos nos fragmentos:

“Não houve interesse nenhum do Congresso em votar matérias fundamentais constantes da pauta elaborada para o período de esforço concentrado (...). Era previsível a falta de quorum para deliberação ante a inércia mobilizadora do governo e a disposição da maioria parlamentar de permanecer nos estados para cuidar de interesses eleitorais. Mas se esperava, pelo menos, que a questão dos transgênicos, tratada em separado ou no conjunto da Lei de Biossegurança, seria votada”.

“(...) Na avaliação dos líderes partidários, contudo, é nula a possibilidade de qualquer votação antes das eleições de três de outubro”.

Desse modo, o jornal demonstra sua preocupação com os trabalhos legislativos do Congresso Nacional, durante o período eleitoral. O órgão de imprensa denuncia a inércia do governo e a falta de quorum parlamentar ante a votação de matérias importantes para o Brasil, enfatizando a questão dos alimentos transgênicos, o que provocou grande insatisfação dos agricultores do Rio Grande do Sul e do Centro-Oeste.

Aqui também percebemos que o editorial atem-se ao funcionamento da política, silenciando conseqüentemente em relação a outras temáticas como as eleições locais.

Em **Lição pelo voto**, editorial do dia 30 de setembro, o jornal assume a função de orientar o (e)leitor quanto à importância do voto consciente. Como podemos ver no trecho abaixo:

“Como protagonista da festa democrática do próximo domingo, o cidadão deve desempenhar seu papel com grave consciência. Se falta qualidade na campanha, que use a escolha soberana que lhe é facultada para melhor qualificar o voto, conferindo às urnas o

poder de determinar com clareza a opção do país por homens públicos de estatura o mais próximo possível do figurino de estadistas”.

Denunciando a falta de qualidade de algumas campanhas, posturas antidemocráticas e a corrida eleitoral em algumas unidades da federação, como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo, o veículo de comunicação exorta o eleitor a não se intimidar com estes exemplos.

Neste editorial, o jornal faz diversas interpelações aos leitores, sempre em caráter geral, para que estes utilizem o direito inviolável ao voto da melhor maneira possível na escolha de seus representantes.

Mas o editorial silencia os candidatos preferidos pelo jornal, desloca o sentido do embate local, preferindo abordar o tema de forma ampla, sem se ater ao processo.

A União

Neste periódico, temos apenas uma formação discursiva remetendo-se ao fenômeno das eleições municipais, o que representa um total de 5,88% dos 17 textos selecionados durante o mês de setembro.

No editorial **Eleições seguras**, do dia 22 de setembro, o órgão de imprensa enfatiza o esquema de segurança implantado em todo Estado da Paraíba para as eleições municipais.

Vejamos os trechos:

“Faltando pouco mais de uma semana para as eleições municipais, já se percebe que o pleito será cercado de toda a segurança nos 223 municípios paraibanos”.

“Diante das providências que já vêm sendo adotadas, não há dúvidas de que o maior evento cívico nacional irá transcorrer na mais absoluta calma na Paraíba (...).

Poder público e sociedade devem irmanar-se na intenção e estrutura necessárias para que todos possam escolher seus representantes com a liberdade e tranqüilidade que a democracia exige, a Justiça estabelece e o bom senso determina”.

Nesta formação discursiva, o veículo oficial se ocupa em anunciar o cuidado do governador com a segurança nas eleições 2004. Como grande parte dos editoriais deste periódico, o texto representa um discurso oficial, servindo de porta-voz dos interesses do Estado.

A formação ideológica do Estado está “figurativizada” no discurso deste editorial, assujeitando o sujeito semiótico no processo de constituição destes sentidos. Desse modo, o Estado aparece como uma entidade todo-poderosa capaz de assegurar a calma e a tranqüilidade da cena democrática nos municípios da Paraíba.

Porém, com essa abordagem, o veículo demonstra um caráter de generalização, preferindo manter uma posição pseudo-neutra, ocultando preferências políticas em seu espaço institucional. Além disso, também não demonstra uma análise ou opinião relevante acerca das graves problemáticas sociais ressonantes em um período eleitoral.

Certamente a reflexão sobre as problemáticas locais poderia enfatizar omissões e descomprometimento de representações passadas, de gestões atuais e de algumas candidaturas. Esta estratégia ideológica faz com que o discurso dos jornais se caracterize por lacunas e silêncios que preservam a coerência do sistema e da estrutura política vigente.

Tabela 2
Caracterização dos editoriais publicados pelos jornais de João Pessoa, quanto à abordagem dos assuntos

Temas	Correio da Paraíba		Jornal da Paraíba		O Norte		A União	
	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual
Economia	2	11,11%	6	33,33%	4	22,22%	2	11,76%
Política	10	55,55%	5	27,78%	5	27,78%	1	5,88%
Demografia	-	-	-	-	1	5,55%	-	-
Cataclismos	-	-	-	-	1	5,55%	-	-
Violência	-	-	-	-	-	-	1	5,88%
Eventos	-	-	-	-	-	-	2	11,76%
Apologia	-	-	-	-	-	-	2	11,76%
Administração Pública	-	-	1	5,55%	-	-	-	-
Esporte	1	5,55%	-	-	-	-	1	5,88%
Terrorismo	2	11,11%	-	-	2	11,11%	-	-
Educação	-	-	-	-	3	16,67%	1	5,88%
Bem-estar Social	3	16,67%	2	11,11%	2	11,11%	-	-
Trabalho	-	-	1	5,55%	-	-	1	5,88%
Criminalidade	-	-	1	5,55%	-	-	-	-
Recursos Naturais	-	-	1	5,55%	-	-	-	-
Infra-estrutura	-	-	1	5,55%	-	-	3	17,64%
Turismo	-	-	-	-	-	-	1	5,88%
Agricultura	-	-	-	-	-	-	1	5,88%
Méio Ambiente	-	-	-	-	-	-	1	5,88%
Total	18	100%	18	100%	18	100%	17	100%

Tabela 3
Caracterização dos editoriais publicados pelos jornais de João Pessoa, quanto à procedência dos assuntos

Procedência	Correio da Paraíba		Jornal da Paraíba		O Norte		A União	
	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual
Internacionais	3	16,67%	3	16,67%	4	22,22%	-	-
Nacionais	13	72,22%	12	66,67%	13	72,22%	1	5,88%
Regionais	-	-	2	11,11%	1	5,55%	-	-
Estaduais	2	11,11%	1	5,55%	-	-	10	58,82%
Locais	-	-	-	-	-	-	6	35,29%
Total	18	100%	18	100%	18	100%	17	100%

Considerações finais

O resgate teórico e o percurso analítico do gênero editorial no espaço impresso formam os pilares desta pesquisa. Buscamos compreender as mais diferentes nuances da enunciação editorial no contexto opinativo para, ao final, seguir a trajetória da observação efetiva deste gênero jornalístico no período considerado.

Percebemos que, para expressar a opinião oficial, o editorial necessita fazer uma releitura opinativa dos diversos fatos sociais que norteiam as páginas do jornal. Para tanto, utiliza-se da função metalingüística para aprofundar e analisar temáticas importantes que se configuram no espaço impresso.

Além desta característica, no decorrer da pesquisa, procuramos enfatizar outros fatores, relacionados às propriedades simbólicas e discursivas do gênero, que pudessem fortalecer a análise pretendida.

A análise demonstrou que o editorial, em relação ao acontecimento das eleições municipais locais, perdeu sua característica metalingüística, ao não refletir, nem opinar acerca de um evento de grande repercussão no contexto histórico e no cenário público local.

A partir da opinião institucional, os jornais pesquisados demonstraram um constante silenciamento no tocante à representação política local. A política do silêncio esteve configurada de duas maneiras: a primeira está relacionada à abordagem de outras temáticas (exceto a política); a segunda refere-se ao caráter de generalização oferecido ao assunto das eleições municipais,

algo que foi demonstrado a partir da análise discursiva dos doze editoriais selecionados na amostra.

Neste procedimento discursivo pairava a consonância do silêncio, que significa de várias formas, revelando “pistas” de sua existência, resguardando razões muito amplas, com fortes conotações ideológicas.

O significado deste silenciamento na esfera editorial pode ser identificado como intencional, pois os jornais pretenderam manter uma falsa posição de isenção no contexto opinativo oficial, para não demonstrar abertamente (através da voz da instituição jornalística) os contratos verbais e os compromissos ideológicos assumidos pela voz dos colunistas e do espaço informativo.

Os jornais não deixaram transparecer, através da opinião da empresa, quais os candidatos ou grupos políticos favoritos. Quando abordaram o tema eleições municipais o fizeram de duas formas: ou no plano da discussão generalizante, sem se ater ao processo local; ou no plano da sugestão ideológica.

O silenciamento não implica em descompromisso ideológico por parte dos periódicos estudados. Apenas percebemos que, de forma intencional, os jornais, no período analisado, repassaram as conotações político-ideológicas para outros gêneros no espaço impresso, preservando a porta oficial de possíveis posicionamentos.

Ao apagar a temática do espaço institucional, os veículos de comunicação também se distanciam de possíveis reflexões sobre o cenário público local, sobre as discussões das necessidades e problemáticas sociais. O que converge para uma isenção do debate aprofundado de temáticas ricas e significativas, que pudessem oferecer uma melhor compreensão da realidade local.

Este debate poderia contribuir para a razão política e para as escolhas eleitorais dos cidadãos, pautadas no pleno exercício da democracia. Com uma coletividade realmente bem informada sobre as propostas de cada candidato e sobre as questões públicas iminentes em um período eleitoral.

Os jornais, em nenhum momento, cumpriram sua função de

orientar a população, sobretudo quando se distanciaram da reflexão sobre os interesses e as necessidades da coletividade. Beltrão (1980) afirma que o jornal é uma empresa privada com uma missão pública. Contudo, o jornalismo praticado pela imprensa pessoense, durante o período eleitoral considerado, negligencia este ofício.

O não-dito funciona, produzindo efeitos de sentidos. Os jornais não demonstraram preocupação com os anseios da coletividade, nem com as questões públicas locais, pois, certamente, isto resultaria em trabalho comprometedor, envolvendo líderes governistas e expoentes do poder político e econômico, trazendo consequências nefastas para os veículos de comunicação.

Quando o jornal silencia as contradições locais, não orienta a sociedade e não reflete as necessidades da coletividade, preconiza a existência de uma estratégia ideológica que se utiliza de várias manobras para legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante. É preciso compreender que, assim como o discurso, o silêncio também significa.

Bibliografia

- ABREU, A. A. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002 (Coleção descobrindo o Brasil).
- ARAÚJO, F. *História e ideologia da imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1983.
- AZEVEDO, F. A. Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Mídia e eleições 98*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.
- BACCEGA, M. A. *Comunicação e linguagem: discursos e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).
- BARROS FILHO, C. de. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 1998. (Série Pesquisas).
- CHAPARRO, M. C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santa-rém/Portugal: Jortejo, 1998.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).
- CHAUÍ, M. "Uma ideologia perversa". Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais 5:3.
- CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).
- CITELLI, A. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.
- FRANÇA, V. V. Comunicação e política: edifica-se uma tradição?. Trabalho apresentado no VIII encontro anual da Compós. Belo Horizonte, 1 a 4 de jun. de 1999, 15 p. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/revistacompos/compol.doc>>. Acesso em: 28 jul. 2005.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 11. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- JOBIM, D. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 1992.
- LAGE, N. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 2001. (Série Princípios).

- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINS, E. *A União: jornal e História da Paraíba. João pessoa: A União*, 1977.
- MELO, J. M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, J. M. de (Org.). *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios).
- ORLANDI, E. P. *O que é Lingüística*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1987.
- PINTO, M. J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- ROSSI, C. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

- RUBIM, A. A. C. Novas configurações das eleições no Brasil contemporâneo. In: _____. *Mídia e eleições 98*. Salvador: Editora Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000.
- SANTAELLA, L. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).
- SODRÉ, N. W. *A História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2000.